



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GILVÂNIA CÂNDIDA DA SILVA

**INTELECTUAIS À PERNAMBUCANA: A revista *O Lyrio* como espaço emancipatório
da produção intelectual feminina no Recife (1902-1904)**

RECIFE

2020

GILVÂNIA CÂNDIDA DA SILVA

INTELECTUAIS À PERNAMBUCANA: A revista *O Lyrio* como espaço emancipatório da produção intelectual feminina no Recife (1902-1904)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Cultura e Memória

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

RECIFE

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- S586i Silva, Gilvânia Cândida da.
Intelectuais à pernambucana : a revista *O Lyrio* como espaço emancipatório da produção intelectual feminina no Recife (1902-1904) / Gilvânia Cândida da Silva. – 2020.
122 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
Inclui referências.
1. Pernambuco - História. 2. Mulheres – História. 3. Mulheres intelectuais – Recife (PE) – Séc. XX. 4. Periódicos brasileiros - Recife (PE) – Séc. XX. I. Rezende, Antonio Paulo de Moraes (Orientador). II. Título.
- 981.34 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2021-022)

GILVÂNIA CÂNDIDA DA SILVA

INTELECTUAIS À PERNAMBUCANA: A revista *O Lyrio* como espaço emancipatório da produção intelectual feminina no Recife (1902-1904)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em: 21/09/2020

BANCA EXAMINADORA

Participação por videoconferência

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferência

Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento (Examinadora Externa)

Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Participação por videoconferência

Profa. Dra. Sylvia Costa Couceiro (Examinadora Externa)

Fundação Joaquim Nabuco

À minha família, minha fonte de força.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma turbulenta jornada de autoconhecimento, persistência e muito esforço. Um caminho que foi percorrido ao lado de pessoas maravilhosas, que me apoiaram incondicionalmente e sem elas nada disso seria possível. Meu primeiro agradecimento é ao meu companheiro, Lucas Angelo. Dedico a ele cada página.

In memoriam, agradeço profundamente a Drica, Bel e Marley por terem sido minha fonte inesgotável de força, alegria e denço. Igualmente, agradeço a Nick, que, em seus quase quinze anos, só tem me recompensado com um afeto sobrenatural. Aos meus quatro filhos de quatro patas, agradeço por terem feito da minha vida um lugar melhor para se viver.

Aos meus pais, Fernando Luiz e Alesandra Cândida, agradeço pelo amor, pela liberdade, pelo apoio e por terem sempre me permitido sonhar. Ao meu irmão, Gilmar Bento, agradeço por ser meu grande parceiro de vida e o melhor irmão que alguém poderia ter.

Ao meu orientador, Antonio Paulo Rezende, agradeço profundamente por ter confiado e sempre acreditado em mim. Jamais irei esquecer seu cuidado e afeto, sem os quais jamais teria entrado na pós-graduação. Aqui, também agradeço à professora Alcileide Cabral, há anos minha mestra e que, até hoje, zela por mim e me inspira pelo exemplo de pessoa e profissional.

Também agradeço à professora Sylvia Couceiro, não só por ter estado em minhas bancas de qualificação e defesa, como também pelo carinho de ter me ajudado a saber onde estava e para onde deveria ir com minha pesquisa. Do mesmo modo, agradeço ao suporte que a professora Jeannie Menezes, enquanto coordenadora, me deu na reta final da graduação. Bem como, agradeço ao professor Pablo Porfírio pela generosidade de ter assumido minha orientação, em apoio ao professor Antonio.

Por fim, sou muitíssimo grata a Sandra, secretária do Programa de Pós-Graduação da UFPE, uma pessoa de luz que jamais me negou auxílio e pela qual tenho profundo carinho. Agradeço também a Kleber, funcionário do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, que gentilmente cedeu a digitalização de minha fonte e sempre foi solícito às minhas demandas. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, agradeço pelo apoio financeiro integral que possibilitou minha dedicação exclusiva à pesquisa.

A todos, meu muito obrigada!

RESUMO

O ano de 1902 encerrou-se deixando no ar um doce perfume floral. Numa época em que os discursos fundadores da República, da modernidade e do higienismo se mesclavam na massa orgânica que iria adubar o solo do Brasil, um grupo de mulheres resolveu que aquele era o momento de semear lírios. Era um jardim de ideias com diferentes cores, texturas e odores, versões distintas de um mesmo propósito: abrir espaços de participação e poder para as mulheres na sociedade brasileira da época. No dia 5 de novembro desse ano, o primeiro número d'*O Lyrio* ganhou vida através da Editora Imprensa Industrial. Mensalmente disponibilizada aos recifenses, a partir do segundo mês, a tarefa de impressão foi dada à tipografia do jornal *A Província*, que recriou um novo *layout* para a Revista. A nova marca permaneceu a mesma até junho de 1904, quando o último número saiu do prelo — totalizando 20 edições postas em circulação. Dito isso, o objetivo deste trabalho é entender a Revista enquanto plataforma de promoção de opiniões, exercício literário e espaço de ensaio para propostas e ideias acerca da emancipação intelectual feminina. Tarefa que se justifica, na medida em que, apesar de haver uma produção historiográfica expressiva sobre a inserção das mulheres, os aspectos ligados ao trabalho intelectual ainda carecem de mais investigação — sobretudo enquanto ocupação que contribuiu para a luta de emancipação e conquista de direitos civis femininos. Por essa razão, é crucial analisarmos o processo de escolarização e a coexistente ampliação do mercado editorial voltado para o público feminino. Assim, procuramos descrever a relação entre o aumento no número de leitoras e o alargamento das possibilidades profissionais dadas às mulheres, seja por sua maior instrução, e consequente adesão aos postos antes masculinos, seja pela criação de novas profissões. Para tanto, usufruímos como referencial teórico dos trabalhos de Sérgio Miceli, Michel Foucault, Joan Scott, Michelle Perrot, Alcileide Cabral, Marcus de Carvalho, bem como artigos, teses e dissertações de outros pesquisadores. Diante disso, nossa tese inicial presumia que esse periódico seria a fotografia de um tempo pré-modernista em que as mulheres escavavam o lugar social que seria usufruído, por exemplo, pelas sufragistas dos anos 1920. Felizmente, encontramos um pouco mais do que isso. Pois os textos d'*O Lyrio* demonstram que os ambientes político, social e cultural que culminaram nas décadas seguintes não só estavam praticamente prontos, como eram resultado de lutas ainda anteriores às daquelas mulheres.

Palavras-chave: História das Mulheres. História da Alfabetização. Mulheres Intelectuais.

ABSTRACT

The year of 1902 ended with a sweet floral scent in the air. At a time when the Republic's founding speeches, of modernity and of hygienism were mixed in the organic mass that would fertilize the soil of Brazil, a group of women decided that this was the time to sow lilies. It was a garden of ideas with different colors, textures and scents, different versions of the same purpose: to open spaces of participation and power for women in the Brazilian society of the time. On November 5 of that year, the first issue of *O Lyrio* came to life through Editora Imprensa Industrial. Monthly available to the residents of Recife, from the second month on, the printing task was given to the typography of the newspaper *A Província*, which recreated a new layout for the magazine. The new brand remained the same until June 1904, when the last issue came out of print - totaling 20 issues put into circulation. With that said, the objective of this work is to understand the Magazine as a platform for the promotion of opinions, a literary exercise and an essay space for proposals and ideas about female intellectual emancipation. Task that is justified, inasmuch as, despite there being an expressive historiographical production on the insertion of women, aspects related to intellectual work still need further investigation - especially as an occupation that contributed to the struggle for emancipation and the conquest of women's civil rights. For this reason, it is crucial to analyze the schooling process and the coexistent expansion of the editorial market aimed at the female audience. That way, we seek to describe the relationship between the increase in the number of readers and the widening of the professional possibilities given to women, either for his greater education, and consequent adherence to formerly male positions, or for the creation of new professions. For that, we used as theoretical reference of the works of Sérgio Miceli, Michel Foucault, Joan Scott, Michelle Perrot, Alcileide Cabral, Marcus de Carvalho, as well as articles, theses and dissertations by other researchers. Finally, our initial thesis assumed that this journal would be a photograph of a pre-modernist time in which women excavated the social place that would be enjoyed, for example, by the suffragettes of the 1920s. Fortunately, we found a little more than that. Because the texts of *O Lyrio* demonstrate that the political, social and cultural environments that culminated in the following decades were not only practically ready, as they were the result of struggles even before those women.

Keywords: Women's History. History of Literacy. Intellectual Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem do <i>layout</i> de capa do primeiro número d' <i>O Lyrio</i> (Imprensa Industrial)	73
Figura 2 - Imagem do <i>layout</i> de capa do segundo ao vigésimo número d' <i>O Lyrio</i> (Imprensa da Província)	73
Figura 3 - Retrato de Amélia Carolina de Freitas Beviláqua	86
Figura 4 - Retrato de Amélia Carolina de Freitas Beviláqua	87
Figura 5 - Retrato de Ursula Garcia da Costa Barros	88
Figura 6 - Retrato de Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire	89
Figura 7 - Retrato de Edwiges de Sá Pereira	91
Figura 8 - Retrato de Luiza Cintra Ramalho	92
Figura 9 - Retrato de Adalgisa Duarte Ribeiro	92
Figura 10 - Imagem da propaganda Padrão da Helvetiva	95
Figura 11 - Imagem da propaganda Padrão da Clínica Cirurgia Dentária do Doutor Cavalcanti Ramalho	95
Figura 12 - Imagem da propaganda da única anunciante mulher, a doutora Amélia Cavalcanti	96
Figura 13 - Imagem da propaganda do médico dentista Doutor Ferreira Simões	99
Figura 14 - Imagem do único medicamento anunciado	100
Figura 15 - Imagem da joalheria de Agostinho e Irmão	101
Figura 16 - Imagem da propaganda de fotógrafo Manoel Ribeiro Filho	102
Figura 17 - Imagem da propagando do Colégio Prytaneu	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de Anunciantes	93
Quadro 2 - Relação de colaboradoras por estado	103

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Referencial Teórico	12
1.2	Fontes e Recorte Temporal	19
1.3	Estrutura da Dissertação	20
2	UM JARDIM CHAMADO RECIFE	23
2.1	A cidade do século XIX: escravidão, ciência e higiene	23
2.2	A cidade do século XX: vida urbana, trabalho e novas sociabilidades	35
3	O MERCADO EDITORIAL EM UM PAÍS DE ANALFABETOS: A LEITURA E OS LEITORES	41
3.1	A construção do mercado editorial no Brasil	41
3.2	A escolarização e os leitores analfabetos	51
3.3	<i>O Lyrio</i> e o tema da Educação	59
3.4	Mulheres escritoras: ou o roubo da narrativa de si	61
4	O LYRIO EM SUA FORMA E CONTEÚDO	70
4.1	Alguns importantes dados editoriais	71
4.2	Homônimos	74
4.3	Eles e elas: o corpo editorial d'<i>O Lyrio</i>	77
4.3.1	Dois que chegam: um se vai e o outro fica	77
4.3.2	Amélia de Freitas Beviláqua e as mulheres d'<i>O Lyrio</i>: o estandarte da democracia feminina	82
4.4	Anunciantes	93
4.5	Uma rede colaborativa de palavras	103
4.6	Opiniões e interesses: a análise de alguns textos	107
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

O ano de 1902 encerrou-se deixando no ar um doce perfume floral. Numa época em que os discursos fundadores da República, da modernidade e do higienismo se mesclavam na massa orgânica que iria adubar o solo do Brasil, um grupo de mulheres resolveu que aquele era o momento de semear lírios. Era um jardim de ideias com diferentes cores, texturas e odores, versões distintas de um mesmo propósito: abrir espaços de participação e poder para as mulheres na sociedade brasileira da época.

O Recife dessa época experimentava como novidade as invenções tecnológicas e científicas do século passado. Isso em concomitância com as transformações arquitetônicas, sociais, políticas e econômicas de uma República que exigia paradigmas diferentes. E, no meio desse metamorfismo, as mulheres recifenses foram afetadas e afetaram o projeto de humanidade que se desenhava local e nacionalmente. Algumas ousaram tomar para si a responsabilidade de circunscrever os limites de uma feminilidade nova e coerente com as necessidades recentes, repensando o lugar social da maternidade, o papel da mulher na política, o problema da escolaridade, as falácias médicas sobre seu corpo e inteligência. Portanto, as mulheres do Recife, do Brasil, faziam-se presentes naquele presente.

Desde 1889, com a promulgação da Constituição, os debates sobre a cidadania feminina fervilhavam entre os intelectuais e políticos¹. De um lado, poucos homens que se fizeram convencer da importância delas como parte da engrenagem social; de outro, muitos homens que usavam o discurso científico para negar as evidências empíricas de que as mulheres, munidas das condições certas, eram tão capazes quanto eles de racionalizar e propor caminhos para o País. Entre os primeiros, estavam os jovens Cintra Luiz e Alcebíades Lima, fundadores da revista feminina *O Lyrio*, fonte principal e objeto de interesse desta pesquisa.

Tão depressa cabem alguns esclarecimentos quanto ao título do trabalho. A expressão *intelectualidade à pernambucana* é um paralelo ao nome do livro do sociólogo Sérgio Miceli, *Intelectuais à Brasileira*. Nessa obra, em breves palavras, o autor descreve e analisa as biografias, bem como o contexto sociopolítico de meados do século XIX até o início do próximo, para traçar padrões que explicariam o ingresso das intelectuais à vida das letras. Aqui, portanto, buscamos seguir essa mesma linha metodológica, só que aplicada à realidade das

¹ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 16.

intelectuais pernambucanas. Diferentes e, por isso, à *pernambucana*, não só pelo recorte geográfico, mas também em razão das influências da cultura local. Assim, feminilizamos os termos e propomos uma análise que tome a vivência como baliza para, então, compreendermos os meios e modos com os quais as mulheres d’*O Lyrio* exerceram sua intelectualidade.

Já sobre a expressão *espaço emancipatório*, o substantivo *espaço* refere-se à própria revista, no caso como a materialização simbólica de uma realidade política que elas desejam alcançar. Por seu turno, a adjetivação do verbo *emancipar* segue o sentido expresso na revista, o qual apreendemos em sua leitura. De modo que, segundo a minha interpretação, *emancipação* referir-se-ia à possibilidade de participação na vida pública, significava poder ser ouvida, ter sua opinião levada em conta. Emancipação, para elas, era viver sem ter que pedir autorização, era ter a capacidade de fazer escolhas. Então, nesse sentido, emancipação feminina significou sair da órbita dos homens, mesmo permanecendo no sistema sociopolítico da época.

Dito isso, ainda desejamos citar o fato de que as intelectuais não foram as primeiras escritoras de jornais e revistas do estado. Como tão bem demonstrou Norma Teles², a escrita feminina é um dado de tempos pregressos, e, no caso de Pernambuco, Constância Duarte³ evidencia a existência de escritoras produzindo no *Espelho das Brasileiras*, de 1831. De tal sorte que, esta pesquisa deseja chamar a atenção para um grupo de mulheres, que somando esforços com outras colaboradoras, provavelmente tenha atingido leitoras em 125 municípios, em 19 estados brasileiros, bem como em cidades do exterior, como Montevideú, Buenos Aires, Paris e Lyon. Isso, vale dizer, em tempos sem avião, telefone, telégrafo ou rádio. Quando os jornais e revistas serviam como um dos poucos meios de comunicação.

1.1 Referencial Teórico

Apesar de a historiografia sobre as mulheres ter muito a dizer sobre a inserção delas no mercado de trabalho, julgamos que, de modo geral, o trabalho intelectual ainda carece de mais investigação — sobretudo como uma ocupação que contribuiu para a luta de emancipação e conquista de direitos civis femininos. Por essa razão, é crucial analisarmos o processo de

² TELLES, Norma. **Escritoras, Escritas, Escrituras**. In.: Del Priori, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

³ DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista do Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 56.

escolarização e a coexistente ampliação do mercado editorial voltado para o público feminino. Assim, procuramos descrever a relação entre o aumento no número de leitoras e o alargamento das possibilidades profissionais dadas às mulheres, seja por sua maior instrução, e consequente adesão aos postos antes masculinos, seja pela criação de novas profissões.

Além da inspiração para o título, tomamos emprestado alguns dos princípios metodológicos que Sergio Miceli usa em seu já citado livro, sobre o qual, como primeira lição apreendida, apontamos para o fato de que ponderamos sobre a escrita e a trajetória de mulheres não negras, escolarizadas e com substancial poder aquisitivo. Elementos estes que circunscrevem a realidade delas num lugar distinto, por exemplo, de suas contemporâneas recém-libertas da escravidão e analfabetas. Aqui, não iremos nos furtar de dizer que os corpos são constantemente classificados e enquadrados em lugares sociais alheios à vontade consciente dos indivíduos. E os corpos femininos, sobretudo os não brancos, são os alvos favoritos do jogo social que decide quem ocupa tal e qual espaço.

Sobre esse tema, precisamos dedicar certo tempo. Isso, porque, como sabiamente destaca Angela Davis, “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas”⁴. Um dado que nos faz refletir sobre a conquista do direito à inserção no mercado trabalho como resultado de uma luta com recorte de classe e raça, de maneira que, muito em razão do sistema escravista, as mulheres negras e pobres sempre estiveram nas ruas, desempenhando diferentes funções. Desse modo, a autora ainda destaca que, “como seus colegas britânicos, os industriais do Sul não faziam segredo das razões que os motivavam a empregar mulheres em seus empreendimentos. As escravas eram muito mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino, tanto livres quanto escravos”⁵.

Uma realidade inexorável e que também se aplicava às recifenses, como descreveu o trabalho de Maciel Henrique Silva⁶. Esse autor ocupou-se, em breves termos, a descrever e analisar as relações das trabalhadoras domésticas e seus patrões. Convergindo com o que diz Angela Davis, para a realidade brasileira o autor destaca que,

Se mesmo em países como Estados Unidos e Grã-Bretanha, centros do capitalismo industrial, o mercado de trabalho livre permaneceu uma ficção instável até pelo menos as primeiras décadas do século XX, não se deve esperar que o Brasil e suas principais

⁴ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17.

⁵ Ibid., p. 23

⁶ SILVA, Maciel Henrique. **Nem Mãe Preta, nem Negra Fulô**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

idades tivessem consolidado relações sociais de trabalho em termos de ‘liberdade’, nas décadas finais do século XIX⁷.

Em certo sentido, essas passagens fazem o mito da fragilidade física feminina desfazer-se diante dos nossos olhos. É inevitável imaginar que ele só serviria para submeter mulheres brancas e ricas, uma vez que as não brancas e pobres eram dominadas a partir de outros mecanismos sociais, a exemplo da barganha com a fome. Nesse sentido, e ainda de acordo com Maciel Silva, “para ser doméstica [...] em Pernambuco no século XIX e início do XX, era preciso bem mais do que saber o ofício específico, era preciso força física para suportar a jornada de trabalho; e ainda saber negociar as relações”⁸. Dados preciosos, na medida em que nos ajudam a entender não só o contexto sociopolítico em que as mulheres d’*O Lyrio* viveram, como também a divisão racial, social e de gênero do trabalho. Se pensarmos que, para que elas pudessem se dedicar às letras, outras mulheres precisavam limpar suas casas e cuidar de seus filhos, somos capazes de desenhar com maior complexidade a estrutura que as sustentava. Tema este, destacadamente, que iremos tratar com maior cuidado nos próximos capítulos.

Com isso posto, voltemos a Miceli, que, como mencionado, articulou as biografias com o contexto político e cultural dos sujeitos estudados, a fim de entender como conseguiram fundar a categoria do homem intelectual. Este, se olhado com cuidado, destoa do senso comum de que seria somente um sujeito versado nas letras. O autor demonstra como esse lugar foi construído e, conseqüentemente, pode ser datado e descrito. Também, aponta para o fato de que isso se tornou uma posição de implicações sociais e políticas, uma vez que tão logo os intelectuais se transformaram nos burocratas do serviço público, políticos e articuladores de parte da cultura nacional. Por conseguinte, e antes de prosseguirmos, apeguemo-nos à informação de que

A carreira literária, socialmente definida como feminina, ocupa o espectro das carreiras dirigentes (do proprietário ao homem político) uma posição dominada, a meio caminho entre a carreira militar (a mais próxima do polo masculino dominante, embora desfrutando de uma posição inferior no campo do poder) e a carreira eclesiástica, que constitui o exemplo-limite da mais feminina das carreiras masculinas, na medida em que se define negativamente, no âmbito dos agentes, pela ausência de propriedade que caracterizam as profissões viris⁹.

⁷ Ibid., p. 51.

⁸ Ibid., p. 77.

⁹ MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 24, grifo nosso.

O “espectro das carreiras dirigentes”, portanto, sustenta-se na ideia de feminino e masculino para definir seus limites. Dado este que chama a categoria de gênero para a análise, na medida em que os papéis e espaços sociais são determinados segundo os sexos biológicos dos sujeitos. Nesse sentido, tal espectro foi pensado para compreender a disposição das carreiras permitidas aos homens, pois, com antecedência, as mulheres já estariam vedadas. Joan Scott, um clássico quando pensamos no conceito de *gênero* aplicado à história, designou o conceito dizendo que “o núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”¹⁰.

Em minhas palavras, a primeira relação de poder sustenta-se na percepção de que machos e fêmeas têm diferenças entre si, de modo que o lugar social das mulheres é deliberadamente determinado pela força. Fato que, quando aplicado ao tema desta pesquisa, percebesse que o discurso com o qual se defende a formação intelectual feminina e permitiu às mulheres acessar um lugar que era exclusivamente masculino — o lugar do conhecimento científico — foi possível, também, quando a ciência deu um passo atrás e reconheceu que, apesar de inferiores em muitos aspectos, as fêmeas humanas tinham a capacidade de compreender e ensinar temas complexos.

Ainda falando sobre o conceito de *gênero*, frente à sua popularização, bem como — e por consequência — a variação de seu sentido primeiro, a autora vem, ao longo dos últimos anos, repensando seu uso e o seu significado. Em artigo posterior ao citado, Scott destaca que a palavra surge da necessidade de grupos feministas de revelar a complexidade e os subtextos das vivências femininas, contraditoriamente ditas como naturais. No entanto, a apropriação da palavra por diferentes agentes sociais deu a ela também distintos significados. Logo, hoje o signo suscita desde identidade de gênero, orientação sexual, papéis sociais, sexo biológico até tantos outros sentidos que compõem uma cesta de opções. Assim, gênero continua sendo uma categoria útil de análise, mas seu sentido se transforma conforme o objetivo de quem o usa¹¹.

Dito isso, já no último texto da autora a que tivemos acesso, Scott revisita os dois artigos anteriores e propõe a substituição da palavra já esfarrapada pelo constante uso. Para ela, quando se chega a esse ponto, é preciso ousar outra vez e reelaborar signos que melhor nomeiem aquilo

¹⁰ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, jul. /dez. 1995, p. 86.

¹¹ Id., 2012, p.327-351.

que os anteriores não são mais capazes de fazer. E, nessas circunstâncias, ela indica que *gênero* pode ser substituído, como exemplo, por

[...] diferença sexual (um termo que não presume diferenças fixas, mas estuda as operações da diferença) e sobre sexo biológico como um conceito historicamente variável. Isso não resolve o problema que descrevi, já que corre o risco de ser ouvido (especialmente no atual contexto discursivo) como um aval da ideia de que o sexo é um fato natural. Ainda assim, parece-me necessário procurar em outros lugares por termos e teorias que irão perturbar o que se tornou de costume na história em geral e na história das mulheres em particular¹².

Procuraremos, dessa forma, não cair na armadilha de usar *gênero* como “sinônimo de mulheres, de diferenças entre os sexos, de sexo”, nem tão pouco usá-lo para denotar “as regras sociais impostas aos homens e às mulheres”¹³, naturalizando, portanto, o que é fruto das relações humanas no tempo. Para tanto, aqui usaremos a palavra com parcimônia e neste sentido restrito, a saber, referindo-nos ao caráter social e historicamente determinado de ações e prática que, sendo classificadas como próprias às mulheres ou aos homens, delimitam os espaços e as possibilidades de cada um dos sexos biológicos.

Desse modo, mesmo associando o conceito de *gênero* à ideia de um “espectro das carreiras dirigentes”, ainda não somos capazes de entender a intelectualidade à brasileira das pernambucanas. Para isso, antes precisamos entender como as mulheres acessaram à escrita e, por consequência, à Educação e, somente depois, os jornais. Esse trajeto é orgânico, uma vez que a intelectualidade se exerce com palavras, restritamente, em sua forma grafada. É inconcebível pensarmos um intelectual analfabeto quando tomamos a literatura como palco do seu agir. Por essa razão, dedicaremos todo um capítulo para falar da história da imprensa e da Educação no Brasil, bem como a inserção das mulheres nesses espaços haja vista que, concomitantemente ao desenvolvimento da imprensa, tivemos a organização do sistema de ensino e da carreira docente que, até o início do século XIX, estava sob administração lusitana.

Sobre tal assunto, o Brasil ser um país de analfabetos não era um dado aleatório, fazia parte das heranças do projeto de governança da coroa portuguesa. Desde o período colonial, a instrução era dada somente às classes dirigentes, cujas gerações mais jovens se deslocavam às universidades europeias para completar sua formação no ensino superior. Em função disso, não

¹² Id., 2019, p. 333, grifo nosso.

¹³ Ibid., p. 332.

é difícil entender porque a primeira universidade somente chegou aqui no início do século XX. Por conseguinte, a precarização da atividade docente não é uma novidade. Guacira Louro diz que a associação do magistério ao papel feminino da maternidade ajudou o Estado a desqualificar a função, classificando-a como secundária, logo passível de receber baixas remunerações, destacadamente sob a justificativa de que “mulheres não sustentam famílias”¹⁴.

Como dito, é praticamente impossível pensar a intelectualidade desatrelada da leitura e da escrita. Uma vez que, os discursos e as ideias só se fazem perenes quando postos no papel. Portanto, buscamos demonstrar, ao longo de todo o trabalho, que a escrita feminina é, antes de tudo, um ato político que subverteu a lógica que, à época, definia experiências, espaços e possibilidades limitados para as mulheres. Logo, a atividade intelectual feminina foi responsável por retirar do privado e expô-lo ao público o olhar e as percepções que elas tinham sobre o mundo. Depois, por fazer propaganda das capacidades intelectuais femininas, deixando clara a falácia de sua inaptidão para a racionalidade e as ciências¹⁵.

Virginia Woolf, falando de Montaigne e sua obra, reflete sobre a escrita como a transposição do próprio escritor nas páginas. Escrever, para ela, é uma tarefa árdua de construção, destruição e reconstrução. E, por isso, leva consigo parte de quem o faz¹⁶. Já quanto ao sujeito que lê, valemo-nos das palavras da personagem Halla, de Valter Hugo Mãe, quando afirma que, “os livros eram ladrões. Roubavam-nos do que nos acontecia. Mas também eram generosos. Ofereciam-nos o que não nos acontecia”¹⁷. Em outro sentido,

Pensava [a mãe de Halla] que os livros eram animais de barriga imensa para onde caíam os leitores, puxados por textos inquinados, maquiavélicos, feitos de malícias, maldades, mentiras, deturpações, transformações do que era certo em condutas erradas. Os livros tinham presas e dentes afiados e comiam gulosamente as pessoas¹⁸.

Os livros funcionam com um símbolo de todas as fontes de conhecimento. E conhecimento sempre foi este duplo. Para uns era liberdade, possibilidade de ser e ter o que não se era ou o que não se tinha. Para outros, era como “animais de barriga imensa”, promotores do

¹⁴ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: Del Priori, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 476.

¹⁵ HELLER, Barbara. **Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1880-1920)**. São Paulo: Porto de Ideias, 2006.

¹⁶ WOOLF, Virginia. **O sol e o peixe: prosas poéticas**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016b, p. 15.

¹⁷ MÃE, Valter Hugo. **A Desumanização**. São Paulo: Cosac Naiyf, 2014, p. 40.

¹⁸ Ibid., p. 108.

desvio da juventude, objeto que faz minguar a fé em Deus e envia o povo em direção à imoralidade. Todo esse debate, por seu turno, refere-se ao desejo de inclusão no processo que seleciona os sujeitos do discurso. Estes emergem de uma lógica social particular que distingue quem é capacitado à fala e quem se submete a ela. E a fala sendo entendida como a imposição de paradigmas de um grupo ao outro.

Quanto a isso, a teoria foucaultiana das sociedades do discurso faz-nos entender que a alfabetização, o sexo biológico, a classe social e todo aparato técnico da imprensa fazem parte dessa lógica de atividades, “cuja função é conservar ou produzir discursos”, de modo a “fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras restritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”¹⁹. Aplicando esses termos à realidade que estudamos, *O Lyrio* era um dos muitos esforços para burlar a lógica do *status quo* da palavra lida e escrita. Isso, uma vez que, também

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias [...]. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo relações entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão²⁰.

Nessas circunstâncias, não se pode esquecer da pujança da Modernidade enquanto discurso que ponderou acerca do Moderno e do Modernismo. E, para esclarecer os limites entre um e outro termo, *Modernismo* seria o movimento artístico, filosófico e cultural que, no recorte temporal estudado, já existia enquanto ideia e, posteriormente, foi responsável por repensar as artes e interferir na política feita no Brasil. *Moderno*, por sua vez, aproxima-se das premissas de novidade e tecnologicamente apurado²¹. Conceitos que foram deglutidos pelo novo mundo do século XX, o qual propôs novos parâmetros de educação, civilização e higienização, sobretudo às mulheres: os úteros da nação brasileira²².

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 37.

²⁰ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 77.

²¹ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 179-190

²² MANSANERA, Adriano Rodrigues. **O poder do médico higienista na medicalização do feminino**. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2015.

E a maternidade, destacadamente, foi um tema recorrente entre os artigos e poemas d’*O Lyrio*. Contudo, poucos foram os textos que desviaram de um perfil comum, no qual elas se ocupavam em escrever declarações de amor, descrições dos contratempos e das recompensas de ser mãe e, até mesmo, as dores e lamentos pelo luto por seus pequenos quando morriam. Outro aspecto importante desse mesmo assunto é a relação delas com suas próprias mães, dedicando-lhes poemas que bendiziam suas qualidades, assim como efusivas declarações de gratidão pelos sacrifícios feitos. Assim, o dito e, destacadamente, o não dito ajudar-nos-ão a pensar o tema da maternidade. Tarefa esta que tão logo iremos nos ocupar em realizar.

Isso posto, não podemos esquecer que, em razão da historiografia que foi inaugurada por Marc Bloch e Lucien Febvre, hoje somos capazes de apreciar infindáveis temas, sustentados por diferentes fontes e utilizando distintas metodologias²³. Exemplo disso, a imprensa tornou-se um dos mais comuns lugares de acesso às falas de dissemelhantes grupos sociais, em diferentes épocas e lugares²⁴. Porém, este estudo somente pôde ser escrito graças à ousadia, ao trabalho e aos sacrifícios das intelectuais dos movimentos feministas, sobretudo as da década de 1960, por sua vez, antecedidas por fortes mulheres como Amélia Beviláqua, Maria Augusta de Freire, Cândida Duarte de Barros, Ursula Garcia, Edwiges de Sá Pereira, Adalgisa Duarte Ribeiro, Luiza Cintra Ramalho, Elisa Cunha e Belmira Vilarim.

1.2 Fontes e Recorte Temporal

Para elaboração deste trabalho, mapeamos alguns dos acervos nos quais poderíamos ter acesso à revista *O Lyrio*. Assim, primeiro buscamos os arquivos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e encontramos apenas os números 1 e 2, de 1902, e os números 4, 7 e 13/14, de 1903. Por essa razão, passamos aos arquivos físicos da cidade do Recife, a partir dos quais nos dirigimos à Biblioteca Pública do Estado e não apenas encontramos os documentos na seção de obras raras, como também uma parte da bibliografia. Em visita posterior ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, recebemos a ajuda do servidor Kleber, que, não encontrando a versão física da Revista, disponibilizou-nos a versão digitalizada dos documentos.

²³ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 111.

²⁴ *Ibid.*, p. 113.

Dos 21 números indicados por Luiz do Nascimento, tivemos acesso a 20 deles. Desses, a partir da versão digitalizada a que tivemos acesso, faltam as páginas finais dos exemplares 7, 8 e 9, bem como a página 4 do número 17. E, além da revista propriamente dita, buscamos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional jornais que nos auxiliassem a esclarecer pontos nebulosos da pesquisa. Por exemplo, a repercussão que *O Lyrio* teve em outros periódicos e mais informações sobre seus anunciantes e colaboradores. Assim, encontramos informações no *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno*, *Diario de Pernambuco*, *Estado do Espírito Santo*, *A Província* e *Almanach de Pernambuco*.

Quanto ao recorte cronológico, ele segue o tempo de publicação da revista — entre 1902 e 1904 —, contudo foi preciso avaliar outros períodos. Isso, porque o objetivo é entender a Revista enquanto plataforma de promoção de opiniões, exercício literário e espaço de ensaio para propostas e ideias acerca da emancipação intelectual feminina. E, por essa razão, foi preciso visitar outros momentos, em busca de entender os sujeitos por trás da obra. Em suma, como a Revista é a fonte central e também objeto de interesse, todo o material complementar serviu-nos para coletarmos informações que nos permitissem analisar o contexto histórico com o qual trabalhamos.

1.3 Estrutura da Dissertação

Tendo em vista o referencial teórico, a divisão em capítulos atenderá aos objetivos específicos que delimitamos para o trabalho.

Na primeira parte, buscamos investigar o cenário político e cultural que permitiu às fundadoras d'*O Lyrio* condições materiais e sociais para a criação do periódico. Temas como escravidão, família, infância, educação, urbanização e mercado de trabalho foram abordados para dimensionarmos o cotidiano experienciado naqueles dias. Por conseguinte, foi possível visualizar os modos e os costumes do Recife, e também do Brasil, entre o início do século XIX e o fim da década de 1910. Frente a isso, nomes como Marco de Carvalho, Susan Besse, Margareth Rago, Noemia Maria Queiroz, Alcileide Cabral, Lilian Schwartz e Maciel Henrique Júnior foram alguns dos autores que nos ajudaram a compor o primeiro capítulo.

Na segunda parte, o objetivo foi avaliar a formação do sistema de ensino, os hábitos de leitura e a produção literária brasileira, como suportes para a intelectualidade feminina à

pernambucana. Sobre tais temas, em certo momento, dedicamo-nos à reflexão quanto à construção do discurso e, para isso, Michael Foucault e Roger Chartier deram-nos apoio. Virginia Woolf, por sua vez, foi responsável por nos fazer pensar quanto à profissão escritora. Já autores como Norma Telles, Ana Luiza Martins, Carlos Costa, Gilberto Pinheiro Passos, Sergio Miceli, Alessandra El Far, Barbara Heller e outros foram fundamentais para compreendermos os processos que constituíram a leitura e a escrita como funções intelectuais.

Por fim, a última parte teve como objetivo a descrição e análise da forma e do conteúdo da Revista *O Lyrio*. Nesse sentido, igualmente foi necessário investigar as histórias pessoais de seus colaboradores, que, em razão dos limites da documentação, sobre alguns tivemos mais informações do que outros. Para essas tarefas, não apenas consultamos *O Lyrio*, mas também determinados jornais da época. Por exemplo, *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno*, *Diário de Pernambuco*, *Estado do Espírito Santo*, *A República* e *Almanach de Pernambuco*. Quanto aos trabalhos de Luiz do Nascimento, precisamos destacar que foram absolutamente essenciais.

Os três momentos deste trabalho têm por objetivo principal compreender os mecanismos sociais que permitiram o surgimento de *O Lyrio* como uma experiência fruto de séculos de luta feminina no mundo ocidental, no Brasil e, por fim, em Pernambuco. Na mesma esteira, se teve como compromisso narrar e refletir as consequências de sua criação para o processo de emancipação da produção intelectual feminina do estado. Haja vista que, somente, tomando o conceito do “espectro das carreiras dirigentes”, de Sergio Miceli, as ideias sobre a profissão escritora, de Virginia Woolf, e a história da escrita feminina, de Norma Telles, já somos capazes de dimensionar que *O Lyrio* não foi uma empreitada aleatória, consequência de um trabalho mau ajambrado ou uma futilidade de mulheres ricas.

Este é um trabalho que pretende se somar ao esforço de muitas e muitos pesquisadores que procuram demonstrar como, até pouco tempo, a escrita foi sinônimo de luta por emancipação política, social, econômica e sexual das mulheres. Enquanto ainda eram tolhidas de fazer política, elas encontravam meios de se dizer na História. Quando analfabetas, somente registravam sua memória com símbolos, os quais se materializavam nos enxovais, *souvenirs*, retratos, mechas de cabelo e dentes de leite de seus filhos. Tudo guardado como rastros de suas histórias particulares. Quando alfabetizadas, a todos esses símbolos somavam cartas, diários, bilhetes, anotações nos livros, rascunho em diferentes pedaços de papel. Registros que, quando salvos do fogo, perdiam-se nos silêncios dos arquivos.

As dissertações de Priscila Souza, Pedro Peres, Laércio Dantas, Natália Barros e Gisele Carvalho, assim como as teses de Algemira Mendes, Hajnalka Gati e Rômulo Júnior foram, particularmente, fontes de muitas reflexões para esta pesquisa. Tais trabalhos, em associação com as demais bibliografias, deram-nos a certeza de que esses anos que marcam a virada do século XIX para o XX não podem ser esquecidos. É natural, porém, que, em razão do avultoso número de documentos, as décadas de 1920 e 1930 ganhem mais destaque. Contudo, aqueles foram anos de igual dinamismo social e político, em que tiveram origem muitos dos argumentos que seriam usados posteriormente pelos já estruturados movimentos feministas.

Portanto, *O Lyrio* não pode apenas ser entendido como uma revista, um objeto de entretenimento puro e simples. Mas, sim, como um espaço associativo, uma plataforma de fomento e compartilhamento de impressões acerca do novo mundo — sem necessariamente possuir o caráter tático dos futuros grupos de mulheres, como será o caso do Partido Republicano Feminino, de 1910, ou da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, de 1918. Ainda assim, *O Lyrio* torna as conquistas das antecessoras como trampolim para avançar nos debates e nas conseqüentes lutas por mais espaço político para as mulheres.

Particularmente, e em certo sentido, concebemos a História como uma narrativa que descreve as sucessões de ações, das minúsculas às mais grandiosas, de homens e mulheres, famosos e anônimos, ao longo do tempo. É como um grande quebra-cabeça, em que cada trabalho é uma peça. Esta peça, então, encaixa-se na História das Mulheres. E, muito longe de ter sido a mais lida ou a mais conhecida revista feminina do Recife, *O Lyrio* foi uma peça importante no quebra-cabeça da história de todas as suas redatoras, secretárias, diretoras, proprietários e leitoras. Pessoas comuns, que nasceram, viveram e morreram como todas as outras. Mas sem as quais essa peça não existiria para compor a História da Cidade do Recife, a História de Pernambuco, a História do Brasil e, ousadamente, a História Mundial.

2 UM JARDIM CHAMADO RECIFE

“Jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve”.

Ítalo Calvino²⁵.

Dizer *Recife* em 1902 é completamente diferente de dizê-lo em outros tempos. Cada época e, por que não dizer, cada observador teve seu Recife particular. Pois, os usos e sentidos que cada tempo e cada observador deu à cidade é tão múltiplo quanto são os tempos e os observadores. Nesse sentido, o Recife que aqui iremos falar é ainda uma outra cidade. Não a vivida, porque esta é complexa e, por vários aspectos, imaterial. Tão pouco a real, porque esta não pode ser circunscrita pelas palavras. O Recife do qual iremos tratar é, portanto, uma colcha de retalhos montada através dos discursos de observadores que o descreveram sob a percepção de seu tempo. A cidade que iremos narrar é, então, uma cidade imaginada.

Inspiramo-nos na máxima que diz: “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente. [...] A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir”²⁶. Em minhas palavras, a cidade da ponte Maurício de Nassau é dita Recife antes e agora, mas a ponte, a cidade e a boca que diz, antes e agora, são outras, são várias. Por isso, entendemos o Recife como Marco Polo entendeu Maurília. Sobre ela, ele diz: “é inútil querer saber se estes [os deuses do presente] são melhores do que os antigos, dado que não existe nenhuma relação entre eles, da mesma forma que os velhos cartões-postais não representam a Maurília do passado, mas uma outra cidade que por acaso também se chama Maurília”²⁷.

2.1 A cidade do século XIX: escravidão, ciência e higiene

Tão logo é importante dizer que, neste e nos próximos momentos deste capítulo, o objetivo é nos situar historicamente, para vislumbrarmos o que era viver no Recife dos dias anteriores e correntes à inauguração d’*O Lyrio*. Assim, comecemos por aquele que foi o século

²⁵ CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 59.

²⁶ *Ibid.*, p. 23.

²⁷ *Ibid.*, p. 31.

que moldou quase todas as bases políticas, sociais, culturais e econômicas, não só da capital pernambucana, mas também do Brasil: o século XIX. E essa jornada inicia-se com a mudança da família real portuguesa ao Brasil. A transferência da Corte foi um marco na trajetória do país, tendo em vista que inaugurou o processo que culminaria na sua emancipação política, dando início à construção da identidade nacional brasileira.

Ao atracarem na colônia, inicialmente em Salvador e somente depois no Rio de Janeiro, a comitiva real se deparou com cidades que seguiam o padrão de higiene dos grandes agrupamentos urbanos da época. Assim, com aspectos semelhantes ao que ocorria em Lisboa, aqui as ruas eram “estreitas, sujas e mal calçadas, apinhadas de gente que vendia de tudo: frutas, salsichas, chouriços, peixe frito, azeite e doces. Cães, porcos e aves domésticas se espalhavam pelos cantos. Como a sarjeta corria no meio da rua, os detritos eram ali atirados”²⁸. Porém, a natureza exuberante dos trópicos era completamente diferente da natureza amena da Europa.

No lugar das cores suaves das amendoeiras em flor, que tomavam conta de Portugal naquele período do ano, o que se via era uma paisagem frondosa, com cores exuberantes, as palmeiras com seus frutos, as flores coloridas, e sentia-se a mistura dos cheiros dos quitutes preparados à base de azeite de dendê com o odor salgado da maresia²⁹.

Portanto, é razoável pensar que a primeira impressão causada pela paisagem deve ter aberto a boca e arregalado os olhos dos recém-chegados portugueses. No entanto, muito mais do que a fauna e flora, chamava a atenção a nossa paisagem humana. A presença massiva dos escravos e a nossa particular cultura sincrética e costumes híbridos, foi um ponto constantemente citado nas narrativas da maioria dos viajantes que registraram sua passagem por estas terras³⁰. Isso, porque a presença de escravizados nas cidades europeias, sobretudo negros, não era só um dado incomum, como uma realidade praticamente inexistente. Lá, o regime de trabalho era outro e estava em processo de transição. Em alguns países e localidades, ainda se baseava na servidão, mas em outros já coexistia com o modelo burguês, livre e assalariado, sobretudo nos centros urbanos, que começavam a crescer.

²⁸ SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 172.

²⁹ *Ibid.*, p. 172-173.

³⁰ *Ibid.*, p. 173.

A visão de pessoas negras e mestiças, cujas peles suadas reluziam sob o sol tropical, trajadas com poucos panos para o padrão europeu, falando com um sotaque cheio de ritmo, movendo os corpos com uma destreza incomum e imersas nos cheiros e cores do novo território, marcou a memória e foi fonte de muitas narrativas sobre o Brasil. Tal imagem, por sua vez, não agradou os olhos de Charles Darwin, que, enquanto voltava à Inglaterra, em 12 de agosto de 1839, foi obrigado pelos ventos a atracar no porto do Recife³¹.

O naturalista britânico achou o povo daqui rude, as ruas enlameadas e sujas demais. E, infelizmente, sua impressão só piorou quando, ao caminhar pela cidade, ouviu os gemidos de alguém que era castigado no interior de uma casa. Por supor ser um escravizado, e, somando este a outros episódios em que, também no Rio de Janeiro, pôde presenciar o flagelo humano diante da escravidão, Darwin “escreveu que não se esqueceria mais disso”³². Para ele, “o Recife era indissociável da escravidão”³³. Ponto sobre o qual Marcus de Carvalho reflete que o “Recife não era somente isso. Tinha também seus encantos. Mas esse retrato feito por Darwin — curto e claro — é um resumo bastante preciso de uma significativa parte da realidade cotidiana de uma sociedade escravista”³⁴.

Por seu turno, as águas que enlamearam as ruas que Darwin pisou eram as mesmas águas que ditavam o ritmo da capital de Pernambuco. Cercada pelos rios Capibaribe e Beberibe, mesmo com todas as reformas providas pelos governos que, desde os holandeses, empenharam-se na tarefa de saneá-la, os transbordamentos e enchentes faziam parte do cotidiano da cidade. De tal sorte que, a distribuição de águas para beber e se servir sustentava uma cadeia de profissionais livres e escravizados. Além das águas para abastecimento, os rios proporcionavam também lazer e diversão, pois as temporadas quentes do verão eram vividas em residências à beira do rio. O crescimento do bairro do Poço da Panela, por exemplo, deu-se ao redor dos casarões onde as famílias abastadas iam buscar temperaturas mais frescas e dias agradáveis³⁵.

Assim, em tempos onde não havia água encanada, era preciso comprá-la dos *aguadeiros*. Estes, em razão da contaminação do Capibaribe, fruto da soma de um rápido crescimento populacional e nenhuma estrutura de coleta de esgotos, precisavam navegar até as ainda limpas águas do Beberibe. Por essa razão, os preços subiam na mesma proporção que as

³¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdades: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 1.

³² *Ibid.*, p. 2.

³³ *Ibid.*, p. 2.

³⁴ *Ibid.*, p. 3.

³⁵ *Ibid.*, p. 24-25.

fontes próximas iam sendo apodrecidas. “O resultado é que algumas famílias mais abastadas preferiam não depender dos aguadeiros, empregando seus próprios pretos canoeiros para abastecer suas casas de água”³⁶.

Assim, os escravizados desempenhavam toda sorte de trabalhos e serviços que se constituíam na base para o funcionamento da produção, sobretudo a açucareira, desenvolvimento do comércio e abastecimento da população. Eles próprios, tratados como a mercadoria mais valiosa do comércio, por séculos, fizeram de Pernambuco um estado próspero. Em razão das condições geográficas, era mais fácil e menos custoso que o Recife servisse como um dos principais entrepostos de comércio entre os fornecedores africanos de gente e os compradores do mercado brasileiro. Assim, era aqui que os navios negreiros se abasteciam de mantimentos para seguir viagem aos demais estados, como também descarregavam parte da sua carga humana para suprir as áreas rural e urbana de mão de obra. Logo, confirma-se “a regra brechtiana de que por traz de toda grande fortuna existe um grande crime”³⁷, e as famílias das mulheres d’*O Lyrio*, como veremos, não estavam isentas dessa lógica.

No curso do século XIX, por mais que sucessivas leis tenham proibido a exibição de escravizados recém-chegados da África, são muitas as narrativas descrevendo os mercados onde essas pessoas eram oferecidas à venda, expostas desnutridas e tomadas por purulentas feridas causadas pelas moléstias e pelos maus-tratos sofridos durante a viagem dos navios negreiros. No meio deles, lamentavelmente, havia muitas crianças. Verdadeiros milagres. Pois, seja em função do extremo sofrimento da viagem, seja em razão do trabalho extenuante, da má alimentação e das muitas doenças que lhes aguardavam no desembarque³⁸, ser uma criança escravizada era sinônimo de uma existência constantemente ameaçada pela morte, que, quando superada em um primeiro momento, tornava-se uma morte em vida no seguinte. Em claros termos, não existia infância para os pequenos escravizados³⁹. Dado que não parece ser claro para quem vivia aqueles dias.

Maria Graham, educadora e governanta inglesa da filha do imperador, D. Maria da Glória, tinha uma percepção muito semelhante aos brasileiros da época, segundo a qual, “aos olhos das pessoas livres, servir-se de besta para o pequeno futuro dono não era ainda ‘atividade’,

³⁶ Ibid., p. 29.

³⁷ Ibid., p. 120.

³⁸ Ibid., p. 228.

³⁹ GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In.: DEL PRIORI, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 177-190.

mas apenas uma brincadeira”⁴⁰. Na mesma direção, para Jean-Baptiste Debret, “as crianças cativas, até os seis anos, viviam em “igualdade familiar’ [...]. Eram deixadas livres nos primeiros anos, ‘a comer, beber e correr”⁴¹. Uma descrição, no mínimo, amenizada da triste realidade que as crianças escravizadas experimentavam.

As genitoras dessas crianças, por vezes, eram obrigadas a dar seu leite aos filhos das sinhás. Assim, não podiam ser as únicas responsáveis pelos cuidados com os seus pequenos. A vida comunitária em condição de escravidão não só era inevitável, como também era necessária à sobrevivência diante dos constantes abusos físicos e mentais⁴². Geralmente, as mulheres revezavam-se com os cuidados dos bebês. Já os maiores acompanhavam as mães e os pais no trabalho. Logo, as famílias negras eram constantemente desfeitas pelos senhores, que, ao seu bel-prazer, vendiam para outros proprietários ou presenteavam parentes com os membros do que, na versão branca e livre, seria o núcleo familiar⁴³.

Nessa direção, se sairmos das ruas e adentrarmos ao interior das casas, os escravizados domésticos dos espaços urbanos experimentavam uma vida muito semelhante à relação entre a casa-grande e a senzala. As senhoras brancas genuinamente acreditavam que seu trabalho de gerenciar os criados e dar-lhes ordens era uma atividade extenuante e, por contrabalancear o papel público que a ocupação de seus maridos desempenhava, ambos contribuía muito com o progresso do País⁴⁴. Assim, seguindo os preceitos da fé cristã, que pregava a caridade e a piedade, no fim do século XIX, já com o declínio da mão-de-obra escravizada, era comum essas senhoras terem uma “Catarina” em casa. Na linguagem da época, uma Catarina era “uma criança ou adolescente que, em condição de miséria (e às vezes de orfandade), era entregue pelos parentes a uma família como doméstica, em troca de educação e zelo por sua honra”⁴⁵. Este modelo não era a realidade para muitas meninas, que eram defloradas pelos patrões, que, em tese, deveriam ser responsáveis por sua instrução e segurança.

Tudo o que foi descrito até este ponto, nos serve para pôr em perspectiva o fato de que as mulheres d’*O Lyrio* somente uma vez tocaram no tema da escravidão e poucas vezes resvalaram nos reflexos sociais desse lamentável capítulo da história do Brasil. Dado que não nos impediu de perceber a influência que a estrutura escravocrata teve na elaboração da

⁴⁰ Ibid., p. 186.

⁴¹ Ibid., p. 187.

⁴² SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 79.

⁴³ Ibid., p. 83.

⁴⁴ SILVA, Maciel Henrique. **Nem Mãe Preta, nem Negra Fulô**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 193.

⁴⁵ Ibid., p. 241.

subjetividade e da moral delas. De tal sorte que, a pobreza aparece sempre como um fato social que precisa de atenção por parte do Estado e das camadas ricas, no entanto, nunca são expostas as razões sociais de sua existência. Ou seja, a pobreza é apresentada como um problema real, mas que não tem origem claramente determinada.

Para falarmos deste tema, primeiro citamos o texto de Amélia de Freitas Bevilaqua, onde ela condena a comum prática de delegar os cuidados e, por conseguinte, a educação das crianças aos criados, ou mesmo à escola. Na percepção dela, a falta de instrução corromperia a moral dos empregados, os quais se tornariam um perigo à virtude dos inocentes, enquanto às escolas seriam rígidas e violentas demais, o que também não era uma abordagem benquista. Não sabemos até que ponto tal percepção seria compartilhada com as outras membras da Revista, mas segundo Amélia: “não precisa que lhe batam, e nem que o maltratem; simplesmente a carícia e os bons conselhos fazem os bons meninos”⁴⁶.

Por seu turno, algumas páginas depois, Edwiges de Sá Pereira escreve em resposta e defende que a culpa pela falta de educação não seria propriamente dos criados, mas da sociedade que não lhes concedia a oportunidade de fazê-lo. Assim, caberia às mulheres educadas, no caso, elas mesmas, mostrar-lhes o caminho do conhecimento e da moral cristã. Segundo as palavras dela, “como exigir que a mulher ignorante aperfeiçoe o coração de uma criança, combatendo aos seus defeitos, incutindo-lhe criteriosos exemplos, inspirando-lhe obediência e respeito aos princípios básicos da sociedade se ela desconhece a sociedade e até muitas vezes os seus princípios?”. E, por fim, ela completa dizendo, “encerro esta aqui [sic] juntando aos meus votos que com certeza fazeis para que a sociedade estenda à infância desvalida as duas mãos protetoras e seja a sua única divisa: educar e moralizar”⁴⁷.

Essas duas citações se somam a outras passagens e nos fazem refletir sobre o quão forte demonstra ser o discurso da tutela das populações subalternizadas. Aos pobres e não instruídos caberia a obediência de seguir aquilo que é dado como certo por quem se considerava iluminado e esclarecido. Assim, cada uma ao seu modo, as escritoras demonstraram que n’*O Lyrio* se fazia cumprir a missão de levar conhecimento, moral e virtude aos que não possuíam esses dons. Uma vez que, os estigmas sociais da pobreza e da cor não poderiam ser apagados, mas, pelo menos, eles deveriam ser amenizados pela gratidão, subserviência e reconhecimento diante do esforço que os homens e mulheres sábios, e, por isso, brancos, desprenderam para dar aos

⁴⁶ *O Lyrio*. Recife, 1 de março de 1903, p. 1-2.

⁴⁷ *O Lyrio*. Recife, 1 de março de 1903, p. 8-9.

escravizados a possibilidade do direito à liberdade. Argumento este que veremos com detalhe mais à frente.

Nessa direção, *O Lyrio* contou com um sortido número de textos que tangenciavam a questão racial, destacadamente, ao enaltecer a beleza do padrão estético europeu. Alguns contos e poesias foram dedicados às crianças, demonstrando ter como função educa-las no caminho da moral e da bondade cristã, mas também, demarcar quais características físicas indicavam a bondade ou a maldade das pessoas. Um desses textos, intitulado “Conto Infantil”, escrito por Francisca Clotilde e dedicado à Dinorah, expõe uma história em que Jesus é o protagonista. O enredo é simples e aponta a Palestina como palco da narrativa, no entanto, a autora descreve uma cena em que “sacudia de manso os cabelos alourados do futuro Redentor”⁴⁸. Trocando os termos, ela constrói um conto em que Deus se vez carne em um menino palestino, porém, loiro.

Com esta passagem, por sua vez, demonstramos e reafirmamos a já conhecida visão eurocêntrica da cultura ocidental, mas também, e não podemos esquecer, apontamos para estrutura racista da sociedade brasileira, que naqueles dias estava a poucos anos de distância da escravidão legal. Logo, não só Francisca Clotilde, mas também Edwiges de Sá Pereira⁴⁹, Amélia de Freitas Bevilaqua⁵⁰, Luiza Ramalho⁵¹, Candida D. Ribeiro⁵² e Luiza de Oliveira Costa⁵³ escreveram textos ficcionais cujos personagens foram descritos como “loiros” e possuidores de uma série de características morais dadas como positivas.

Diante disso, não é possível descolá-la das influências culturais de sua época. Por mais que em muitos aspectos elas tenham sido vanguardistas, ainda eram filhas de seu tempo. De sorte que, o tema da escravidão não parecia importante o suficiente, ou era espinhoso demais para ser pauta recorrente nas páginas de uma revista para senhoras e moças. E o único texto que toca diretamente no assunto, foi escrito por Maria de Oliveira Cavalcante, do Colégio Santa Cecília, e se chamou “13 de maio”. Com ele percebemos o citado argumento que defendia uma servidão compulsória após a abolição, pois, segundo a autora, a liberdade teria um preço a ser pago. E, sobre isso, ela declara que:

⁴⁸ **O Lyrio**. Recife, 1 de abril de 1903, p. 4.

⁴⁹ **O Lyrio**. Recife, 5 de novembro de 1902, p. 6.

⁵⁰ **O Lyrio**. Recife, 1 de março de 1903, p. 10.

⁵¹ **O Lyrio**. Recife, 1 de abril de 1903, p. 7.

⁵² **O Lyrio**. Recife, 5 de outubro de 1903, p. 8-9.

⁵³ **O Lyrio**. Recife, fevereiro de 1904, p. 3.

Estava morta a hidra medonha da escravidão. Restava, porém, que os libertos soubessem corresponder ao bem que lhes havia sido feito. Tinham todos e têm os que, ainda sobrevivem a obrigação de ser gratos e reconhecidos aos que tudo fizeram em seu benefício. E só poderão ser gratos a esse benefício não abusando da liberdade. Esperamos que saibam eles sempre corresponder, cada vez melhor, à confiança que lhes foi depositada. Aos que têm sabido corresponder essa liberdade, trabalhando e sendo boas, a sociedade tem acolhido como irmãos. Foi para o trabalho que Deus criou o homem. Onde o trabalho cessa, entra a miséria. Com a miséria a fome, o crime e pelo crime caem todos os horrores sobre a cabeça de quem os comete⁵⁴.

Percepções como estas compuseram as opiniões de estrangeiros, como os já citados Maria Graham e Jean-Baptiste Debret, e também fizeram parte da opinião pública. Por seu turno, elas vieram dos bancos universitários e integravam a ciência e o conhecimento produzido no Brasil daquele século⁵⁵. Os cursos de Direito, em Olinda e São Paulo, tinham como propósito construir uma legislação favorável a uma elite intelectual branca e escravista, assim como as grandes instituições criadas, como a Imprensa Régia, Biblioteca Nacional, Real Horto, Museu Real e o Instituto Histórico e Geográfico, todas trabalhavam em função de construir uma produção científica, cultural e memorial próprias de um país escravista⁵⁶. Portanto, a partir de 1870, vários “ismos” faziam parte das teorias debatidas e defendidas nas universidades e demais instituições, desde o evolucionismo social, positivismo e naturalismo, até darwinismo social. Para essa fase, Lilian Schwarcz chama à atenção e diz:

É preciso entender (...) principalmente por que se elegiam as teorias raciais de análise em detrimento de outros modelos de sucesso na época. A resposta não é tão imediata. Ou seja, se é certo que o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização, isso implicava, no entanto, certo mal-estar quando se tratava de aplicar tais teorias em suas considerações sobre as raças. Paradoxalmente, a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado⁵⁷.

No caso específico de Pernambuco, antes de 1870, Tobias Barreto foi responsável por fundar aquela que ficou conhecida como Escola do Recife. Fruto da fusão entre as teorias evolucionistas de interpretação alemã, a religiosidade cristã e uma particular aversão à

⁵⁴ **O Lyrio**. Recife, abril e maio de 1904, p. 8-9.

⁵⁵ Cf. MARTINS, Ana Luiza. Luca, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 33.

⁵⁶ SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 32.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 46.

tendência sociológica positivista francesa. Em seguida, Silvio Romero ocupou-se em somar nesta equação a rejeição à metafísica⁵⁸. Assim, esse foi um movimento que modificou as bases do ensino da Faculdade de Direito do Recife, comunicando seus novos paradigmas pelos jornais e influenciando as políticas públicas dos diferentes governos, até boa parte do século XX⁵⁹.

Sobre tal influência política, o próprio Tobias Barreto foi deputado da província. Martins Júnior foi ministro da Justiça. Silvio Romero foi deputado estadual. E Clóvis Beviláqua, marido da diretora d'*O Lyrio*, Amélia Beviláqua, foi um dos redatores do Código Civil e membro da Corte Permanente em Haia⁶⁰. Em outros termos, eles não apenas ditavam os rumos teóricos, como estavam guiando as mudanças de dentro do sistema político, o que, por conseguinte, “a partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa a combinar a antropologia, se elege como ‘sciencia’ nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação”⁶¹.

Acerca das revistas da Faculdade de Direito do Recife, Clóvis Beviláqua e os demais discípulos de Silvio Romero foram responsáveis por redigir artigos de medicina legal, sociologia, direito comercial, público e tributário, tornando-os, então, dominantes e “alternando a hegemonia das áreas de direito civil e criminal”⁶². Sobre esta última área específica do Direito, Lilian Schwarcz afirma que, na realidade do Recife, a influência do determinismo racial das teorias de Lombroso e Ferri foi especialmente robusta⁶³. Diante disso, “Beviláqua associa a formação do criminoso a um meio socialmente adverso, fruto da falta de ação política para sanar os problemas sociais”. De modo que, para eliminar a criminalidade da sociedade, seria necessário antes “limpá-la”⁶⁴. E, nesse sentido,

Para Beviláqua forçar os ociosos ao trabalho era essencial não apenas na substituição do trabalho escravo pelo trabalho proletário, mas também para a segurança pública, individual e da propriedade. Entretanto, a coação ao trabalho por si só, segundo ele, não resolveria o problema da criminalidade. Além da repressão à vagabundagem e à ociosidade, eram necessários também bons salários e, principalmente, educação. Para Beviláqua, a educação era o melhor meio de recuperar ou mesmo de evitar que os

⁵⁸ ATAÍDE, Regina Alves; SÁ, Vera Borges de. **Os Bacharéis e a Imprensa no século XIX no Recife: a produção de Tobias Barreto**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais*.... p. 2.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 3.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 2.

⁶¹ SCHWARCZ, op. cit., p. 203.

⁶² *Ibid.*, p. 208.

⁶³ *Ibid.*, p. 209.

⁶⁴ DANTAS, Laércio Albuquerque. **A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2013.

indivíduos pobres, mais propensos ao crime devido ao meio social adverso, se tornassem criminosos⁶⁵.

É interessante notarmos que todas essas ideias coexistiam muito proximamente às mulheres da Revista e, por isso, não podemos descartar a influência da Escola do Recife em suas próprias percepções de mundo. No próximo capítulo, iremos nos dedicar mais profundamente ao tema da Educação. Por ora, ocupemo-nos das políticas públicas que se sustentaram na teoria do saneamento social. Sobre ela, não só teve forte destaque no Estado de Pernambuco, como também, em diferentes níveis, toda intelectualidade do Brasil já estava contaminada pelas ideias higienistas de povo. Após a lei Áurea, os parlamentares começaram a pensar com maior afinco a respeito da vadiagem. Inspirados pelos escritos do francês Frédier, julgaram que eram capazes de complementar a obra do autor e deliberar quando a profundidade e aplicabilidade dos conceitos de “classes perigosas” e “classes pobres”⁶⁶.

A consequência foi, no mínimo, lamentável. Pois, para eles, “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade”, por conseguinte, “temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos”⁶⁷. E este foi o raciocínio que sustentou as leis que mandavam demolir os cortiços, especialmente no Rio de Janeiro⁶⁸, e os mocamos, especialmente no Recife⁶⁹. Portanto, nesse cenário, de um lado havia os higienistas cada vez mais ampliando o sentido da palavra *cortiço*, de início tratados somente como “habitação coletiva”⁷⁰. De outro, havia os agentes municipais, cada vez mais contrários às massivas interdições das habitações coletivas⁷¹. E, no meio deles, a população pobre, recém-liberta, negra e mestiça que não tinha para onde ir. Logo, em especial, o Recife parecia uma das cidades contínuas que Marco Polo visitou, onde “os espaços se misturam” e a sanha pelo crescimento fazia as “cabras reconhecerem as ervas da calçada”⁷².

No texto “Aspectos”, escrito por Amelia de Freitas Bevilaqua, encontramos uma descrição do problema sanitário que seria a presença de leprosos, tuberculosos e outros doentes

⁶⁵ Ibid., p. 58.

⁶⁶ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 21.

⁶⁷ Ibid., p. 22.

⁶⁸ Ibid., p. 46.

⁶⁹ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos Modernos**. 2. ed. Recife: Ed. UFPE, 2016, p. 40-41.

⁷⁰ CHALHOUB, op. cit., p. 40.

⁷¹ Ibid., p. 44.

⁷² CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 139.

que vagavam esmolando pelas ruas do Recife, sem querer se dirigir aos hospitais e asilos, onde supostamente poderiam encontrar apoio. Em certo trecho a autora escreve:

Doentes de toda espécie expõem ao público os seus males a exalarem infectos miasmas. Apavorados, transidos de pena, atravessamos apressados por entre esse peditório e essa alastração [sic] de infelizes que fazem revoltas de piedade (...). No entanto, no meio dessa verdadeira exposição de chagas de todos os tamanhos, de todos os gêneros, se amontoam os tabuleiros, os doces, as boas frutas com que nos alimentamos; verdadeiros depósitos de micróbios, portadores imediatos de males para a humanidade! Queremos hospitais, corremos do lepreto [sic], temos horror ao tuberculoso, fugimos de todos; nos resguardamos de um copo neste ou naquele lugar, e atravessamos as pontes desassombrados; permanecemos no bonde, na mesma quentura de um tuberculoso, com os pés sobre os miasmas do seu cuspo!⁷³

Vale destacar que a tuberculose se fez tema presente em vários números da Revista, seja como a causa da morte de personagens ficcionais ou reais, seja como a razão de eventos sociais que a própria redação promoveu ou foi chamada a participar para recolher donativos. Sobre o tema, o texto “Dois dedos de prosa”⁷⁴, de Maria Clara Cunha Santos, nos faz pensar acerca dos potenciais ganhos frente às mudanças arquitetônicas promovidas pelo movimento sanitarista. A autora destaca que as reformas urbanas do Rio de Janeiro permitiriam a atividade física, sobretudo para os rapazes, e isso seria um grande ganho à saúde geral da população. Uma vez que, os jovens, em particular, negligenciavam a saúde em favor dos estudos. O que não fazia sentido para ela, já que não adiantaria ter um diploma quando seu preço seria a tuberculose. Assim, nessa passagem estão implicitamente inclusas as novas percepções de que a atividade física promoveria corpos saudáveis e que os espaços ao ar livre mitigariam a possibilidade de contaminação por doenças respiratórias, como é o caso da tuberculose.

Sem embargo, a teoria higienista não ficou apenas no nível das políticas públicas habitacionais. Ao falarmos das transformações vividas pelo século XIX, não se pode deixar de lado a chamada “vocação para a maternidade”, que foi transformada em saber pedagógico e científico⁷⁵ cujas bases estão no projeto capitalista de produção de homens úteis e, interferindo em todos os setores da vida humana, tentaram inclusive produzir “uma forma de pensar correspondente a esta ordenação produtiva”⁷⁶. Por conseguinte,

⁷³ **O Lyrio**. Recife, 5 de julho de 1903, p. 1-2.

⁷⁴ **O Lyrio**. Recife, 5 de setembro de 1903, p. 1-2.

⁷⁵ MANSANERA, Adriano Rodrigues. **O poder do médico higienista na medicalização do feminino**. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2015, p. 7.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 11.

Nessa adaptação à ordem burguesa, a mulher-mãe, com seu carinho e afetividade naturais, iria educar os filhos contra as degenerações sociais; a mulher-professora complementar a educação recebida em casa sobre os perigos dos vícios; a mulher-noiva, pela sua paixão, conseguiria estancar o mau comportamento do noivo causado pelas más companhias; a mulher-esposa, pelo seu amor e carinho, conseguiria muito do seu, evitando que o mesmo caísse no vício do álcool⁷⁷.

Em outros termos, as mulheres eram educadas para serem o pilar de sustentação dos homens e da sociedade patriarcal. Na mesma direção, a puericultura tornou-se disciplina essencial nos diferentes níveis do ensino formal feminino, cujo objetivo era ensinar, desde cedo, o modo “científico” de lidar com a educação e as doenças da infância⁷⁸. “Não obstante, as aspirações das mulheres se elevavam e as realidades sociais mudavam à medida que as famílias de classe média urbana buscavam mais educação para as filhas”, seja para garantir que fossem boas esposas, seja para possibilitar a elas formação profissional, caso precisassem se manter⁷⁹. Portanto, ainda na esteira das reformas sociais, vieram as já citadas reformas físicas da cidade.

A urbanização do final do século XIX aumentou drasticamente as oportunidades de investimento, emprego, mobilidade social e mobilidade política — oportunidades que, por sua vez, fomentaram transformações na consciência e gradativamente afrouxaram as relações sociais patriarcais tradicionais⁸⁰.

O espírito reformador que, surgindo junto com as inovações técnicas da Revolução Industrial, promoveu um otimismo que culminaria nas utopias que previam a paz entre os povos e o desenvolvimento de sociedades harmônicas. Tais utopias, criadas ao longo do século XIX, condensaram-se naquela que foi a palavra definidora da época, a saber, o progresso⁸¹. As cidades europeias, sobretudo Paris e Londres, foram as grandes fontes de inspiração. E emulando seus contrastes, aqui começamos a fortalecer a dicotomia entre o campo e a cidade, o moderno e o atrasado, o científico e o retrógrado, o nacional e o importado. Assim,

⁷⁷ Ibid., p. 64, grifo nosso.

⁷⁸ Ibid., p. 73.

⁷⁹ BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1912-1940)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 19.

⁸⁰ Ibid., p. 18.

⁸¹ ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 12.

A cidade do Recife, nesse contexto, é investida de uma função pedagógica. Nela se exercia o papel formador, onde se devia moldar os valores e modelos de conduta. Em sua materialidade, o lugar público foi objeto do esforço de administradores e médico, que se empenharam em convertê-lo em meio de instrução e ensinamento dos novos costumes de civilidade, de ordem pública, de salubridade⁸².

Dito isso, começamos essa trajetória cercados por sujidade e escravidão, em um império sem ciência de produção nacional e politicamente ligado à metrópole europeia. Por seu turno, damos adeus a um século, agora, politicamente independente, republicano, abolicionista, cientificista e entusiasta do saneamento e da higiene. Mesmo assim, no cotidiano das pessoas simples e comuns das cidades, de fato, pouca coisa mudou. A vida continuou a ser dura para os pobres, e os negros libertos continuaram sendo tratados como pessoas de segunda classe⁸³. “A coleta de lixo, os esgotos subterrâneos, a pavimentação das ruas, a iluminação a gás e (especialmente) um serviço regular de bondes”, somente chegou às camadas ricas das cidades⁸⁴.

Frente a isso, se é fato que “[...] a cidade repete uma vida idêntica deslocando-se para cima e para baixo em seu tabuleiro vazio. Os habitantes voltam a recitar as mesmas cenas com atores diferentes, contam as mesmas anedotas com diferentes combinações de palavras”⁸⁵, então em qual medida o inédito faz parte da cidade do Recife no século XX?

2.2 A cidade do século XX: vida urbana, trabalho e novas sociabilidades

Antes de começarmos, aqui, também, é necessário dizer que não iremos sobrevoar todo o século XX, como feito anteriormente. Isso, porque, ao contrário dos séculos precedentes, o mundo e o Brasil de cada década do século XX transformaram-se em uma velocidade assombrosa, de tal sorte que, o período em que *O Lyrio* nasce e se estingue é sensivelmente diferente dos seguintes. Claro isso, já começamos a responder à pergunta do item anterior, pois a velocidade das mudanças é uma característica marcante do novo século. Porém, para caminharmos na resposta, voltemos ao século XIX, ainda na experiência europeia.

Apesar do moralismo burguês perpassar as diferentes camadas sociais, em razão da necessidade de sobrevivência, as mulheres pobres burlavam as regras de não exposição pública

⁸² Ibid., p. 13.

⁸³ BESSE, op. cit., p. 17.

⁸⁴ Ibid., p. 19.

⁸⁵ CALVINO Ítalo. *Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 63.

e trabalhavam ao ar livre das cidades europeia⁸⁶ e brasileiras. Na França do século XIX, elas eram igualmente atraídas pelas ofertas de trabalho, de modo que, migravam tanto quanto os homens, do campo para as cidades. Ali, precisavam equilibrar a moralidade com a necessidade de convívio com o sexo oposto. Por consequência, como um efeito rebote, algumas profissões e também alguns espaços públicos sofreram uma espécie de segregação por gênero⁸⁷. Exemplo disso, são as lavanderias. Em tempos de pouca distribuição de água, como citado no capítulo anterior, estes eram espaços coletivos que, em particular, tornaram-se femininos⁸⁸. E, talvez como fruto dessa maior distância nas camadas mais ricas, não faltam casos na literatura que retratam como as mulheres exercem certo fascínio nos homens⁸⁹. No caso nacional, recordamos das descrições do livro *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo.

Tão logo, os espaços urbanos se transformaram em uma inevitável promiscuidade de corpos, cuja tentativa de sobreviver em meio à multidão produzia outros padrões de moralidade. Eram trabalhadores e trabalhadoras, locais e imigrantes, que se revezavam em longos turnos de 12, 14 e até 16 horas de trabalho de maneira que os industriais regulavam o tempo de vida dos operários, a partir da entrada e saída, das pausas para as refeições, na contabilização das ausências e dos atrasos. Todos eram vigiados e, em caso de falha, brutalmente penalizados nos já poucos salários que recebiam⁹⁰. Nessas circunstâncias,

Fora das fábricas a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexuada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social⁹¹.

Isso ocorria em contraponto ao perceptível desgaste da família patriarcal, tradicional e rica. Nesse cenário, apesar de a vida das mulheres pobres não ser transformada em igual velocidade, para as mulheres abastadas os papéis de gênero não eram mais os mesmos. Paulatinamente, também ingressavam no mercado de trabalho, o serviço doméstico tornou-se atividade secundária e a maternidade, ainda compulsória, agora era um arremate de toda uma

⁸⁶ PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 29.

⁸⁷ Ibid., p. 38.

⁸⁸ Ibid., p. 49.

⁸⁹ Ibid., p. 31.

⁹⁰ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinada: Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 38-39.

⁹¹ Ibid., p. 44.

vida de experiências⁹². Assim, “como instituições extrafamiliares haviam assumido muitas das funções da família patriarcal extensa, esta foi sendo gradualmente substituída pelo modelo da família nuclear burguesa urbana”⁹³. Frente a isso, “a clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca”⁹⁴.

Por sua vez, a moda representa um outro aspecto de intensa mudança. No século anterior, havia uma forte tendência de distinção entre os gêneros, a moda refletia o lugar social que cada sexo ocupava. “Enquanto os homens faziam o papel de atores públicos agressivos, a aparência das mulheres indicava seu *status* de ornamentos passivos e protegidos”⁹⁵. Dado que só irá mudar nos anos 1920, em razão do fim da Primeira Guerra — período no qual as mulheres ganham liberdade com roupas mais leves e que permitiam maiores movimentos.

Entre meados do século XVI e fins da primeira década do século XX, existia o costume de efeminar os trajes dos meninos até os quatro anos. Assim, meninos e meninas conviviam juntos e eram praticamente indistinguíveis. No entanto, na mesma linha de costumes que fez sumir os espartilhos para as mulheres, tornou-se necessário distinguir os meninos dos homens⁹⁶. Em breves termos, para os meninos existiam as roupas de criança, as mesmas usadas pelas meninas, mas também as roupas de jovens, diferenciando-os dos homens. Logo,

Sem uma escolaridade própria, as meninas eram muito cedo confundidas com as mulheres, como outrora os meninos eram confundidos com os homens, e ninguém pensava em tornar visível através do traje uma distinção que começava a existir concretamente para os meninos, mas que ainda continuava inútil no caso das meninas⁹⁷.

Assim, com a criação do uniforme escolar, a distinção entre meninos e meninas, crianças e adultos ganhou mais um capítulo. Contudo, essas eram transformações de uma moda experienciada somente pelas famílias nobres e burguesas. As crianças pobres “nas ruas das cidades ou nas cozinhas das casas continuavam a usar o mesmo traje dos adultos”, de tal modo

⁹² BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1912-1940)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 18-21.

⁹³ *Ibid.*, p. 19.

⁹⁴ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 25.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 31

⁹⁶ Para compreender o caso do Brasil. Cf. MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In.: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 144.

⁹⁷ ARIËS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014, p. 39.

que “elas conservaram o antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através dos jogos e brincadeiras”⁹⁸. Pensando o mundo ocidental como uma grande rede na qual os costumes são partilhados, fora das escolas as crianças do povo eram educadas pelo trabalho, tanto na Europa⁹⁹ quanto no Brasil¹⁰⁰.

Já quanto à educação propriamente dita, até o início do século XIX eram comuns os manuais de etiqueta destinados às crianças. A partir de então, tornou-se ainda mais comum a produção de uma “literatura pedagógica destinada aos pais e aos educadores”¹⁰¹. Por sua vez, no século XX, os manuais de higiene sexual traziam consigo o discurso médico que afirmava positivamente o mito do “sexo frágil”¹⁰². E, como veremos no próximo capítulo, o século XX foi um período em que os paradigmas discursivos se sustentam sobremaneira na lógica da ciência. E esta tinha muito a dizer. A começar por sua defesa quanto à inferioridade psicológica, intelectual e física das mulheres.

Não obstante, a medicina profissional estava firmemente instalada no início do século XX, tendo os médicos assegurado para si forte influência no seio da burocracia governamental, bem como no da população de classe média e alta. A ginecologia e a obstetrícia haviam-se tornado respeitáveis, à medida que os profissionais dessas áreas (praticamente todos homens) ostentavam um conhecimento científico novo e à medida que foram gradativamente derrubados os códigos estritos de decência e moralidade que impediam as mulheres de consultar ginecologistas homens¹⁰³.

Como parte desse processo de transformações, até o início do século XX as mulheres ricas não precisavam sair de casa para realizar suas compras. Era comum que ambulantes fossem de porta em porta oferecendo os mais diferentes artigos. Por outro lado, sem condições de custear essa comodidade, as mulheres humildes se deslocavam até os fornecedores, às vezes outras mulheres, para conseguirem preços mais módicos na compra dos artigos de primeira necessidade. Assim, com o início da Primeira Grande Guerra, a inflação tornou os preços altos suficiente para que o mercado de porta a porta se extinguisse e este é um dos muitos fatores que

⁹⁸ Ibid., p. 41.

⁹⁹ Ibid., p. 129.

¹⁰⁰ DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In.: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 414.

¹⁰¹ ARIÈS, op. cit., p. 85. Para compreender o caso do Brasil. Cf. MAUAD, Op. cit., p. 148.

¹⁰² RAGO, Margareth. Cultura feminina e tradição literária no Brasil (1900-1932). In.: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Orgs.). **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 196.

¹⁰³ Ibid., p. 23.

estimulou que mulheres ricas pudessem acompanhadas suas criadas nas visitas ao comércio¹⁰⁴. Somado a isto, portanto, estão as mudanças de sociabilidade, as reformas urbanas, a disputa entre a elite e as camadas populares pelos espaços da cidade, bem como a lutas das mulheres por maior participação e liberdade, como algumas outras razões que incitaram a circulação feminina nos espaços fora do domínio doméstico.

Por sua vez, tais compras podiam ser feitas em estabelecimentos onde outras mulheres ocupavam o cargo de balconistas e atendentes. Além das fábricas e salas de aula primárias, elas já podiam ser encontradas trabalhando nos cafés, confeitarias, mercearias, armazéns, butiques, farmácias, ou qualquer outro estabelecimento que carecesse de atendimento ao cliente. As então “caixeiras” do Recife eram tema de muitos artigos. Por trabalharem servindo também o público masculino, os jornalistas constantemente questionavam a conduta moral delas¹⁰⁵.

E é a partir de 1879 que as mulheres passam a poder ingressar nos cursos de ensino superior. De sorte que, as primeiras brasileiras formadas em medicina, a carioca Maria Augusta Generosa Estrella e a pernambucana Josepha Agueda Felizbella de Oliveira, receberam seus títulos, em 1881, pela *New York Medical College and Hospital for Women*, uma vez que, o Brasil ainda não permitia o ingresso de mulheres no ensino superior quando elas deram início ao curso. Sendo assim, foi só em 1888 que “recebem o grau em ciências jurídicas e sociais, as primeiras bacharelas em Direito do Brasil”¹⁰⁶, Maria Coelho da Silva Sobrinha, Maria Frago e Delmira Secundina da Costa, todas formadas pelas Faculdade de Direito do Recife. E da mesma condição social das médicas e advogadas, surgiam as escritoras e artistas.

Nesse início de século, o tipo de lazer e socialização aproxima-se muito ao do período antecessor. Sem os benefícios tecnológicos do rádio, cinema, estádios de futebol e clubes de corrida de cavalos, restavam o teatro, como entretenimento público, e a leitura, como lazer mais doméstico. Para essas áreas, havia mulheres produzindo arte. Eram pintoras, escritoras, cantoras, pianistas, dançarinas, atrizes e compositoras. Mulheres que tinham seu comportamento e dignidade questionados, mas que, mesmo assim, desafiavam as normas importas e continuavam dedicando-se à criação artística. “E cada vez mais as mulheres se juntavam aos homens de sua classe em atividades públicas de lazer”¹⁰⁷.

¹⁰⁴ BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1912-1940)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 22.

¹⁰⁵ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. (Org.). **As mulheres na cidade do Recife: feminismo, cultura e transgressão (1870-1935)**. Recife: EDUFRPE, 2015, p. 32

¹⁰⁶ Ibid., p. 39.

¹⁰⁷ BESSE, op. cit., p. 24.

Fica cada vez mais nítido que, apesar de todos os empecilhos, as mulheres aos poucos passaram a ocupar os espaços. Primeiro os bancos escolares, depois os postos de trabalho e, agora, os espaços públicos de lazer. Assim, frente ao que foi exposto, podemos levar em conta a máxima que diz: “a cidade se apresenta de forma diferente para quem chega por terra ou por mar”¹⁰⁸. Isso porque, consideramos que o espaço urbano também se apresenta de diferentes formas para homens e para mulheres, de maneira que a pergunta que guiou este item é respondida segundo as irretocáveis palavras de Tania Regina de Luca, quando ela diz:

A chegada do século XX parecia anunciar mais do que uma simples mudança no calendário; tratava-se de adentrar um novo tempo, que deixaria para trás o passado monárquico e escravista. (...) Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração¹⁰⁹.

Nesse ponto, precisamos destacar que as mulheres d’*O Lyrio*, além de receber a influência dos novos paradigmas, de igual forma puderam, direta e indiretamente, contribuir com eles. Como veremos no último capítulo, todas as membras do corpo editorial da Revista passaram pelas instituições formais de ensino, mas também eram filhas, irmãs, mães e/ou esposas de homens poderosos no estado. Desse modo, apesar dos limites sociais próprios da sociedade recifense, patriarcal e machista, elas conviviam lado a lado com quem deliberava acerca do destino político, econômico e social da cidade, e até do país. Nesse sentido, as opiniões postas n’*O Lyrio* não são apenas particulares, mas, sim, um retrato do tempo, da classe social e do espaço geográfico em que aquelas mulheres viveram.

¹⁰⁸ CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 21.

¹⁰⁹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 137.

3 O MERCADO EDITORIAL EM UM PAÍS DE ANALFABETOS: A LEITURA E OS LEITORES

“*Ler mudou, muda e continuará mudando o mundo*”.

Virginia Woolf.¹¹⁰

O Brasil sempre foi um ponto econômico relevante na imensa rede global inaugurada pelas Grandes Navegações. Por diferentes laços, a colônia estava estreitamente ligada à metrópole e de lá vinham os parâmetros de civilidade, contidos em manuais de bons costumes, bem como expressos em textos literários. O discurso da educação como ferramenta civilizatória e herança iluminista começou a criar corpo no Brasil somente com a lei de 1827, segundo a qual deveria existir uma escola de primeiras letras em cada rincão do território. Talvez quisessem que o povo se instruisse e educasse, mas esse projeto mingou frente à precariedade do Estado. Eis que tão logo, os eventos sociais, políticos e econômicos do século XIX geraram, com suas contradições e invenções, *O Lyrio* e as mulheres intelectuais que ali exerceram sua escrita. Isso, já em 1902, quando o mercado livreiro e periódico pulsava em ritmo acelerado.

3.1 A construção do mercado editorial no Brasil

Toda sociedade, em diferentes tempos, constrói procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem a produção do discurso, cujo objetivo seria “conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios e esquivar sua pesada e temível materialidade”¹¹¹. Com essa premissa, Michel Foucault se dedica em nos revelar a complexidade do exercício do discurso e suas consequências. Nessa direção, ele separa, de um lado, os *procedimentos de exclusão externos* e, de outro, os *procedimentos de exclusão internos*.

Quanto ao primeiro, trata-se de um sistema onde a palavra é proibida através de interdições e exclusões que formariam uma espécie de jogo. Em conjunto, as fases desse jogo comporiam uma grade sofisticada de procedimentos que não cessam de se modificar. Logo,

¹¹⁰ WOOLF, Virginia. **O sol e o Peixe**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 39.

¹¹¹ MICHAEL, Foucault. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 8-9.

todas as regiões do discurso sofreriam influência desses interditos, mas, em destaque, a sexualidade e a política seriam os principais alvos de censura¹¹². Sobretudo para as mulheres, cuja moralidade lhes impede de tocar em muitos temas que para os homens são corriqueiros.

Enquanto estes procedimentos se sustentam na proibição da palavra, os *procedimentos de exclusão internos* estão ancorados na segregação da loucura, colocando-a em oposição à razão. Assim, apresentando uma curta genealogia do louco, Foucault nos diz que, antes do fim do século XVIII, raramente ele era ouvido, e quando era, antes tinha sua palavra santificada como mensagem divina. Com a medicina, inventaram também o mito da escuta do louco, a qual, por sua vez, se refere ao manejo que as instituições de saúde fazem dela. Às vezes liberando-a, outras vezes cessando-a¹¹³.

Haveria também um terceiro conjunto de procedimentos de exclusão, segundo o qual o discurso se relaciona com *a vontade de verdade*. Em claros termos, se o sistema anterior faz oposição entre a razão e a loucura, agora, examina-se o processo de distinção entre o verdadeiro e o falso. Este, em escala cutânea, seria inofensivo, porém Foucault o coloca em perspectiva histórica e faz aclarar uma dimensão que ele chamou de “institucionalmente constrangedor”¹¹⁴. Tomando a Grécia como ponto de partida, assim como sua influência sobre o pensamento ocidental, o autor lembra que a verdade deixou de estar na forma, como ocorria com o discurso sofista, para estar no conteúdo, uma mudança promovida pela filosofia¹¹⁵. Seguindo essa lógica, a ciência tornou o conteúdo do discurso a consequência de uma descoberta e, por conseguinte, como aparição de novas formas para a verdade.

Para encerrarmos aqui essa descrição dos conceitos, Foucault destaca que esse terceiro sistema de exclusão seria o mais pernicioso dos três, já que é o menos questionado por nós. Para ele, isso se explica, uma vez que, “se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, se não o desejo e o poder?”¹¹⁶ E, como vimos com Joan Scott, o que é o *gênero* se não a primeira camada da estrutura de poder que sustenta a sociedade como a conhecemos.

¹¹² Ibid., p. 9.

¹¹³ Ibid., p. 11-13.

¹¹⁴ Ibid., p. 14.

¹¹⁵ Ibid., p. 15.

¹¹⁶ Ibid., p. 19.

Dito isso, cabe refletirmos como o discurso d'*O Lyrio* precisou superar todas essas etapas de interdição. Primeiro, selecionando os temas que poderiam ser debatidos publicamente por mulheres. Segundo, selecionando os marcadores discursivos que lhes confeririam credibilidade e, por consequência, racionalidade. E, por fim, seguindo as tendências científicas que estavam vigentes na época. Apesar desse panorama ser uma simplificação da realidade, ainda assim, é importante destacar que apenas o desejo e os recursos financeiros não seriam suficientes para pôr um empreendimento como *O Lyrio* nas ruas. Também foi preciso senso de oportunidade e sensibilidade para manejar os paradigmas sociais que impunham limites às escolhas e ações femininas.

Ainda sobre o tema, Foucault nos ajuda a entender o lugar do autor na sociedade do discurso. Se os *procedimentos de exclusão externos* estão associados ao poder e ao desejo, enquanto os *procedimentos de exclusão internos* estão associados ao acontecimento e ao acaso, o nome do autor faria parte deste último sistema, já que tomaria para si o sentido de unidade e origem, os quais seriam ponto de convergência do significado e da coerência do discurso. Para esclarecer esse ponto, o filósofo lembra que, desde o século XVII, a função do autor declinou no discurso científico e se afirmou no discurso literário. Ou seja, as obras literárias comumente levariam consigo uma autoralidade, já as obras científicas eram atribuídas às instituições¹¹⁷.

Pensando a escrita como parte desse jogo, Foucault afirma que nela, “não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer”¹¹⁸. Porém, a satisfação de poder desaparecer em sua escrita foi, por muito tempo, um privilégio dos homens. Pois, enquanto eles precisavam apenas se ocupar do ofício da escrita, elas eram obrigadas a ir além, driblando as censuras e usando pseudônimos masculinos para publicarem suas obras. De sorte que, talvez em razão do medo de serem apagadas e desaparecerem, com exceção de alguns editoriais, todos os textos d'*O Lyrio* possuem autoria.

Aqui, não se pode perder de vista que colocar seu nome em um texto tem diferentes pesos para homens e para mulheres. Porque, apesar de já existirem famosas escritoras nacionais e internacionais, nessa época escrever era só mais uma das muitas possibilidades que os homens tinham de se colocar no mundo, enquanto que para as mulheres era, se não a única, uma das poucas formas possíveis. E, por essa razão, consideramos tão importante o fato de que n'*O*

¹¹⁷ Ibid., p. 26.

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In.: _____. **Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 268.

Lyrío as escritoras assinassem seus textos e indicassem suas cidades natais. Assim, elas não somente se colocavam para fora do anonimato, como também, deixavam claro que aquele empreendimento era nacional e parte de um movimento maior do que elas mesmas.

Dito isso, e ainda no tema da função autor, Virginia Woolf dizia que escrever era uma tarefa tão árdua de construção, destruição e reconstrução, que levava consigo parte de quem o fazia¹¹⁹. Talvez, com isso, ela também quisesse dizer que o autor não vai por inteiro em cada uma de suas obras, mas, sim, deixa nelas pedaços indistinguíveis de si. Sobre isso, Foucault também reflete que a autoria “é mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em uma certa medida, é o equivalente a uma descrição”, ou seja, “o nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros”. De tal sorte que, a autoria provavelmente surgiu para atender à função jurídica de responsabilidade, pois, entre o fim do século XVIII e início do XIX, as transgressões morais de quem escrevia facilmente passavam impunes¹²⁰.

Tão rápido foi esse processo que “o anonimato literário não é suportável para nós, só aceitamos na qualidade de enigma”¹²¹. Logo, “a *função autor* é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade”¹²². Premissa que Chartier complementa, ao dizer que “a ‘função autor’ resulta, portanto, de operações específicas, complexas, que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito”¹²³. Apesar de concordarem até certo ponto, Chartier dedica-se a “corrigir” o texto foucaultiano, acrescentando novas descobertas históricas que contradizem alguns dos argumentos do filósofo.

Sobre isso, primeiramente, de acordo com o historiador, a ausência de autoria nos textos científicos ocorreria porque “a ‘função autor’ nestes textos está bem presente, mas se constrói com base em valores aristocráticos e não em valores de mercado”¹²⁴. Nesse mesmo sentido, quanto ao argumento foucaultiano de que a função autor estaria associada à possibilidade de atribuir responsabilidade, Chartier destaca que alguns historiadores foram levados a concluir que, na verdade, era preciso ligar estreitamente a “função autor” à passagem do manuscrito para o impresso¹²⁵. Ou seja, quanto mais obras, tanto melhores os mecanismos para diferenciá-las.

¹¹⁹ WOOLF, Virginia. **O sol e o peixe: prosas poéticas**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016b, p. 15.

¹²⁰ FOUCAULT, op. cit., p. 275.

¹²¹ Ibid., p. 276.

¹²² Ibid., p. 267.

¹²³ CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 28.

¹²⁴ Ibid., p. 54.

¹²⁵ Ibid., p. 56.

Nesta época tardia da história do mundo, encontram-se livros por toda parte da casa — no quarto das crianças, na sala de estar, na sala de jantar, na cozinha. E, em algumas casas, eles aumentaram tanto que têm que ser acomodados num aposento exclusivo. Romances, poemas, histórias, memórias, livros caros de couro, livros baratos em brochura — detemo-nos diante deles e, num assombro passageiro, perguntamos: que prazer extraímos ou que proveito tiramos ao percorrer com os olhos essas inumeráveis linhas em letras de imprensa?¹²⁶

No Brasil, o grande marco da produção livreira e o total ingresso nessa lógica de produção do discurso com autoralidade, ocorreu com a vinda da família real portuguesa à colônia. Tal evento marcou todo o século XIX, uma vez que promoveu a Abertura dos Portos, a instalação da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional, do Real Horto, do Museu Real, bem como a inauguração das Faculdades de Direito e, depois, de uma gama de cursos superiores. Destacadamente, em 1838, no Rio de Janeiro, iniciam-se os trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico, que obedecia “também à lógica do contexto que segue à emancipação política do país”¹²⁷, a partir da qual “em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole europeia”¹²⁸. Período este em que o cotidiano passou a ter outra dinâmica; primeiro, para as classes abastadas, depois, para todo o povo¹²⁹.

No mesmo ano em que os navios reais atracaram no porto da capital carioca, saiu do prelo o primeiro jornal voltado aos leitores do País, o qual foi idealizado por Hipólito da Costa e chamado de *Correio Braziliense*. Editado em Londres — dado que o Brasil recebia textos escritos e impressos na Europa e, alguns poucos, nos Estados Unidos —, esse periódico circulou de 1808 até 1822¹³⁰. Entretanto, ao redor dele gira uma pequena polêmica. Pois, “nem Hipólito da Costa era ‘brasileiro’, nem o *Correio* era jornal e nem editado aqui para brasileiros. Era uma revista editada em Londres por um funcionário português de carreira (nascido na Cisplatina), sob patrocínio da maçonaria inglesa para doutrinar as elites do império português”¹³¹.

¹²⁶ WOOLF, op. cit., p. 35.

¹²⁷ SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 32.

¹²⁸ Ibid., p. 33.

¹²⁹ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In.: Del Priori, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 404.

¹³⁰ MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008, p. 47.

¹³¹ COSTA, Carlos. **A Revista no Brasil do Século XIX: A história da Formação das Publicações, do Leitor e da Identidade do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 91.

Mesmo assim, não demoraria muito para que a Imprensa Régia imprimisse o primeiro jornal feito exclusivamente em território brasileiro, por brasileiros, para brasileiros, o *Gazeta do Rio de Janeiro*¹³². Por sua vez, Salvador foi responsável pela publicação do segundo jornal exclusivamente nacional, *Idade d'Ouro do Brazil*, que nasceu no dia 14 de maio de 1811. E, em janeiro de 1812, deram início à publicação da revista *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, considerada a primeira de seu gênero no País¹³³. No caso da Europa, a França é apontada como a pioneira na produção literária periódica e, vale destacar, foi um país de forte influência para a cultura brasileira¹³⁴. O *Journal des Sçavans* circulou em Paris de 1665 até 1795, sob a direção de Denys de Sallo¹³⁵, sendo uma publicação que inspirou todo o mundo.

Até esse início de século, toda literatura era encomendada aos poucos livreiros que tínhamos e/ou trazida nas malas dos viajantes e estudantes. Apesar disso, mesmo sem a instalação da Imprensa Régia, junto com os clássicos europeus, havia mais de 300 obras de autores brasileiros circulando por todo o País. Isso, porque, antes do fatídico ano de 1808, bem como dos selos das grandes livrarias, os autores usavam as tipografias estrangeiras para imprimir seus textos e, por essa razão, pagavam o serviço do próprio bolso¹³⁶.

Essa manobra perdurou por pelo menos dois séculos, mas, quando foi permitida a presença de tipografias no Brasil, “os baixos preços e as estratégias de divulgação conseguiram levar o texto impresso, no final do século XIX, para o centro da vida cotidiana de uma parcela cada vez mais significativa da população brasileira”¹³⁷. Fato que, no caso específico de Pernambuco, faz-nos esbarrar em outra controvérsia, segundo a qual haveria atividade tipográfica no estado nordestino desde o período holandês. Portanto, o mais antigo registro documental de um impresso data de 1706, onde, na cidade do Recife, teriam estampado “letras de câmbio e orações devotas”¹³⁸.

Antes de seguirmos, é necessário fazer uma distinção ligeira entre o que, na época, era chamado de jornal e qual sua diferença com relação à revista. O primeiro seria classificado como “instrumentos correntes de divulgação” de “notícias de teor político e de divulgação imediata”; e, por sua vez, as revistas seriam “instrumentos correntes de divulgação” de “temas

¹³² MARTINS, op. cit., p. 167.

¹³³ COSTA, op. cit., p. 91.

¹³⁴ PASSOS, Gilberto Pinheiro. A França em nosso caminho cultural. In.: GRANJA, Lúcia. Andreis, Lise. (Org.). **Literaturas e escritas da imprensa: Brasil/França, Século XIX**. Campinas: Mercado de Letras, 2015, p. 28.

¹³⁵ MARTINS, op. cit., p. 38.

¹³⁶ EL FAR, Alessandra. **O livro e a literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 35.

¹³⁷ Ibid., p. 35-36.

¹³⁸ MARTINS, 2018, p. 24.

variados, de informações mais elaboradas, anunciando as últimas descobertas sobre as matérias abordadas”¹³⁹. A volubilidade dessas definições, expressa com fidelidade a confusão que podia ser percebida nos primeiros periódicos. Tanto que, como foi dito, “nosso primeiro jornal seria uma revista”¹⁴⁰. Ou seja, em questão de gênero, o mercado periódico demorou a definir padrões.

Em outro sentido, antes do Império, cabia ao Ordinário e ao Desembargo do Paço administrarem a censura em nível civil, já o Santo Ofício o fazia em nível eclesial¹⁴¹. Isso, porque era estritamente vetada a impressão, venda e, no caso de alguns títulos, também a circulação de livros e periódicos. Dessa forma, para Ana Luiza Martins, não se pode apenas apontar a censura e a falta de vontade política como explicações para o tardio desenvolvimento da imprensa brasileira, uma vez que o “[...] ambiente acanhado do Brasil, pouco estimulante para investimentos no ramo, considerando-se a limitação cultural do meio, a maciça população analfabeta e o desconhecimento dos prelos” teriam sido os principais “elementos que desencorajavam, de pronto, a atividade de forte peso mercantil”¹⁴².

Na Europa, “no início do século XIX, jornais e revistas tornaram-se espaços disputados, inclusive para divulgação da literatura romântica, reunindo nomes consagrados da época”¹⁴³. Aqui, isso somente irá acontecer no fim da segunda metade do mesmo século, de sorte que, pouco tempo após esse momento inicial, as revistas já haviam se tornado moda e, por consequência, capazes de ditar padrões e influenciar costumes e paradigmas sociais¹⁴⁴. Assim, com o recurso da ilustração, o qual disponibilizou mais um elemento de leitura, “a modalidade *revista ilustrada* passou a ser preferencial da população leitora”¹⁴⁵, que, como veremos, era majoritariamente composta por analfabetos. Dado este que só pode ser explicado segundo o fato de que a palavra escrita era o único meio de comunicação possível para a época¹⁴⁶.

Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca chamam à atenção quando dizem que “a alfabetização era escassa, mas o rótulo de ‘elitismo’ para a imprensa que surgia deve ser visto com cautela. Mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamentos e interações entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas”. Isso, porque “a leitura [...] ostentava contornos coletivos”¹⁴⁷. Em claros termos, havia um costume herdado do período colonial que

¹³⁹ MARTINS, 2008, p. 47-48.

¹⁴⁰ Ibid., p. 47.

¹⁴¹ Ibid., p. 23.

¹⁴² Ibid., p. 38-39.

¹⁴³ Ibid., p. 47.

¹⁴⁴ Ibid., p. 40.

¹⁴⁵ Ibid., p. 41-42, grifo do autor.

¹⁴⁶ MARTINS, 2018.

¹⁴⁷ Ibid., p. 39.

se normalizou com o passar dos séculos e se caracteriza pela leitura feita por um orador para um grupo de ouvintes, a chamada *leitura intensiva*¹⁴⁸.

Ainda pelos tempos iniciais da construção do mercado editorial no Brasil, percebe-se

Outra novidade, com impacto a nível local: os pontos de venda e circulação da imprensa como espaços urbanos significativos nas principais cidades brasileiras em princípios do século XIX. As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras. Pontos de venda dos impressos, leituras coletivas e cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporaram-se ao cotidiano da população¹⁴⁹.

Dessa forma, o costume de realizar leituras coletivas em ambientes públicos passou a esbarrar no desejo de monetização do mercado literário. Isso por parte dos, então, empresários. Sobre o tema, usando uma passagem de 1831, do *Diário Fluminense*, Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca destacam o que seria a incômoda realidade das casas dos livreiros, as quais estavam cheias de pessoas lendo ou ouvindo as leituras dos livros e periódicos, mas que não compravam as obras. Para alguns, ler de graça era uma ameaça à sobrevivência financeira do mercado. Para outros, como Paulo Brito, esse era um elemento aceitável do comércio de impressos. Tanto era assim que “a generosidade de Paulo Brito era notória e ele conscientemente buscava ampliar o círculo da República das Letras, tanto que seria o primeiro incentivador e primeiro empregador do então jovem e desconhecido Machado de Assis”¹⁵⁰.

É também nesse mesmo período do mercado editorial brasileiro que surge a chamada “opinião pública”, sobre a qual vale a reflexão de que “era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”¹⁵¹. Por conseguinte, e em razão dos já módicos custos, no Segundo Regime era aceitável que famílias influentes e partidos políticos contassem com seus próprios jornais. Exemplo disso foi “o Movimento da Praieira (1842–1849), no Recife”, o qual “figura como expressão maior do embate de facções partidárias da Monarquia [...]. Divididos entre liberais

¹⁴⁸ EL FAR, Alessandra. **O livro e a literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 28.

¹⁴⁹ MARTINS, op. cit., p. 38.

¹⁵⁰ Ibid., p. 39.

¹⁵¹ Ibid., p. 33.

(praieiros) e conservadores (guabirus), dominaram a produção jornalística da província”¹⁵² — mais um dado que demonstra a nossa inclusão na lógica da sociedade do discurso foucaultiana.

Já quanto à República das Letras, citada anteriormente, cabe dizer que é uma nomenclatura da época e que teria sido precedida pelas República das Confeitarias e República dos Jornalistas. Ambas experimentadas concomitantemente nas três décadas posteriores ao fim do Império, em 1889. Sobre a primeira, refere-se ao conjunto das atividades dos poetas e romancistas que “acertaram suas inspirações às demandas da estética romântica e simbolista, traçando suas obras e destino nas mesas dos cafés de um Rio de Janeiro boêmio, ou de uma São Paulo de acadêmicos e bacharéis letrados”. Quanto à segunda, estabeleceu-se na Faculdade de Direito da capital paulista, onde “funcionava como *podium* de polemistas da palavra, que aquelas Arcadas alçavam-se para o olimpo da consagração literária ou política”¹⁵³.

Em claros termos, durante esses aproximados trinta anos, conviveram simbolistas, nefelibatas, decadentistas, parnasianos, nacionalistas, regionalistas e pré-modernistas. Uma massa de gente e de suas produções que, por sua vez, tornaram os membros da República das Letras avessos “ao decadentismo e a eleição do Parnasianismo triunfante; sem perder-se de vista o ensino do moderno, que se avizinhava, ou, por outra, se esgueirava pelas brechas do sistema que presidia o cultivo literário”¹⁵⁴. Assim, teria sido na República das Letras que o literato se profissionalizou¹⁵⁵, diferentemente do jornalista e do tipógrafo, que, desde a década de 1850, já se firmaram no mercado e distinguiram-se um do outro em definitivo¹⁵⁶.

Meio século à frente, a atividade jornalística se acoplou à função literata de modo que “o que fora para alguns autores românticos (por exemplo, Machado de Assis) uma atividade regular, que lhes proporcionava uma renda suplementar cada vez mais indisponível, tornou-se a atividade central do grupo dos ‘anatolianos’”¹⁵⁷. Estes, portanto, eram um novo grupo de profissionais liberais, que retiravam seu sustento da literatura. Aqui, ainda vale a reflexão de que, segundo Sérgio Miceli, “afora o fato de que os letrados em questão são originários de famílias oligárquicas cuja situação material está em declínio, cujo único vínculo com as frações

¹⁵² Ibid., p. 49.

¹⁵³ MARTINS, 2008, p. 136.

¹⁵⁴ Loc. cit.

¹⁵⁵ Ibid., p. 137.

¹⁵⁶ MARTINS, 2018, p. 52.

¹⁵⁷ MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 54.

dirigentes é de parentesco ou de compadrio”¹⁵⁸, a maioria deles ainda apresentava algum tipo de mutilação social que foi definida pelo autor como

[...] na posição da fratria ou na linhagem (como, por exemplo, o fato de ser filho único, de ser primogênito, de ser o único filho homem etc.) e, de outro, aos efeitos que provocam *handicaps* sociais (tais como a morte do pai, a falência material da família etc.), biológicos (em especial, nos casos de tuberculose), ou então, estigmas corporais (como, por exemplo, a surdez, a gagueira etc.)¹⁵⁹.

Ou seja, de acordo com Sérgio Miceli, a escrita profissional fazia parte de um esforço de recolocação social por parte desses homens, que já não podiam contar com a riqueza da família, não haviam ingressado na vida militar e, até esse momento, não tinham acesso aos cargos públicos. Tudo isso muda com a República e a nova necessidade de montar um corpo burocrático grande o suficiente para sustentar o sistema. Os membros das Oligarquias cooptavam sua parentela menos abastada para ocupar os cargos subordinados, de sorte que:

[...] tais estratégias não conseguem devolver a essas famílias sua posição social anterior. A prestação de diferentes tipos de serviços [...] vai permitir apenas que os “parentes pobres” da oligarquia possam ocupar as novas posições criadas pela expansão do mercado de postos administrativos, políticos e culturais, [...] cujo acesso estava de todo vedado aos agentes das demais classes¹⁶⁰.

Assim, saímos de um início de século no qual não havia a possibilidade de instalação de um mercado editorial e a produção literária local se debatia sob a forte perseguição dos órgãos metropolitanos de censura para o início de outro século em que não apenas o comércio de livros e periódico era profuso, como também havia uma cadeia de profissionais da palavra. Foi, portanto, nesse espaço de um século que o terreno político, econômico, social e cultural se organizou de maneira a tornar possível a produção intelectual e, por conseguinte, o ingresso desses sujeitos na burocracia do Estado.

Após a Primeira República, com um mercado editorial já robusto, “a cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais, mas passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior

¹⁵⁸ Ibid., p. 22.

¹⁵⁹ Ibid., p. 22.

¹⁶⁰ Ibid., p. 23.

quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual”¹⁶¹. Tal fato estabeleceu uma nova realidade, na qual não se eliminou a influência da herança oligárquica para ocupação dos cargos públicos, mas se exigiu qualificações acadêmicas para o acesso de tais cargos¹⁶². Assim, “em suma, não se pode dissociar as disposições favoráveis ao trabalho intelectual das experiências sociais que moldaram tais disposições”¹⁶³.

Dito isso, ainda caberia apontar para o dado de que as mulheres sempre estiveram presentes, seja como leitoras ou escritoras, desde o início do processo de construção do mercado editorial no Brasil. E, como prova de que elas usufruíam da imprensa desde sua instalação no País, Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca afirmam que, a partir de 1820, é possível encontrar textos de manifestos assinados somente por mulheres. Tais impressos, vale lembrar, eram estritamente de caráter político e surgem na “época dos primeiros passos, disputas e ensaios de construção de um Estado e uma nação no Brasil, com seus dilemas, contradições, mudanças e permanências”¹⁶⁴. No caso específico de Pernambuco, por exemplo, desde 1 de fevereiro de 1831, o *Espelho das Brasileiras* já circulava com produções femininas¹⁶⁵.

Dito isso, deve ficar em mente que as mulheres sempre consumiram ou produziram literatura no Brasil. Porém, optamos por falar delas em separado e com mais profundidade. Por ora, precisamos nos dedicar à formação do sistema de ensino no País, um tema fundamental e no qual elas também foram protagonistas e coadjuvantes.

3.2 A escolarização e os leitores analfabetos

Desde o período colonial até poucas décadas atrás, o Brasil foi um país de analfabetos. Se antes citamos que eram terminantemente proibidas em território brasileiro a impressão, compra e venda, bem como no caso de alguns títulos, até mesmo a circulação de obras literárias¹⁶⁶, agora, ao falarmos do sistema de ensino, refletimos que o processo se deu um tanto diferente. Isso, porque, apesar de sabermos que aquela foi uma ordem burlada por quem tinha capital financeiro e/ou político e que o quadro só mudaria com o Império e a instalação dos

¹⁶¹ Ibid., p. 79.

¹⁶² Ibid., p. 81.

¹⁶³ Ibid., p. 81.

¹⁶⁴ MARTINS, 2018, p. 42.

¹⁶⁵ DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p.54.

¹⁶⁶ SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 202.

múltiplos órgãos de fomento das ciências e da cultura, no caso do sistema de ensino não havia proibição quanto à instalação de escolas primárias, o que existia era a pura e simples omissão.

O analfabetismo sistêmico, assim como o atraso do mercado editorial, não era uma aleatoriedade, mas, sim, consequência de um projeto de governança — no caso, da coroa portuguesa. O uso político da desqualificação do sistema de ensino foi aproveitado pelos governos, dos diferentes regimes políticos, que sucederam o Império. De tal modo que, o analfabetismo no Brasil, em parte, sempre foi fruto da incapacidade administrativa de conceder estrutura física ideal, suficiente corpo docente e, por conseguinte, número de vagas adequado ao número de pessoas em idade escolar no País¹⁶⁷.

Mesmo assim, desde os jesuítas a educação escolar era usada como instrumento de “civilização”. Primeiro, mirando os nativos; depois, toda a população. De modo que a chegada da Companhia de Jesus ao Brasil coincidiu com a “descoberta” da infância na Europa¹⁶⁸. Dessa forma, munidos dos novos saberes sobre o desenvolvimento infantil, acreditaram que o processo de catequização seria mais simples se feito através das crianças, consideradas puras e sem maldade, verdadeiras “folhas em branco”. Em claros termos, os velhos nativos morreriam, e com eles o pecado, e os novos adultos se arranjariam em uma geração de cristãos da terra¹⁶⁹.

O Estado português somente interferiu nessa lógica quando o Marquês de Pombal, em 1759, expulsou os jesuítas e promoveu uma “reforma da instrução pública”. No entanto, o “público” não significava gratuito. E, no período entre 1772 e 1822, poucas escolas de primeiras letras realmente atendiam a população¹⁷⁰. Assim, era comum a contratação de professores particulares, sobretudo para as meninas, em razão da baixa oferta de vagas em boas escolas. Logo, a ampla instrução era dada somente aos homens das classes ricas, cujas gerações mais jovens se deslocavam para as universidades europeias e lá completavam sua formação no Ensino Superior. Em função disso, por exemplo, pode-se entender porque as primeiras universidades somente chegaram aqui com o Império; ao Norte, em Olinda, e ao Sul, em São Paulo, por volta de 1827¹⁷¹. Mas, ainda falando do ensino primário, caberia destacar que

¹⁶⁷ Ibid., p. 280; 367.

¹⁶⁸ ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014, p. 9.

¹⁶⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crenças no Brasil Quinhentista. In.: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 68-69.

¹⁷⁰ MARCILIO, Maria Luiza. **História da Alfabetização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 42-43.

¹⁷¹ SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 186.

No Brasil do século XIX, a palavra *escola* se referiu sempre à aula ou classe única que o professor mantinha em sua casa, sem especificação do lugar. Raras, muito raras as escolinhas que funcionavam em prédios do Estado durante o século XIX. Os professores de primeiras letras eram todos das camadas mais pobres e só podiam alugar casas baratas, situadas, em geral, nas áreas mais afastadas do centro das cidades e vilas, portanto, em locais pouco habitados¹⁷².

Essa era a situação das populações menos abastadas, uma vez que, no caso das famílias ricas, as crianças eram educadas por preceptores particulares ou ingressavam em internatos privados, muitas vezes pertencentes às ordens religiosas¹⁷³. Por outro lado, para os filhos dos pobres, não bastando as longas distâncias que muitos deles deveriam superar a pé, as condições das escolas que frequentavam eram destacadamente ruins, de forma que “a falta absoluta de higiene fazia parte do cotidiano. Poucas autoridades estavam atentas à calamitosa situação das escolinhas, à carência absoluta de material didático, falta de água, à sua situação de sujeira e a falta de locais para os alunos satisfazerem suas necessidades fisiológicas”¹⁷⁴.

No caso específico de Pernambuco, em 1854, o presidente da província, Francisco Antônio Ribeiro, foi um dos poucos que falou em favor das crianças pobres junto à Assembleia Provincial. Ele propôs que se pudesse investir em “papel, penas, tintas e outros objetos para os meninos pobres. Igualmente com água e limpeza e asseio das escolas, de outra sorte os professores são obrigados a deixar os discípulos saírem continuamente à rua, com prejuízo do estudo e da moralidade”¹⁷⁵. Porém, no pensamento geral dos governantes, qualquer mudança ou melhoria não deveria gerar gastos ao Estado.

Tanto era assim que, anos depois, em 1888, o então presidente da província pernambucana declarou que caberia aos professores a responsabilidade por promover um ambiente adequado ao ensino, sendo isso uma prova contundente de seu compromisso com a Educação e com seus alunos. Segundo ele, “não conheço um só professor que, se interessando pelo bem estar de seus discípulos, tenha apelado para a generosidade dos particulares, no sentido de obter recursos, ao menos de pequena monta”¹⁷⁶. Em breves termos, ao Estado caberia nenhuma responsabilidade e toda omissão; por sua vez, aos docentes caberia nenhuma

¹⁷² MARCILIO, op. cit., p. 59.

¹⁷³ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In.: DEL PRIORI, Mary (Orgs.). **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 154.

¹⁷⁴ MARCILIO, op. cit., p. 69.

¹⁷⁵ Ibid., p. 69.

¹⁷⁶ Ibid., p. 73.

recompensa e toda a culpa pela precarização do sistema de ensino. Premissa que sobrevive à passagem do tempo e até hoje nos assombra.

Em outro sentido, quanto ao lugar das mulheres, certa vez Virginia Woolf escreveu que “muitas mulheres famosas e muitas outras desconhecidas e esquecidas vieram antes, aplainando o terreno e orientando meus passos”¹⁷⁷. Uma frase simples, mas que condensa sobremaneira a história da escolarização no Brasil. Infelizmente, sobre as desconhecidas e esquecidas não somos capazes de falar. No entanto, por sorte e por vontade, podemos exaltar, essa e outras tantas vezes, o nome e a trajetória de mulheres que deixaram muita força e coragem como herança para as gerações vindouras¹⁷⁸, marcadamente para a geração das mulheres d’*O Lyrio*.

Uma dessas predecessoras foi a potiguar, nascida em 1810, Dionísia de Faria Rocha, cujo nome, depois, foi substituído por Nísia Floresta Brasileira Augusta — quatro palavras que simbolizam diferentes fases que marcaram sua vida¹⁷⁹. Falar dela é, antes de tudo, conhecer a história de alguém que superou as muitas adversidades de um país que acabara de virar a página do século e recebia os novos tempos com um choque entre contrastes; de um lado, a luxuosa e custosa corte portuguesa e, de outro, a pauperizada, analfabeta e esperançosa população de nativos, brancos, pretos e os frutos de seus encontros.

Quanto ao caso específico da legislação sobre a Educação no Brasil, 1822 marca o começo de mais um novo ciclo. Agora independente, o Brasil precisava se tornar um país dos brasileiros. E, com a nova jurisprudência, foi em 1827 que se instituiu a lei que abriria o mercado profissional do magistério às mulheres. Segundo a atual norma, meninas deveriam ser obrigatoriamente educadas por professoras, de preferência “senhoritas honestas”¹⁸⁰. Entretanto, somente em 1877, uma lei complementar definiria que os meninos poderiam ser educados por tutoras até os dez anos de idade. Sobre essa fase das primeiras letras, a precarização do trabalho docente feminino foi um dado percebido desde os primeiros tempos. Vale, então, apontar para o fato de que aquelas declarações dos governadores pernambucanos, acerca da missão quase franciscana dos professores, vieram depois da lei de 1827.

¹⁷⁷ WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016a, p. 9-10.

¹⁷⁸ PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da História**. Bauru/SP: EDUSC, 2005, p. 35.

¹⁷⁹ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In.: Del Priori, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 405.

¹⁸⁰ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: Del Priori, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 449.

Guacira Louro diz que a associação do magistério ao papel feminino da maternidade ajudou o Estado a desqualificar a função, classificando-a como secundária, tendo em vista que “mulheres não sustentam famílias”¹⁸¹. Tão logo tornou-se uma profissão passível de receber baixas remunerações. Os homens, por sua vez, fugiram desses postos de trabalho, seja porque o ensino primário era encarado como uma extensão da educação materna, seja porque, com a expansão industrial, eles viam maior possibilidade de ganho em outros cargos¹⁸².

O estabelecimento da Imprensa Régia, citada anteriormente, e a estruturação do sistema de ensino são marcos importantes na vida de Nísia Floresta, já que determinaram os dois campos de sua atuação profissional: os jornais e os livros, bem como a sala de aula. Em 1823, aos 13 anos, ela se casa. No ano seguinte, separa-se e muda-se com os pais e irmãos para o Recife. Lá, em 1828, as perseguições políticas, responsáveis pela migração da família, materializam-se e ela perde o pai assassinado. Sem dinheiro, e diante de um novo código trabalhista, ela começa a lecionar para sustentar a mãe e os três irmãos.

Nísia casa-se novamente em 1832. No mesmo ano, publica *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, sua tradução do livro de 1792 da inglesa Mary Wollstonecraft. Nesse texto, encontra-se escrito, segundo Norma Telles, o maior legado deixado por Nísia Floresta, em breves palavras, sua defesa pela igualdade de educação e direitos entre homens e mulheres¹⁸³. Esse e outros temas foram por ela abordados em artigos publicados, por exemplo, nos quase trinta números do primeiro jornal do Recife, o já citado *Espelho das Brasileiras*. De tal sorte que, além de professora e escritora, Nísia também pode ser considerada uma “protojornalista”¹⁸⁴.

Outra figura que merece destaque nessa época foi Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra e a primeira romancista do Brasil. Nascida em São Luís, no ano de 1825, era filha ilegítima e foi criada por uma família composta somente por mulheres. Assim como Nísia Floresta, Maria Firmina ganhou a vida com o magistério — por sorte, sua fonte de renda até a aposentadoria. Mas a fama veio não apenas por seu trabalho como alfabetizadora de incontáveis meninas e meninos, do centro e do interior de São Luís. Em 1859, Maria Firmina lança *Ursula*, o primeiro romance escrito por uma mulher e publicado em terras brasileiras¹⁸⁵.

¹⁸¹ Ibid., 2004, p. 476.

¹⁸² TELLES, op. cit., p. 449;452.

¹⁸³ Ibid., p. 405.

¹⁸⁴ COSTA, Carlos. **A Revista no Brasil do Século XIX: A história da Formação das Publicações, do Leitor e da Identidade do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 121.

¹⁸⁵ Ibid., p. 409-410.

O romance no Brasil, como gênero literário, somente se torna valorizado na década de 1930, com a renovação trazida pelo Movimento Modernista. Até então, “a poesia era tida como o gênero social e intelectual mais rentável”¹⁸⁶. Trocando os termos, *Ursula* era um contrassenso à lógica de produção intelectual da época, sendo o espaço de experimentação de alguém que marcou seu tempo pelo vanguardismo de ser uma educadora que não impunha castigos físicos e educava sem distinção de sexo. Somado a tudo isso, ainda está o fato de Maria Firmina ser uma mulher negra imersa na sociedade escravista que foi descrita no capítulo anterior. Ou seja, em qualquer direção que observamos sua trajetória, ela foi uma mulher disruptiva.

Portanto, as biografias de Nísia Floresta e Maria Firmina demonstram como as mulheres foram capazes de driblar os padrões e usufruir, ao seu modo, as regras de uma lógica social que as limitavam em realidades pouco interessantes. Assim, quanto ao ingresso das mulheres, como alunas e professoras, no sistema formal de ensino, caberia citar Norma Telles, quando diz que

Essa conquista, essa luta, como se observa, tem mais de século e foi travada, desde Nísia Floresta, por algumas mulheres que não colocaram em primeiro lugar “o que os outros vão dizer” e que tentaram se livrar da tirania do alfabeto, tendo primeiro de aprendê-lo para depois deslindar os mecanismos de dominação nele contidos¹⁸⁷.

Frente a isso, o século XX é inaugurado com a indústria da palavra, na qual circulavam revistas de 23 distintas categorias temáticas¹⁸⁸. O Brasil, portanto, já era uma nação que consumia textos dos mais diferentes gêneros. Mesmo assim, cerca de 75% da população ainda não sabia ler¹⁸⁹. Dado que, por volta de 1920, esse percentual melhora um pouco, sendo 28,9% de todos os homens e 19,9% de todas as mulheres do País alfabetizados¹⁹⁰. Nessas circunstâncias, o povo parecia achar formas de contornar a exclusão social promovida pela falta de instrução e conseguia acessar a literatura da época. Pois, como diz Alessandra El Far, “a palavra impressa pode ter apaziguado a intensidade do universo da oralidade, mas em nenhum

¹⁸⁶ MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 159.

¹⁸⁷ TELLES, Norma. *Escritoras, Escritas, Escrituras*. In.: Del Priori, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 410.

¹⁸⁸ MARTINS, Ana Luiza. Luca, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 103.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 156.

¹⁹⁰ HELLER, Barbara. **Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1880-1920)**. São Paulo: Porto de Ideias, 2006, p. 80.

momento silenciou sua voz”. A autora completa essa máxima citando Machado de Assis, quando em *Dom Casmurro* ele diz: “também se goza por influência dos lábios que narram”¹⁹¹.

Mas voltando ao plano geral do sistema de ensino brasileiro, e em razão do ideal modernizador que surge com a República, “os governos estaduais e o governo central sentiam-se, mais do que nunca, responsáveis pela modernização da nação, pela renovação política e das instituições públicas, engajados que estavam a estar na luta da ‘civilização’ contra a ‘barbárie’”¹⁹². Assim, na urgência de ampliar o sistema de ensino, era necessário acelerar o processo de formação de professores. Para tanto, foram criadas as escolas complementares, que seriam o meio caminho entre a escola primária e a escola normal¹⁹³. Esta, desde 1835, dedicada somente à formação docente.

Dessas duas instituições, a escola normal e a escola complementar, saíram os mestres de primeiras letras e os gestores que iriam atuar nos novos estabelecimentos, montados de todas as peças na República: os *grupos escolares*, com ensino seriado, método analítico, casa própria, materiais didáticos, livros escolares e mobiliário apropriado¹⁹⁴.

Em concomitância, no início do século XX, o Estado Republicano também se esforçou em ampliar a indústria do papel, alargando também, dessa forma, a produção livreira. O papel de impressão d’*O Lyrio*, por exemplo, foi de excelente qualidade, o que permitiu que o documento resistisse ao tempo, preservado os menores detalhes da impressão. Bibliotecas públicas foram abertas e o mercado editorial também cooptou investimentos para inaugurar livrarias em todas as capitais, grandes e médias cidades. A luz elétrica chegou às salas de aula, e os cursos noturnos foram abertos. Como pode-se notar, foi uma enérgica tentativa de mudança, já que “os altíssimos níveis de analfabetismo que se iam descobrindo no Brasil afora, com os recenseamentos populacionais nacionais e regionais, incomodavam as autoridades”¹⁹⁵.

Rapidamente, as salas dos grupos escolares foram lotadas. O número de vagas não atendia à população. E tão depressa quanto tudo isso ocorreu, veio a percepção negativa dos pais diante da qualidade do ensino dado. A opinião pública colocava a culpa da insatisfação na

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 31.

¹⁹² MARCILIO, Maria Luiza. **História da Alfabetização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 247.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 248.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 248.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 249-250.

ignorância de homens e mulheres simples que não compreendiam a necessidade do ensino formal. No entanto, a realidade era que, de fato, as escolas não atendiam à maior urgência das populações pobres: a saber, de adquirir saberes capazes de lhes garantir a sobrevivência¹⁹⁶. E, em uma outra tentativa de reforma, nos anos 1920,

As novas autoridades dispunham, e pela primeira vez, de um modelo articulado de ensino elementar, criado em São Paulo. Os resultados foram imediatos: multiplicaram-se os grupos escolares, as escolas normais e as escolas complementares, os jardins de infância públicas, as escolas noturnas e os ginásios estaduais, todas instituições públicas que emergiram em São Paulo e com a República¹⁹⁷.

Em Pernambuco, já em 23 de março de 1933, fez o *Jornal Pequeno* trazer em matéria de capa um artigo de Mario Mello. Nele, o intelectual expressa sua indignação contra uma suposta atitude tomada pelo então secretário de educação, Aníbal Bruno. De acordo com o texto, o governo de Pernambuco mudou o processo seletivo da Escola Normal. Assim, das cerca de trezentas alunas aprovadas, somente oitenta iriam realizar sua matrícula. Ele não indica a fonte dos dados, mas os utiliza para argumentar que

Quanto mais atrasado é o povo em matéria de instrução, tanto mais deve ser esta difundida [...]. Qualquer restrição que se faça em matéria de instrução é um mal. E porque é um mal, deve ser apontado, para que o corrijam [...]. Com a reforma da Escola Normal, em que se tornou obrigatório o curso de humanidades, nem todas as alunas que procuram aquele educandário são candidatas ao título de professoras. Que o fossem! Quanto maior o número de professoras, num país de setenta por cento de analfabetos, tanto melhor¹⁹⁸.

Em outros termos, todo o esforço despendido nos anos da Primeira República não foi suficiente para superar os séculos de colonialismo e estagnação. Segundo Maria Luiza Marcilio, dentre as consequências também está o fato de as reformas terem sido eventos particularmente urbanos¹⁹⁹, em virtude de, ainda em 1928, continuar sendo difícil “conseguir professor para a escola da zona rural”²⁰⁰. Assim, ao contrário do mercado editorial, o Sistema de Educação do

¹⁹⁶ Ibid., p. 263.

¹⁹⁷ Ibid., p. 250.

¹⁹⁸ **Jornal Pequeno**. Recife, 23 de março de 1933, p. 1, grifo nosso.

¹⁹⁹ MARCILIO, op. cit., p. 274.

²⁰⁰ Ibid., p. 275.

Brasil virou o século com feições muito semelhantes às do período anterior. Uma área, até hoje, muito sensível e profundamente explorada pelos oportunistas políticos.

3.3 *O Lyrio* e o tema da Educação

Para as mulheres, porém, a lição que o século XIX legou ao seguinte, sem dúvida, foi a soma das experiências que demonstravam suas capacidades de serem mais do que se dizia que podiam ser. Muitas delas foram transformadas em figurantes e tiveram o seu nome apagado pela história. Mas, felizmente, protagonistas como Nísia Floresta e Maria Firmina tiveram nomes tão grandes que arrastaram consigo gerações de mulheres escritoras. Das quais, algumas uniram-se no Recife e criaram *O Lyrio*.

N’*O Lyrio* a alfabetização feminina e infantil foi tema de vários textos. Em sua edição inaugural aparece citada a leitura da ata resumida da quarta sessão do Grêmio Literário Feminil de Pernambuco, documento lido pela secretária Adalgisa Duarte Ribeiro, e organização presidida por Belmira Villarim²⁰¹. Por sua vez, a edição seguinte se inicia com o texto “A instrução da Mulher”, escrito por Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire e que desenha um retrato da condição caótica da educação superior e primaria no país, bem como alardeia a não inclusão feminina nos projetos públicos de ensino.

Há um descuido, um erro que o governo tem praticado e que continua aferrado a ele. Quero me referir a instrução pública, principalmente a instrução da mulher. Em verdade, o que tem feito o governo em prol da instrução? O ensino superior em todas as nossas faculdades vive entregue aos caprichos dos ministros. Os programas de ensino mudam-se sempre como os cenários teatrais. Não há muito tempo um ministro pretendeu reformar as escolas superiores do país, todos nós assistimos as celeumas levantadas em toda a parte. Não há estabilidade no ensino. Isso quanto ao superior. Agora, quanto ao primário a questão assume proporções assustadoras. Exemplifiquemos, principiando pelo nosso Estado, onde tão pequeno número de escolas existe para a população que o mesmo tem (...). As escolas em pequeno número e desprovidas do necessário, funcionando em prédios sem as mais rudimentares exigências higiênicas, comportam 70, 80 e mais alunos!! Como pode um professor, por mais hábil que seja, por melhor vontade que tenha, preparar tantos alunos?²⁰²

No mesmo número, agora no texto “Ilustre Pandora”, Candida Barros quer dar uma resposta à pergunta que questiona se as mulheres instruídas seriam mais infelizes do que as

²⁰¹ *O Lyrio*. Recife, 15 de novembro de 1902, p. 10.

²⁰² *O Lyrio*. Recife, 10 de dezembro de 1902, p. 3.

ignorantes. Sobre o assunto, alguns trechos chamam a atenção pela ousadia, mas também, pelo pessimismo quanto à realidade feminina. Por exemplo, quando a autora diz: “A verdade é que, se a mulher não pode definir outra mulher penso que muito menos um homem o poderia fazer”. Em seguida ela fala: “A educação concorre ou não para a felicidade da mulher? Minha opinião é que, (...) não é preciso que ela seja científica para tudo compreender, tudo discernir. Logo, debaixo do ponto de vista do sofrimento, não é a educação que tem maior valor e sim a inteligência”. E, por fim, ela ainda declara: “Terminando eu vos digo, com a dura realidade, que para a mulher não existe felicidade. Seu espírito, por menos educado que seja, busca instintivamente outras regiões mais puras, mais etéreas”²⁰³.

Caso não tenha ficado claro, ela parte do princípio de que, na verdade, todas as mulheres seriam naturalmente infelizes, sejam elas instruídas ou não. Isso porque todas as mulheres são capazes de compreender os maiores mistérios da vida, logo, todas seriam naturalmente inteligentes. Sendo assim, o nível de instrução seria irrelevante para a felicidade feminina, já que a inteligência seria mais importante do que a educação. Um paralelo curioso a esta passagem está na mesma página, na sessão *O Lyrio nas Escolas*, onde Edwiges de Sá Pereira e Anna Nogueira Baptista são parabenizadas por suas distinções de mérito na Escola Normal.

Assim, essas três passagens são bons exemplos que resumem algumas das tendências expressas ao longo da Revista. Primeiro, com a indicação de que pelo menos algumas membras d’*O Lyrio* eram atuantes em organizações que fomentavam a instrução escolar feminina. Depois, o alerta para a precariedade do sistema de ensino no país e no estado pernambucano. E, por fim, as reflexões sobre os discursos que atacavam e diminuían o valor da educação feminina. Dos quais, vale dizer, surgem os argumentos que defendem a instrução feminina como um fim em si mesmo, ou seja, permite-se à aquisição de títulos, mas não o exercício das profissões. Ou como um meio para torná-las úteis às próprias famílias e ao Estado, ou seja, ao transformarem-nas esposas e mães instruídas e a serviço dos líderes políticos e/ou econômicos.

Aqui é importante deixar claro que as redatoras d’*O Lyrio* estavam alertas quanto às mudanças e aos anúncios de mudanças nas políticas públicas acerca da Educação, no entanto, Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire se destaca entre as autoras que mais escreveram artigos sobre o tema. No último capítulo iremos nos dedicar à sua biografia, por enquanto, cabe citar que o quarto número da Revista se inicia com o texto “A Universidade”, novamente escrito pela autora, e que fala do projeto do ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim

²⁰³ *O Lyrio*. Recife, 10 de dezembro de 1902, p. 5.

Seabra, de abrir uma universidade no Rio de Janeiro. Ela, então, roga para que o ministro se volte ao Norte e também inaugure uma universidade para usufruto dos estudantes dessa região²⁰⁴. Isto quando ela mesma já era bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, título que adquiriu com surpreendentes 17 anos de idade.

No íntimo da questão, trabalhamos, portanto, com mulheres que valorizavam e usufruíam do sistema formal de educação. Porém, e provavelmente em razão do lugar social e econômico que ocupam, somente anos depois, figuras como Edwiges de Sá Pereira irão ocupar cargos públicos e diretamente exercer as profissões em que se formaram. Enquanto *O Lyrio* existiu, não temos registros de que alguma delas trabalhasse para contribuir com o sustento de suas famílias. Ou seja, as mulheres envolvidas na redação da Revista estavam, também, militando em causa própria. Elas defendiam os argumentos que muito em breve seriam a chave que lhes abririam as portas de empregos, dentro e fora da burocracia do estado.

Dito isso, esperamos ter dimensionado com clareza o fato de que a leitura foi, por muito tempo, um dos privilégios sociais mais valiosos. Assim, produzir e consumir literatura era uma conquista para as mulheres, sobretudo para as não ricas. Por ora, vamos nos guardar junto à tarefa de narrar o que foi a escrita das mulheres no Brasil. Tema que, como havíamos prometido, fecha aqui as quatro partes da trajetória de um mercado editorial construído em um país de analfabetos. No entanto, será no último capítulo deste trabalho que nos ocuparemos em descrever e analisar com mais afinco a trajetória de *O Lyrio* como retrato dessa época.

3.4 Mulheres escritoras: ou o roubo da narrativa de si

As mulheres sempre estiveram presentes em todos os eventos e períodos históricos. Seu apagamento na maioria das narrativas não diminuiu sua real importância nos processos de transformação social. O que diferencia a existência feminina no ontem e no hoje não são apenas as mudanças nos limites e liberdades culturais, ou as transformações nos rituais próprios aos gêneros. Mas, destacadamente, a possibilidade que hoje elas têm de se dizerem na literatura, seja esta histórica ou não. E, mesmo que por muitos séculos as normas culturais as tenham tomado o papel e a tinta, elas sempre elaboraram outras maneiras de comunicar ao mundo sua

²⁰⁴ *O Lyrio*. Recife, 1 de fevereiro de 1903, p. 1.

existência, como também sempre estiveram nos escritos masculinos sobre o mundo e a humanidade. Infinitas vezes como figurantes, algumas poucas vezes como atrizes principais.

Em certa passagem, Virginia Woolf descreveu a relação que tinha com seu pai e como ele permitia aos filhos e às filhas praticamente as mesmas possibilidades. A autora descreve que, para ele, “os filhos, com exceção do exército e da marinha, podiam seguir a profissão que quisessem; as filhas, embora ele valorizasse muito a educação superior para as mulheres, deviam ter a mesma liberdade”. Quanto aos livros, “[...] ‘leia o que quiser’, dizia ele [...]. Ler o que a gente gostava porque gostava, nunca para fazer de conta que admirava o que a gente não admirava — esta era sua única lição sobre a arte da leitura”²⁰⁵.

Sobre esse tema, por sua vez, Roger Chartier reflete que

[...] esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão²⁰⁶.

Já quanto à instrução feminina, o autor acrescenta que,

Durante muito tempo, a leitura das mulheres foi submetida a um controle que justificava a mediação necessária do clero, por temor das interpretações selvagens sem garantia do poder. Poder-se-ia comparar esta obsessão com o medo que a igreja sentia diante da leitura da Bíblia por todos os cristãos. O próprio Lutero, desde os anos 1520, depois de ter dado a todos a Bíblia traduzida para o alemão, tem um momento de recuo quando percebe que a ela suscita interpretações — a dos anabatistas, por exemplo — política e socialmente perigosos. Daí o retorno ao catecismo e ao ensinamento do pastor²⁰⁷.

Sendo assim, a experiência vivida pela autora inglesa não era um padrão, mas uma tendência de sua época, ao mesmo tempo que era um dado de sua classe social e um importante elemento de sua biografia. Defendemos esse ponto na medida em que, como vimos no primeiro

²⁰⁵ WOOLF, Virginia. **O sol e o peixe: prosas poéticas**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016b, p. 33.

²⁰⁶ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 77.

²⁰⁷ Ibid., p. 109.

capítulo, a sociedade do início do século XX ainda se debatia sob os paradigmas do século passado, cuja moralidade burguesa impunha lugares e papéis sociais extremamente delimitados para homens e mulheres. Dessa forma, a instrução feminina demorou muito até se tornar um tópico defendido pelos intelectuais e cientistas. Defesa esta, cabe o destaque, ainda subordinada à tarefa feminina de parir cidadãos da melhor estirpe e, assim, úteis ao Estado.

Nesse sentido, quando Virginia Woolf defendeu que “uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção”²⁰⁸, em certo sentido ela quis dizer algo como: “deem às mulheres as mesmas condições que dão aos homens e elas serão tão brilhantes quanto eles”. Pois, para ela, a única distinção entre a escrita dos homens e a escrita das mulheres está em suas experiências particulares como indivíduo. Ou seja, o gênero não é um fator determinante, mas somente um entre os muitos elementos que constituem o sujeito que escreve²⁰⁹. A única real diferença entre um e outro está no acesso que tiveram à instrução. Desse modo, a prioridade familiar estava sempre em educar os meninos e, caso sobrassem recursos e o trabalho delas não fosse necessário à manutenção da casa, às meninas era dada uma formação suficiente para serem boas mães e primorosas donas de casa²¹⁰.

Logo, não bastava somente o interdito doméstico à escrita, as mulheres que escreviam ainda precisavam buscar reconhecimento. Assim, segundo a autora,

Quando, porém, lemos sobre o afogamento de uma bruxa, sobre uma mulher possuída por demônios, sobre uma feiticeira que vendia ervas ou mesmo sobre um homem muito notável e sua mãe, então acho que estamos diante de uma romancista perdida, uma poeta subjugada, uma Jane Austen muda e inglória, uma Emily Brontë que esmagou o cérebro em um pântano ou que vivia vagando pelas ruas, enlouquecida pela tortura que seu dom lhe impunha. Na verdade, arrisco-me a dizer que Anônimo, que escreveu tantos poemas sem contá-los, com frequência era uma mulher. Foi uma mulher, acho, que Edward Fitzgerald sugeriu ter composto as baladas e as cantigas populares, cantando baixinho para os filhos, enfeitando com elas a costura ou toda uma noite de inverno²¹¹.

Diante desta aterradora descrição, dimensionamos o esforço pessoal que mulheres como Nísia Floresta, Maria Firmina e, já em menor grau, as escritoras d’*O Lyrio* tiveram de desprender para arremessar ao público suas experiências privadas com a literatura. De modo

²⁰⁸ WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014, p. 12.

²⁰⁹ Idem, 2016, p. 29.

²¹⁰ Idem, 2014, p. 48

²¹¹ Ibid., p. 73.

que não estamos diminuindo o apoio e o auxílio que muitos homens concederam a elas. Pois, o consentimento do opressor frente ao oprimido é fundamental para a emancipação deste. Porém, tal consentimento pode ser igualmente útil à classe tirana, posto que, diante das transformações sociais promovidas pelos oprimidos, os opressores podem se chamar de vanguardistas e, mais uma vez, tomarem a dianteira das narrativas históricas.

Mas, voltando às palavras de Virginia Woolf, é interessante citar o momento em que ela reconhece a potência do movimento de mulheres, declarando que, “sem dúvida, a literatura elisabetana teria sido bem diferente do que é se o movimento das mulheres tivesse começado no século XVI em vez de no século XIX”²¹². Essa é uma daquelas conjecturas que não somos capazes de dimensionar se teriam mudado a sociedade para melhor ou pior. No entanto, o importante aqui é percebermos o protagonismo que a autora dá às mulheres, uma vez que, por mais tolhidas que fossem, ainda assim, foram capazes de lutar. Frente a isso, ela ainda esclarece:

A liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não só por duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres gozam de menos liberdade intelectual do que os filhos dos escravos atenienses. As mulheres, portanto, não tiveram a mais remota chance de escrever poesia. É por isso que dei ênfase ao dinheiro e ao espaço próprio²¹³.

Sendo isso, portanto, o resultado do processo de estruturação da sociedade ocidental na figura masculina, cujo patriarcado nos legou o paradigma cultural do homem como o ser e a mulher como o Outro, como o que não é o ser. Desse modo, tornou-se natural que homens e mulheres tomassem o masculino como o padrão e, por conseguinte, o centro de suas narrativas. Como disse Simone de Beauvoir, “a história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro”²¹⁴.

Seguindo tal premissa, e falando especificamente sobre a escrita da Histórica, Michelle Perrot defende que o silêncio dos arquivos é resultado do “olhar dos homens sobre homens”²¹⁵, seja porque os registros produzidos por elas eram tomados como fontes de pouco valor, e por

²¹² Ibid., p. 142.

²¹³ Ibid., p. 151.

²¹⁴ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 199.

²¹⁵ PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 35.

isso destruídos, seja porque, se ainda preservados, eles eram preteridos em favor das narrativas masculinas. Assim, para ela, o dado de que o silêncio fez parte da educação feminina por muitos séculos, além desses silenciamentos externos, resultou igualmente nos silenciamentos internos. De tal sorte que, quando foi possível escrever e elas registravam os eventos de sua vida, já idosas era comum que elas mesma atexassem fogo aos seus diários e cartas²¹⁶. Por outro lado, muitas vezes responsáveis por montar as memórias da família, elas selecionavam objetos e elaboravam os álbuns de retratos que compunham os arquivos privados.

Mas essa missão de memorialista deve respeitar limites implícitos. O pessoal, o muito íntimo são banidos deste registro como indecentes. Se a moça solteira chega a atrever-se timidamente a se apropriar de seu diário, a mulher casada, no entanto, renuncia a ele. Não há espaço para tal forma de escrita e de pensamento na câmara conjugal. Como a escrita, a memória feminina é familiar, semioficial²¹⁷.

E, nessa mesma lógica, a produção dos enxovais surge como mais uma forma alternativa de expressão. Com sua brancura e seus bordados, ao redor da vestimenta, elas não apenas construíram códigos de comunicação, como também elaboraram narrativas sobre si. Portanto, “a memória das mulheres é vestida. A roupa é sua segunda pele, a única de que se ousa falar ou ao menos sonhar. A importância das aparências faz com que as mulheres sejam mais atentas ao léxico destas mesmas aparências”²¹⁸. Logo, apesar de a intelectualidade se exercer na escrita, sobretudo aquela tornada pública, as narrativas femininas encontraram outras superfícies para existir. E, prosseguindo com a reflexão acerca da escrita da História, mesmo que os arquivos as tenham silenciado, os rastros de sua existência podem ser encontrados nos álbuns de retratos, nos retalhos de cabelos e dentes de leite de seus filhos, nos enxovais que passavam de mãe para filha, nas louças e nos *souvenirs*, assim como nos diários e nas cartas que sobreviveram ao fogo.

O Lyrio está repleto de passagens que descrevem detalhes, sutilezas e lembranças próprios das experiências femininas da época. No poema “O retrato de Laura”, Virginia de Figueiredo relata a saudade da beleza de uma bebê, que teria sido eternizada em um retrato e, segundo alguns trechos, nos fazem deduzir que foi pintado após a morte da criança²¹⁹. Já no texto “Uma Lembrança”, escrito do Pará, por Celeste Assis Brasil, lemos sobre a beleza das

²¹⁶ Ibid., p. 37.

²¹⁷ Ibid., p. 38.

²¹⁸ Ibid., p. 39.

²¹⁹ *O Lyrio*. Recife, 5 de novembro de 1902, p. 5-6.

rosas e de como elas tornam a vida mais agradável²²⁰. Como último exemplo, temos o poema “Anhelos” (p. 7), de Santina Potyguaré. Nele lemos uma declaração de amor da mãe pelas filhas, onde ela diz que das filhas vêm sua força para vencer os percalços da vida.²²¹

No Brasil do século XX, muito mais próximo ao discurso da Modernidade, a instrução feminina igualmente fazia parte do conjunto de estratégias positivistas da ideologia vigente na República²²². No entanto, como já dito, “sem acesso pleno à escola, ainda em pequeno número e mais preocupada em educar os meninos, boa parcela da população feminina ainda era analfabeta²²³. E foi por essa razão que, para estudarmos a construção de uma intelectualidade feminina e à pernambucana, dedicamo-nos ao estudo das mulheres brancas, abastadas e alfabetizadas, já que, para as demais, cuja oralidade era a única forma de expressão, o registro de si somente dura o tempo de sua própria existência, ou, mesmo, o tempo em que os objetos podem ser lidos como elementos de memória.

Refletindo sobre as narrativas masculinas acerca das mulheres, Barbara Heller cunhou a expressão *leitoras de papel e tinta*, que se refere à representação caricatural que delas foi feita²²⁴. Como citado, as mulheres sempre estiveram presentes nas narrativas masculinas, porém o modo como isso foi realizado, em especial na literatura brasileira, mais se aproximava de um ideal do que propriamente da descrição representativa da realidade. Em outros termos, as leitoras de literatura eram, muitas vezes, as mulheres que os autores desejavam que existissem, e não a feição daquelas que tinham ao seu entorno.

Partindo do pressuposto de que a literatura é um espaço de construção de identidades, a autora destaca que “[...] tanto os textos literários, quanto a imprensa feminina, ajudam a construir um perfil muito específico da leitora brasileira: se competente na leitura, não conseguia ser boa esposa e mãe de família; se fosse modelar enquanto mãe e esposa, não tinha bom desempenho na leitura”²²⁵. Tal citação nos faz pensar que, primeiro, mesmo para as mulheres brancas, ricas e alfabetizadas a leitura era uma tarefa desafiadora. Depois, mesmo em um momento no qual o mercado literário já mirava nelas como consumidoras, os livros e os periódicos deviam ter um lugar estrito no cotidiano delas.

²²⁰ O Lyrio. Recife, 5 de outubro de 1903, p. 5.

²²¹ O Lyrio. Recife, fevereiro de 1904, p. 7.

²²² HELLER, Barbara. **Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1880-1920)**. São Paulo: Porto de Ideias, 2006, p. 16.

²²³ Ibid., p. 12.

²²⁴ Ibid., p. 13.

²²⁵ Ibid., p. 14.

Argumento que encontra eco no texto “Modas... e costumes”, escrito por Mme. De Cintra Costa, o qual roga para que as mães selecionem os melhores livros e revistas para a formação de suas filhas. Segundo as palavras da autora: “É, pois, necessário que as mães de família só deem livre estrada em suas casas a livros escolhidos, a revistas de boa nomeada, e entre nós não faltam primores de literatura, como os de Alencar, Machado de Assis, Macedo e outros que edificam, satisfazem e educam”²²⁶. No entanto, as condições de leitura eram diferentes e desiguais entre os sexos. No espaço do lar, os homens gozavam de um local somente seu, onde poderiam ter intimidade com os livros e distância das questões domésticas, a saber, o escritório²²⁷. Para as mulheres, por outro lado, restava tomar esse ambiente emprestado, ou se arranjar por outros espaços da casa. Assim, quando o estudo e a escrita puderam se tornar profissão, elas não perderam a chance de se lançar às penas e aos papéis.

E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomara para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que diz que mulher não necessitava saber ler e escrever²²⁸.

Nos primeiros anos do século XIX, começa a luta feminina brasileira, primeiro, para provarem que eram capazes de pensar; depois, e por consequência, para defender que deveriam ter os mesmos direitos políticos que os homens²²⁹. Nessa trajetória, o movimento antiescravista representou um importante capítulo, posto que, “com o movimento abolicionista muitas delas se associaram aos políticos que defendiam a mesma posição e, na década de 1870, paulatinamente aumentam a contribuição delas na imprensa”²³⁰. Em breves termos, argumentar sobre o direito de liberdade dos escravizados foi um excelente exercício retórico para, em seguida, e mesmo concomitantemente, defender seus próprios direitos à emancipação.

Mas esse movimento não passou despercebido e foi ferozmente atacado. Entre 1880 e a explosão da Primeira Guerra Mundial, Norma Telles classifica como o período em que o ideal de “anjo do lar” foi substituído por outras personas que definiam e hierarquizavam a existência

²²⁶ **O Lyrio**. Recife, junho de 1904, p. 7.

²²⁷ HELLER, op. cit., p. 19.

²²⁸ DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 152.

²²⁹ *Ibid.*, p. 154.

²³⁰ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In.: Del Priori, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 415.

feminina. Esse, por exemplo, foi o caso da histérica²³¹. E, nesse cenário, com a colaboração dos romances e, “a despeitos de muitas vozes contrárias, o mito da fragilidade feminina, da incapacidade física e mental da mulher floresceu neste final de século”²³². Isso, porque “as representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera”, de modo que, ao mesmo tempo que elas já sentavam nos bancos das universidades e geriam instituições de ensino, a opinião pública defendia seu retorno ao lar.

Portanto, essa foi uma trajetória de avanços consistentes e duras rebordosas para a emancipação feminina, que esbarrava constantemente em discursos que reviviam todos os mitos que pairavam sobre elas no começo de século. Eram homens e algumas mulheres que, somente por conservadorismo, não tinham argumentos consistentes para refutar a realidade e, por isso, construía falácias e resgatavam ultrapassadas premissas para defender a inépcia feminina diante da liberdade. Tal fato não se restringia a alguns indivíduos, uma vez que se tornou discurso do Estado, sobretudo aquele cientificista e higienista, que enxergava as mulheres como úteros e sobre o qual tratamos no primeiro capítulo.

Felizmente, antes mesmo de lhes ser permitido o magistério, já podiam contar com publicações dedicadas a elas. Entre 20 de setembro de 1827 e 15 de outubro de 1827, no Rio de Janeiro, Pierre Plancher publicou *O Espelho Diamantino*, dito como “o primeiro jornal destinado ao público feminino que se tem notícia no Brasil”, cuja falta de público, tendo em vista as poucas mulheres alfabetizadas, inaugurou a tendência de periódicos posteriores, segundo a qual circulavam entre a parentela dos editores e pequeno grupo de leitoras²³³.

Como já citamos, o primeiro jornal dirigido ao público feminino de Pernambuco foi o *Espelho das Brasileiras*, de 1831. Administrado pelo francês Adolphe Emile de Bois-Garin, era um jornal que acompanhava a tendência moralista da época, assim, defendendo que as mulheres deveriam ser virtuosas e, conseqüentemente, agradáveis aos homens. Por outro lado, foi um dos pioneiros e, desde o primeiro número, aceitou a colaboração de mulheres, sendo Nísia Floresta e Maria Guilhermina as mais célebres entre elas.²³⁴

Depois desse, quase todos também contando com textos femininos vieram : *Jornal de Variedades*, de 1835; *Relator de Novelas*, de 1837; *Espelho das Bellas*, de 1841; *O Brinco das Damas*, de 1849; *O Recreio das Bellas*, de 1849; *A Grinalda*, de 1849; *O Bello Sexo*, de 1850;

²³¹ Ibid., p. 428;430.

²³² Ibid., p. 431

²³³ Loc. cit.

²³⁴ DUARTE, op. cit., p. 55-56.

O Jardim, de 1850; *A Esmeralda*, de 1850; *O Jardim das Damas*, de 1852; *A Bonina*, de 1854; *A Camelia*, de 1854; *Estrella das Bellas*, de 1856; *O Monitor das Famílias*, de 1859; *Jornal das Damas*, de 1862; *A Madressilva*, de 1869; *A Mulher*, de 1875; *O Myosotis*, de 1875; *Phalena*, de 1877; *O Beija-Flor*, de 1880; *A Mulher*, de 1881; *O Beija-Flor*, de 1883; *Ave Libertos*, de 1885; e *A Rosa*, de 1890²³⁵.

Eis que o século XX começa e, com ele, *O Lyrio*. Herança de mulheres que viveram o século XIX desafiando os códigos morais de uma sociedade hierarquizada, escravocrata e de profundas contradições. Uma sociedade que não lhes facilitou o trabalho e, por isso, constantemente as obrigava a roubar espaços para exercerem mínimas liberdades. Finalmente, chegou a hora de conhecermos este que foi um laboratório para que um grupo de pernambucanas experimentassem os limites da intelectualidade. Mulheres fascinantes por seu espírito disruptivo e capacidade de empreender novas possibilidades.

²³⁵ Id., 2016.

4 O LYRIO EM SUA FORMA E SEU CONTEÚDO

“[...] tenhamos sempre em mente que, mesmo quando vitórias individuais são celebradas, a completa eliminação da violência sexista dependerá em última análise de nossa habilidade em criar uma nova e revolucionária ordem global, em que toda forma de opressão e violência contra a humanidade seja oblitera”.

Angela Davis²³⁶

No dia 5 de novembro de 1902, o primeiro número d’*O Lyrio* ganhou vida através da Imprensa Industrial. Mensalmente disponibilizada aos recifenses, a partir do segundo mês a tarefa de impressão foi dada à tipografia do jornal *A Província*, a qual recriou o *layout*, que permaneceu o mesmo até junho de 1904, quando o último número saiu do prelo — totalizando 20 edições postas em circulação²³⁷. Acerca da quantidade exata de publicações, Luiz Nascimento fala da existência de um vigésimo primeiro número, que teria sido lançado em setembro de 1904, porém não tivemos acesso a ele.

O corpo editorial fundador contava com apenas dois nomes masculinos, Cintra Luiz e Alcebíades Lima. Este, cabe o destaque, chamado de fundador, aparece assinando somente o texto inaugural no primeiro exemplar e jamais foi citado em outra ocasião. Ao contrário de Cintra Luiz, que, mencionado algumas vezes, recebeu até homenagens. Amélia de Freitas Beviláqua apareceu em todos os números ocupando o cargo de redatora-chefe, mesmo que, em janeiro de 1904, um editorial anuncie que Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire, até então redatora, iria substituí-la em razão da mudança de Amélia ao Rio de Janeiro.

Cândida Duarte de Barros era editora-secretária até o oitavo número, quando também se despediu do Recife, após seu casamento. O cargo dela passa a ser ocupado por Ursula Garcia, que havia entrado na Revista, em fevereiro de 1903, na função de redatora. Edwiges de Sá Pereira, Adalgisa Duarte Ribeiro, Luiza Cintra Ramalho, Elisa A. Cunha e Belmira Villarime fechavam o quadro como redadoras²³⁸. Estas permaneceram em todas as publicações. Também

²³⁶ DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 52.

²³⁷ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária, 1975, v.7, p. 83.

²³⁸ *Ibid.*, 1975, p. 83-85.

foram indicadas como colaboradoras Anna Lima, Rita de Souza, Theodora Rodrigues, Emília Leitão, Maria Celeste Brazil e Olga Alencar, que escreveram em diferentes números.

4.1 Alguns importantes dados editoriais

Sem contar com a capa, os números d'*O Lyrio* podiam variar entre 10 e 14 páginas. Impressos somente com tinta de cor preta sobre papel acetinado, suas dimensões eram de 27cm de altura por 10cm de largura. Apesar das diferenças gráficas entre o primeiro, em específico, e os demais números da Revista, há um claro padrão editorial. Em todas as capas podemos ver o sumário sempre ladeado por um poema, postos logo abaixo do cabeçalho. Após a capa, da primeira até a última edição que tivemos acesso, encontramos um anúncio de página completa.

E, como iremos citar mais à frente, este lugar foi ocupado, da primeira até a décima quarta edição, pela fábrica de chocolates e confeitos, A Helvetica. De modo que, a partir da décima quinta publicação, a peça de propaganda do cirurgião dentista, Ramalho Cavalcanti, deixará as últimas páginas para ocupar este espaço de destaque. Quanto ao tema, cabe citar que os anúncios seguiam o mesmo padrão editorial em todos os números, ou vinham na primeira página após a capa, ou eram postos nas últimas páginas, após o fechamento da edição.

Com uma significativa quantidade de desenhos artísticos e letras em fontes especiais, n'*O Lyrio* também se imprimiu algumas fotografias de paisagens do Recife, e uma em particular que indicava ter sido feita na Paraíba. Além dessas, também encontramos significativa quantidade de retratos de suas colaboradoras, destacadamente, no número que comemorou o aniversário da Revista. Os retratos teriam sido encomendados na Itália, e em razão de um incêndio que ocorreu no prédio da Alfândega, tiveram sua entrega diversas vezes adiadas. Assim, deixando de fora o retrato, por exemplo, de Edwiges de Sá Pereira²³⁹.

Outro elemento que merece destaque é a sessão *Publicações Recebidas*, onde, a partir do quarto número, encontramos listas dos materiais que outras revistas, jornais e instituições enviavam de todo o país para a redação d'*O Lyrio*. Dado este que indica a capilaridade e a abrangência do empreendimento feminino, cuja força se fez notar sete meses depois, a partir do décimo número, quando surgiu a sessão *As nossas correspondentes*. Aqui encontramos listas

²³⁹ *O Lyrio*. Recife, fevereiro de 1904, p. 11.

com a indicação do nome completo e a cidade onde colaboradoras recebiam o pedido de assinatura de leitores interessados. Um assunto que também iremos nos debruçar mais à frente.

Quanto à sessão *Errata*, ela esteve presente entre os números três e sete, consecutivamente, e reapareceu de maneira esporádica mais adiante. Fato que não se repetiu com as sessões *Recados* e *Passatempo*, as quais apareceram somente do primeiro ao quinto número, desaparecendo em seguida. Sobre a primeira, ela tornou pública pequenas mensagens que não fazem muito sentido para nós e que teriam sido trocadas por mulheres que assinaram apenas como Diana e Urze. Já a segunda sessão disponibilizava charadas de diferentes autorias e cujas respostas sempre viam no número seguinte.

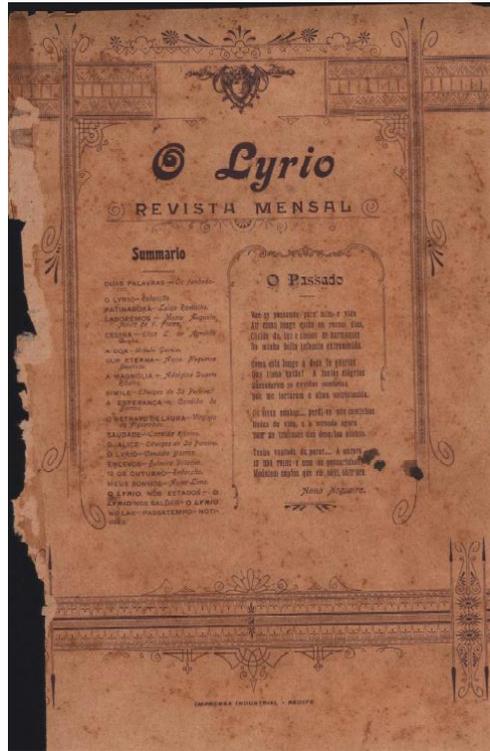
Algumas sessões como *O Lyrio nas Escolas*, *O Lyrio nos salões*, *O Lyrio na Liga*, *O Lyrio aos Leitores* e outras de ocorrência única, foram usadas para indicar a participação do corpo editorial em eventos sociais pontuais, ou para comunicar às leitoras alguma novidade de cunho interno, como agradecer pelo crescimento do número de assinantes²⁴⁰, ou externo, como anunciar a abertura da loja de Alfredo Seve, na rua Marquez de Olinda²⁴¹.

Dito isso, a estrutura comum de todos os números contava com a capa, seguida de anúncio de página completa. Na terceira página encontramos um cabeçalho com a indicação da data e do local de publicação, nome da revista, periodização das edições e a lista das membras do corpo editorial. A partir dessa terceira página seguem-se os textos, em sua maioria poemas, e diferentes sessões. Das quais, somente uma se mantém em todos os números, chamada *Preços das Assinaturas*, onde consta os preços das duas modalidades de compra, os locais onde é possível adquirir os exemplares e fazer as assinaturas. E, para fechar tudo isso, são incluídas as demais peças publicitárias dos anunciantes.

²⁴⁰ **O Lyrio**. Recife, 1 de fevereiro de 1903, p. 11.

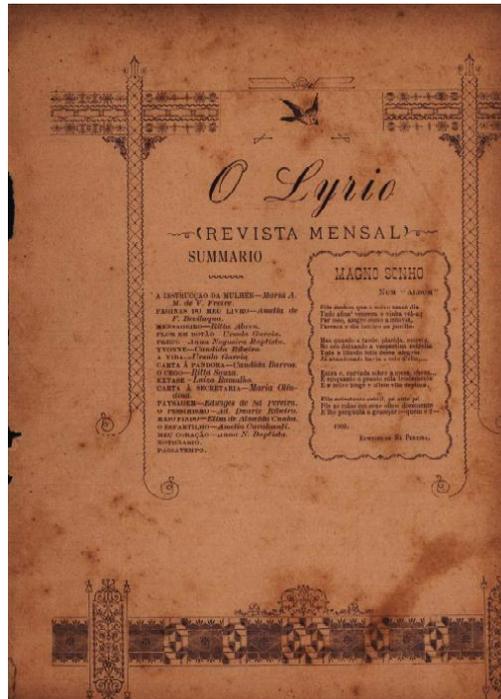
²⁴¹ **O Lyrio**. Recife, 5 de junho de 1903, p. 10.

Figura 1: Imagem do *layout* de capa do primeiro número d'*O Lyrio* (Imprensa Industrial)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Arquivo Digitalizado)

Figura 2: Imagem do *layout* de capa do segundo ao vigésimo número d'*O Lyrio* (Imprensa da Província)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Arquivo Digitalizado)

4.2 Homônimos

Ao visitarmos os impressos dos séculos XIX e XX, percebemos a tendência de batizar os periódicos e livros para mulheres com o nome de flores, provavelmente com o objetivo de associar delicadeza, beleza, capricho e mais uma série de outras características ao feminino. Em razão disso, nos acervos é possível encontrar outras publicações com o mesmo nome da revista recifense. De sorte que, algumas delas têm seu título grafado com a letra *y*, assim como é o caso da versão analisada por este trabalho, e outras que usam a letra *i*, como é o caso da revista cearense *Lirio*, de 1875. Sendo assim, como é mais provável que os leitores confundam as edições que apresentem a mesma grafia *d'O Lyrio*, optamos por analisar como homônimos somente as publicações que tenham o título escrito de igual forma, usando a letra *y*.

Dito isso, o primeiro homônimo analisado foi publicado em 12 de março de 1898, na cidade de Cataguases (em grafia atual), que fica a 320 km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. A publicação pretendia ser bimestral e poderia ser adquirida por meio de assinatura ou de maneira avulsa. Nela, lemos que seu proprietário, ou talvez proprietária, ou mesmo grupo de proprietários, denominava-se Lima & Comp.

Quanto ao conteúdo, chamam atenção as passagens que definem o posicionamento editorial da revista, segundo as quais, primeiro, “na arena do jornalismo cataguasense apresenta-se hoje mais um combatente: cheio de fé no ideal que abraça, cujo objetivos resume-se, principalmente, no país encantado da subjetividade feminina”, assim, “[...] jamais olvidará a religião, a ciência — a luta da inteligência para dominar a multiplicidade dos fenômenos”. E, por fim, “[...] *O Lyrio*, portanto, não pode afirmar com segurança si fará tudo o que deseja. Uma só coisa promete: ser fiel ao seu programa, obedecendo à lei cósmica universal”²⁴².

Esse primeiro e único número disponível inicia-se com a frase: “Minhas respeitáveis leitoras!”, para em seguida dizer: “o redator d’*O Lyrio* é um homem importuno”²⁴³. Ou seja, apesar de destinada às mulheres, a revista de Cataguases foi editorada senão por pelo menos um, então por alguns homens. O curioso desse fato é haver um texto dizendo que foram enviadas inúmeras ameaças feitas pelas moças da cidade, as quais não queriam ter seu nome

²⁴² **O Lyrio**. Cataguases, 12 de março de 1898, p. 1.

²⁴³ **O Lyrio**. Cataguases, 12 de março de 1898, p. 2.

vinculado²⁴⁴. Não sabemos o quanto esse dado tem de decisivo para o fim do periódico, porém pode-se dizer que a comunidade tinha conhecimento antes mesmo do periódico ser impresso.

Outro elemento interessante é que, na última página desse número solteiro, encontramos um artigo datado de março de 1899, ou seja, exatamente um ano a mais do dia em que a Revista veio a público. Acreditamos que, assim como outros incontáveis erros tipográficos, a substituição do 8 pelo 9, de 1898 por 1899, deveu-se a um trabalho de baixa qualidade, e provavelmente mais barato, realizado pela tipografia.

Além da cidade mineira, Florianópolis também teve seu *Lyrio*. Com o lema “unicamente a Literatura e jamais trilhas nas lutas políticas”, em 1 de novembro de 1902, a capital de Santa Catarina pôde ler *O Lyrio – Órgão Literário e Noticioso*. Um “pequeno e modesto jornal” que se propôs a ser semanal, mas que durou menos de um ano, chegando até o seu décimo terceiro número. Editado entre o fim de 1902 e início de 1903, o jornal dizia contar com “redatores diversos”, um *slogan* vinculado em todos os números a que tivemos acesso e que acreditamos ser uma referência à diversidade de profissões e/ou de estilos de escrita dos homens. Uma vez que, aparentemente as mulheres não produziram nenhum artigo para este periódico²⁴⁵.

Pode não ter ficado clara a inacreditável coincidência dos fatos, mas, quatro dias após o lançamento da versão florianopolitana d’*O Lyrio*, em 5 de novembro de 1902, a revista teve seu primeiro número publicado. Não encontramos nenhuma relação entre as publicações. Aparentemente, a redação feminina de Pernambuco trabalhou alheia à existência da redação masculina de Santa Catarina. Mas, além dos nomes, o conteúdo da revista daqui e do jornal de lá é similar. Dado que, comportamento, amor e efemérides sociais são, destacadamente, temas comuns dos periódicos produzidos na época.

Destacadas as flores de Cataguases e Florianópolis, as quais tivemos acesso via a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Pernambuco também contou com ainda mais exemplares d’*o Lyrio*, dos quais não tivemos acesso ao conteúdo de nenhum outro além daquele que é o objeto de investigação e análise. Soubemos de sua existência por meio da grandiosa obra de Luiz Nascimento, *História da Imprensa de Pernambuco*. Segundo ele, havia outras cinco publicações homônimas na região nordeste.

A primeira delas, destacadamente, chamou-se *O Botão do Lyrio* e foi classificada por Nascimento como um “jornalzinho de orientação feminina”, “filiado d’*O Lyrio*”. Amélia de

²⁴⁴ *O Lyrio*. Cataguases, 12 de março de 1899, p. 4.

²⁴⁵ *O Lyrio*. Florianópolis, 1 de novembro de 1902, p. 1.

Freitas Beviláqua foi sua redatora-chefe; Cândida de Barros era secretária; Luísa Ramalho era tesoureira; e Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire, Edwiges de Sá Pereira, Belmira Villarim e Ursula Garcia eram redadoras. Somente circularam dois números: o primeiro em 21 de fevereiro de 1903; e o segundo, e último, em 5 de novembro do mesmo ano. Sua redação localizava-se à rua Marques de Olinda, nº 4. Ainda de acordo com o autor, esses números podem ser encontrados na Biblioteca Pública do Estado²⁴⁶. Quanto á relação desta com a publicação principal, não entendemos a função editorial do suplemento.

Em 1912, o município de Joaquim Nabuco teve um *Lyrío* para chamar de seu. E, ao que indica Luiz Nascimento, essa publicação foi o primeiro jornal nascido, à época, na pequena vila. Adolfo Quintas foi seu diretor e proprietário, porém, infelizmente, o único registro de sua existência é uma nota no jornal recifense *A República*²⁴⁷.

No ano de 1919, o *Lyrío – Semanário Noticioso e Literário* foi publicado. O único número encontrado foi o sexto, datado de 30 de novembro de 1919, de sorte que nenhuma nota sobre o periódico foi publicada na imprensa da época²⁴⁸. Por outro lado, houve mais uma publicação homônima, cuja existência chegou ao conhecimento público por meio de uma pequena citação de Pedro Fernandes, no *Diário do Povo*, do Recife, em 31 de agosto de 1922²⁴⁹.

E, para fechar essa lista de homônimos, aproximadamente dez anos após esta última ocorrência, em 19 de outubro de 1932, o Colégio São José festejou o aniversário de 50 anos da estátua de seu patrono publicando o seu *Lyrío*. Contando com 14 números, ao longo de dois anos, os estudantes dos cursos Normal, Comercial, Complementar e Primário eram responsáveis por alimentar de conteúdo as páginas do periódico. Aqui vale o destaque para sua lista de colaboradoras, dentre elas: “Maria de Lourdes Lopes, Maria Fortunata Ferraz Gominho, M. L. M., Carmita Quental, Maria Lara, Eurice Paes Barreto, Inês Guedes, Cecília Petribu, Suzana Guedes Bezerra Cavalcanti, Ivete Barbosa, Neusa Antunes, Conceição Silveira, Maria Angélica Menezes, Judite A. Duarte, Hercília Borba, Eunice Fonte, Diva de Moraes, Beatriz de Lucena e Melo, Dulce Oliveira, Maria Auxiliadora Dias e algumas outras”. Luiz Nascimento afirma que esse documento pode ser encontrado na Biblioteca Pública do Estado²⁵⁰.

²⁴⁶ Nascimento, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994, v. 7, p. 95.

²⁴⁷ Ibid., v. 12, p. 276.

²⁴⁸ Ibid., v. 11, p. 46.

²⁴⁹ Ibid., v. 14, p. 18.

²⁵⁰ Ibid., v. 9, p. 55.

4.3 Eles e elas: o corpo editorial d'*O Lyrio*

4.3.1 Dois que chegam: um se vai e o outro fica

A trajetória, aqui, irá começar pelos homens. E o primeiro a ser citado será Cintra Luiz. Ele teve uma vida pública aparentemente comedida, por essa razão são poucas as ocorrências em que podemos encontrá-lo. Acerca da relação entre ele e Alcebíades Lima, sabemos que os dois estavam presentes no evento de fundação do Clube Dramático Verdadeiros Coiós²⁵¹, que ocorreu no dia 28 de julho de 1901, no prédio nº 153 à rua da Aurora. Lá, Cintra Luiz foi responsável pela cenografia e Alcebíades foi o orador²⁵². O ano de 1902 seguiu a mesma tônica do anterior para o jovem. Além da inauguração da revista, ele discursou em nome da diretoria do Casino Dramático, convidando os sócios para um evento particular²⁵³.

Quanto ao ano de 1903, *O Lyrio* já estava sendo comercializado e seu diploma de engenheiro geográfico foi conquistado²⁵⁴. De outro lado, a relação de Cintra Luiz com o renomado Dr. Clóvis Beviláqua, marido de Amélia Beviláqua, parece ter se estreitado. Ele se tornou bibliotecário da sociedade Protetora Cearense, uma instituição que se dedicava a auferir doações e enviá-las ao Estado do Ceará, na época assolado pela seca, e da qual Clóvis era presidente²⁵⁵. Já enquanto homem das letras, temos conhecimento de que o jovem engenheiro contribuiu com textos para o *Diário de Pernambuco* e a *Revista Pernambucana*. A partir daqui, cessam as informações que possuímos sobre esse personagem.

Alcebíades Lima, ao contrário de Cintra Luiz, foi um jovem que circulou muito pelos mais diferentes grupos artísticos. Por essa razão, são fartas as ocorrências em que ele aparece discursando em eventos públicos. Antes, porém, de narrarmos a agitada vida social do outro proprietário d'*O Lyrio*, vale o destaque sobre não estarmos falando do desembargador Dr. Alcebíades Dracon de Albuquerque Lima — falecido em 1920, no Rio de Janeiro. O personagem de interesse chamava-se Alcebíades Marques Buarque de Lima, presidente e um dos fundadores da Sociedade Literária e Histórica Bernardo Viera de Melo²⁵⁶. Inaugurada no

²⁵¹ **Jornal do Recife.** Recife, 2 de agosto de 1901, p. 1.

²⁵² **A Província.** Recife, 31 de julho de 1901, p. 1.

²⁵³ **A Província.** Recife, 6 de agosto de 1902, p. 2.

²⁵⁴ **O Lyrio.** Recife, 1 de março de 1903, p. 10.

²⁵⁵ **Diário de Pernambuco.** Recife, 11 de agosto de 1903, p. 1.

²⁵⁶ **Jornal do Recife.** Recife, 7 de abril de 1900, p. 2.

dia 11 de março de 1899, essa instituição foi pensada por um grupo de cinco estudantes do Ginásio Pernambucano, dos quais o próprio Alcebíades Lima, Euzebio de Souza, Mário Rodrigues, Adalberto Ribeiro e Mário Mello²⁵⁷.

Da Sociedade Literária e Histórica Bernardo Viera de Melo surgiu um periódico literário chamado *Album*. Seu primeiro número teria saído do prelo em 1 de junho de 1900, pela tipografia do *Jornal do Recife*, e redação à rua Dr. José Marinho, nº 48²⁵⁸. Dizia-se "amante do Belo" e prometia dedicar-se "em grande parte a Literatura, este instrumento da cultura íntima, na inspirada definição de Lasson; 'do saber propagara as ciências, incutindo no espírito do povo a necessidade absoluta de cultivá-las'; da pátria, empregara o possível para o seu engrandecimento" e "defenderá ardentemente a forma de governo chamada República, em que ela predomina"²⁵⁹. E, de acordo com Nascimento, esse documento estaria disponível na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

Aqui, caberia um aceno quanto ao fato de, talvez, Alcebíades Lima ter se ocupado da fundação d'*O Lyrio*, em razão dessa já consistente experiência em escrever e gerir um periódico literário. Como dito, ele e Cintra Luiz já se conheciam, pelo menos desde o ano anterior à inauguração da revista, do Clube Dramático Verdadeiros Coiós, enquanto Cintra Luiz e Clóvis Beviláqua passaram a trabalhar na sociedade Protetora Cearense dois meses antes da fundação d'*O Lyrio*. Assim, uma possibilidade é que as membras da revista tenham sido apresentadas aos rapazes por meio de Clóvis Beviláqua, que, como iremos ver mais à frente, era um grande entusiasta das qualidades intelectuais de sua esposa.

Não sabemos o nome completo de Cintra Luiz, tão pouco sua origem ou nome de parentes próximos. E o fato de não termos essas informações impõe uma barreira: a de não termos a certeza se Cintra é seu primeiro nome, ou sobrenome usado para distingui-lo de um ou mais homônimos. O fato é que Luísa Cintra Ramalho era uma das redatoras do periódico. Há, então, a possibilidade dos dois serem parentes e o contato delas com eles haver sido mediado pela jovem. Dito isso, ainda lembramos que, já por aqueles dias, ter um jornal ou revista era um empreendimento lucrativo²⁶⁰ de forma que não se pode dispensar a possibilidade de que todos auferissem algum ganho financeiro por seus textos. Razão que não deve ter

²⁵⁷ **Jornal Pequeno**. Recife, 2 de junho de 1900, p. 2.

²⁵⁸ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1876-1900)**. Recife: Imprensa Universitária, 1972, v. 6, p. 465-466.

²⁵⁹ Loc. cit.

²⁶⁰ MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008, p. 144.

segurado Alcebíades Lima junto à Revista. Isso porque, é bem provável, que sua participação tenha se resumido apenas ao texto inaugural no primeiro número.

Apesar de possibilidades, essas são suposições que não podem passar despercebidas, haja vista que, na época do lançamento da Revista, os dois proprietários eram jovens estudantes. Um ainda cursando o preparatório do Ginásio Pernambucano para o curso de Direito, e o outro cursando engenharia geográfica. Ao lado deles, estavam moças e senhoras da elite financeira e política do estado. Mulheres que, ao que tudo indica, poderiam ter custeado essa empreitada sozinhas, o que nos leva a uma série de questionamentos: Alcebíades Lima e Cintra Luiz eram realmente os proprietários da Revista? Ou apenas foram responsáveis por dar início e administrar o projeto? Será que eles foram chamados a integrar o grupo em função de suas experiências literárias? Ou foram inseridos no projeto como uma manobra política, para que elas tivessem maior credibilidade social?

Sobre isso, em certa ocasião, no texto *As leitoras*, Adalgisa D. Ribeiro escreve praticamente uma carta aberta em que parabeniza a resistência d'*O Lyrio* em sobreviver às intempéries sociais, aos “esforços desinteressados e grandes” de Cintra Luiz, bem como os esforços incansáveis de Amélia Beviláqua, “cujos trabalhos docemente atraentes têm indubitavelmente concorrido para a aceitação do nosso querido jornalzinho...”²⁶¹.

Com esse texto, a princípio, temos a indicação de que a administração e o controle operacionais, assim como a manutenção da imagem social da Revista estavam nas mãos de Cintra Luiz e Amélia Beviláqua. Tal dado reforça a ideia de que Alcebíades Lima não permaneceu na equipe, afora o primeiro número publicado, assim, tornando-a, em minha interpretação, muito mais um projeto feminino com o apoio de um homem do que o inverso.

Por ora, voltemos a Alcebíades Lima, que, em agosto de 1901, junto com Mário Mello, Bernardo Porto, Telesphoro de Almeida e Oscar Barros falaram para um público com mais de 200 pessoas sobre a candidatura de Júlio de Castilhos à presidência da República²⁶². Nesse mesmo ano, no dia 23 de novembro, o Ginásio Pernambucano realizou uma passeata em razão da Festa do Estudante. Mário Mello discursou junto com o Dr. Joaquim Loureiro, na Rua Cabugá, e Alcebíades realizou seu discurso na Rua Rosa e Silva²⁶³.

²⁶¹ **O Lyrio**. Recife, novembro e dezembro de 1903, p. 10-11.

²⁶² **Jornal Pequeno**. Recife, 2 de agosto de 1901, p. 2.

²⁶³ **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de novembro de 1901, p. 1.

Como já citado, o jovem participou de várias sociedades artísticas, algumas delas como convidado. Um exemplo disso foi a Sociedade Literária Diogo Velho²⁶⁴, instituição na qual, em 13 de agosto de 1901, ele foi indicado como orador, em um evento promovido pelo Gabinete Português de Leitura²⁶⁵. Todas essas ocorrências simbolizam que a função de orador, que se consolidará durante a fase do seu curso de Direito, já era uma tarefa costumeira para Alcebíades.

Agora, indo ao ano de 1903, muito mais do que foi para Cintra Luiz, esse foi um período de agenda preenchida para Alcibíades, afora as quase mensais reuniões da Sociedade Literária e Histórica Bernardo Viera de Melo. Ele participou da assembleia geral da Liga Beneficente Pernambucana²⁶⁶ e tornou-se vice-dito do Club Musical Mathias Lima²⁶⁷, além de ter concluído o curso preparatório para a faculdade de Direito²⁶⁸.

Acerca da nota que indica sua formatura, foi interessante perceber que todos os formandos eram homens. E, logo abaixo dessa lista, vinha a relação de aprovados com distinção nas diversas séries do Colégio Nossa Senhora das Mercês, à época dirigido por Maria do Carmo Azevedo. Nessa relação, constam apenas 2 homens e 8 mulheres. Uma informação que, mais uma vez, demonstra a desigualdade na formação acadêmica entre os gêneros que discutimos no capítulo anterior. Destacadamente, as mulheres ocupavam as vagas dos cursos básicos e secundários, enquanto eles, além dessas formações, ainda chegavam ao nível superior.

O ano seguinte continuou movimentado. *O Lyrio* já tinha uma rede de colaboradoras e leitoras, mas Alcebíades apareceu discursando no velório do estudante de Farmácia Domingos Nunes Ferreira Filho. Nesse triste evento, por coincidência ou não, Eugenio de Sá Pereira, irmão de Edwiges de Sá Pereira, também discursou como representante da turma de terceiro ano da Faculdade de Direito²⁶⁹. Republicano militante que era, no dia 02 outubro de 1904, em reunião de posse da nova diretoria da sociedade musical Sete de Setembro, Alcebíades foi reeleito ao cargo de orador²⁷⁰. Já em reunião da Sociedade Literária e Histórica Bernardo Viera de Mello, ele dissertou sobre sua tese chamada *A inferioridade da Monarquia ante a República*²⁷¹.

Dando um salto temporal, agora para 30 de julho de 1905, às 4 horas da tarde, no Largo do Cargo, de novo, a Sociedade Literária e Histórica Bernardo Viera de Mello realizou um

²⁶⁴ **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de junho de 1901, p. 2.

²⁶⁵ **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 de agosto de 1901, p. 1.

²⁶⁶ **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 de abril de 1903, p. 1.

²⁶⁷ **Diário de Pernambuco**. Recife, 1 de novembro de 1903, p. 1.

²⁶⁸ **A Província**. Recife, 11 de dezembro de 1903, p. 1.

²⁶⁹ **A Província**. Recife, 23 de agosto de 1904, p. 1.

²⁷⁰ **A Província**. Recife, 4 de outubro de 1904, p. 1.

²⁷¹ **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 de outubro de 1904, p. 2.

evento público em protesto “contra a reforma da bandeira nacional”. Alcebíades foi o orador do evento, para o qual “afluiu grande massa popular e desde o começo até ao terminar o meeting reinou a mais completa ordem entre os assistentes”²⁷².

Nessa época, *O Lyrio* já não mais existia, no entanto, a vida social de Alcebíades Lima aparenta ter continuado tão agitada quando antes. Sem deixar de aparecer nos jornais, ele permaneceu ativo na sociedade musical Sete de Setembro²⁷³ e Sociedade Literária e Histórica Bernardo Vieira de Melo²⁷⁴. Sob a liderança de Dias Paredes, estudante do 3º ano da Faculdade de Direito, um grupo de jovens apoiou a greve na Alfandega, fazendo o intermédio dos grevistas com as autoridades. Nesse evento, através de uma das janelas que dava para o largo do prédio da Faculdade, o republicano Alcebíades, junto com colegas, discursou para a população²⁷⁵.

Assim, enquanto seguiram os anos após o fim da Revista, Cintra Luiz não mais apareceu nas ocorrências dos jornais que tivemos acesso; por outro lado, Alcebíades deu-nos a impressão de ter, na verdade, buscado mais reconhecimento. Por sua vez, a última notícia que tivemos dele foi em abril de 1907. Uma nota afirmava que ele viajou em direção ao norte do País, no dia 13 daquele mês, junto com “sua mãe, 2 irmãs e 1 irmão” — todos, parte dos passageiros do vapor Maranhão²⁷⁶. Dado que foi posteriormente confirmado por Mário Mello, quando certa vez afirmou que “Alcebíades Lima, que se embrenhou pela Amazônia e de quem nunca mais tive notícias”²⁷⁷. E, em outra ocasião, ao falar sobre o texto *Ha cem annos...*, que se referiu ao centenário da Confederação do Equador e foi escrito por Eusébio de Souza, ele ainda lembrou os tempos em que estudou no Ginásio Pernambucano e disse:

Bem distanciados andamos dessa classe e por isso e pela ânsia de outra notoriedade, fundamos uma sociedade literária, organizamos um jornalzinho, formamos uma roda, a nossa igreja, com os rapazes de espírito daquele período: Thelesphoro de Almeida, Adalberto Ribeiro, Mário Rodrigues, Alcebíades Lima, grupo que se foi avolumando e a que só juntavam outros que, embora não tanto irmanados, comungavam as mesmas ideias: Nylo e Olivio Camara, Apolonio Bandeira de Barros, Benedicto e Domingos Vieira, Bernardo Porto, Eugenio de Almeida...²⁷⁸

²⁷² **A Província.** Recife, 1 de agosto de 1905, p. 1.

²⁷³ **A Província.** Recife, 26 de setembro de 1905, p. 1.

²⁷⁴ **A Província.** Recife, 24 de julho de 1906, p. 1.

²⁷⁵ **A Província.** Recife, 10 de agosto de 1906, p. 1.

²⁷⁶ **Jornal do Recife.** Recife, 16 de abril de 1907, p. 2.

²⁷⁷ **Jornal Pequeno.** Recife, 25 de setembro de 1931, p. 1.

²⁷⁸ **Diário de Pernambuco.** Recife, 27 de setembro de 1924, p. 3.

Igualmente, ao rememorar a juventude ao lado de seus companheiros, Mario Mello diz:

Ditosos tempos em que as nossas cogitações jornalísticas eram tão diferentes das atuais! Propriamente na imprensa, ficamos apenas os dois Mários, aliás sempre em campos opostos, depois d'*O Album*. Todos os cinco jornalistas de 1900 são bacharéis em Direito e constituíram família. O Alcebiades Lima, depois de professor público no Pará, é hoje juiz substituto numa comarca do interior do Norte, tendo abandonado por completo a pena. Euzério de Souza é juiz de Direito, dando-se ainda ao vício de escrever uma por outra, dedicando-se mais às letras jurídicas. O Adalberto, que era uma revelação, abandonou tudo, inclusive a musa nas horas vagas e vive na Contabilidade da Fazenda Federal. O Mário Rodrigues, ultimamente na magistratura estadual, fez sempre profissão do jornalismo. E o outro Mário embrenhou-se na telegrafia e deu-se ao vício da política e ao seu complemento no jornalismo partidário. Quão diversa é presentemente a sorte dos jornalistas de 1900, ontem irmanados sob todos os aspectos e hoje tão separados sobre qualquer ponto de vista. Ditosos tempos! Saudosas recordações!²⁷⁹

É, a partir desse texto, portanto, que tomamos conhecimento do destino de Alcebiades Lima. E, como referimo-nos antes, aparentemente Cintra Luiz desapareceu da vida pública, pelo menos na cidade do Recife.

4.3.2 Amélia de Freitas Beviláqua e as mulheres d'*O Lyrio*: o estandarte da democracia feminina

Por sua vez, para falarmos do corpo editorial feminino, retrocedamos ao dia 5 de novembro de 1902, quando Cintra Luiz e Alcebiades Lima assinaram o editorial de apresentação d'*O Lyrio*. Nesse texto, recortamos algumas partes que chamaram bastante à atenção. Segundo eles,

O nosso intuito, o que felizmente conseguirmos, fora derruir os terríveis castelos onde se abrigavam a modéstia de nossas patrícias, e apresentar ao público mimosos rebentos de cérebros femininos, que tem a melodia divina de uma harpa Eólia. O *Lyrio* surge, porém surge [*sic*] inebriado de olores mágicos, bafejado por uma atmosfera de estridentes aplausos, aplausos que partem do âmago do coração daqueles que desejam ver desfraldado o estandarte da democracia feminina²⁸⁰.

²⁷⁹ **Almanach de Pernambuco 1899 a 1925**. Recife, ano 1914, p. 104.

²⁸⁰ **O Lyrio**. Recife, 5 de novembro de 1902, p. 1, grifo nosso.

É interessante notarmos o tom com o qual este editorial foi escrito, pois ele dita o espírito da Revista, do primeiro ao último número que tivemos acesso. Enquanto algumas, de fato, se propuseram a “derruir os terríveis castelos onde se abrigavam a modéstia”, apresentando uma postura combativa e questionadora, outras escritoras preferiram conservar um discurso conciliador e despretensioso, assim, constantemente declarando suas fraquezas e necessidade de proteção. No entanto, foi unânime o impulso que todas tiveram de tornar pública sua erudição e as capacidades intelectuais de seus “cérebros femininos”. Por consequência, mesmo os mais simples poemas puderam contar com narrativas ricas e as mais rebuscadas versões da norma padrão da língua, o que atestava a seriedade da formação escolar que receberam.

Assim, enquanto proprietário, se Cintra Luiz realmente exercia domínio sobre o conteúdo apresentado no periódico, a leitura desses trechos, e outros artigos, leva-nos a crer que ele era ou somente um entusiasta da produção intelectual das pernambucanas, ou isso e mais um empreendedor visionário. Esta última opção sustenta-se no fato de que, desde o século anterior, o mundo, e Pernambuco com ele, já contava com um mercado editorial voltado para as mulheres. Assim, a miscelânea de opiniões expressas em poemas, crônicas e ficções, que versavam sobre temas como políticas públicas para educação, reestruturação urbana, saúde materna e infantil, bem como sobre a própria condição feminina, pode ser fruto de um empreendimento emancipatório feminino que, por sorte, dava lucro ao proprietário.

Após o editorial inaugural, Amélia Beviláqua escreve mais um editorial, no qual diz:

Cavalheiros ilustres, não olheis de sobranceiras carregadas, para esta florinha que desponta. Acolhei-as nas vossas secretárias, com a devoção benevolente, que se atribua a um filho. Protegei-a, animai-a! Não a desencorajeis, porque ela é o símbolo da fé, a verdade concentrada na alma da mulher brasileira, que é vossa mãe, vossa irmã e vossa esposa²⁸¹.

Tais palavras moderadoras e apaziguadoras, portanto, atestam o fato citado, a saber, de que nem todas as mulheres agiam e se expressavam de maneira contundente e disruptiva. Como Amélia, haviam muitas mulheres que preferiam a sutileza, e mesmo, reproduzir o discurso masculino sobre a fragilidade feminina e sua dependência dos homens. O que não significa que elas estivessem confortáveis no lugar social e político que ocupavam. É bem provável que esta seja apenas uma das muitas formas de que elas usavam para se fazerem ouvir. Logo, não devem

²⁸¹ **O Lyrio**. Recife, 5 de novembro de 1902, p. 2, grifo nosso.

nos fazer esquecer que esta era uma Revista que contava com a colaboração de diferentes e, por vezes, divergentes opiniões. Exemplo disso, em artigo subsequente ao de Amélia, Maria Augusta escreve de modo combativo, de tal forma que, basicamente, o que lemos é uma mulher tendo a liberdade de expressar sua indignação e sofrimento diante da condição feminina vivida em sua época. Assim, ela escreve:

Com a mágoa que dilacera o meu peito, vejo que ainda se acham arraigados entre nós os preconceitos que nos tempos da barbaria escravizavam a Mulher. Há ainda quem pense, no alvorecer do século XX, que a mulher deve ser eterna escrava do Homem, e que não deve ter a pretensão de liberta-se das peias que, há tanto tempo, a martirizam. Citar nomes de mulher que se têm salientado, não digo agora, mas há muito tempo, no nosso país, é ocioso, porque não há brasileiro, que de contínuo, não esteja vendo em jornais, revistas, almanaques, livros, nomes de diversas patrícias nossas, firmando trabalhos, que muito escritores que vivem nos anais da fama, talvez não os produzissem. O conceito comum que a mulher é psicologicamente inferior ao homem, já é uma coisa tão sádica, que não resiste ao menos estudo analítico²⁸².

Esses três textos obedecem a uma hierarquia clara: primeiro o proprietário, depois a secretária-chefe e, somente depois, as demais colaboradoras do periódico. Porém, não é isso que realmente chama à atenção. O que nos perturbou os olhos foi o dado de que, logo nos primeiros textos, do primeiro número, temos mulheres com opiniões divergentes, igualmente expressando suas ideias. São, portanto, modos distintos de encarar uma realidade que se mostrava bastante semelhante para todas.

Assim, acabamos de demonstrar o quanto é perigoso tomá-las como um bloco unitário, como um grupo de um só pensamento, uma só tática e um só modo de perceber o mundo. Por mais que elas ocupassem uma mesma classe social, tivessem acesso a uma mesma literatura, frequentassem os mesmos espaços e compartilhassem tantas outras coisas, ainda assim, elas eram pessoas únicas e com histórias únicas. Nesse sentido, e pensando num Brasil em que as mulheres não tinham direito à herança, tutela jurídica dos filhos, acesso pleno ao ensino superior ou direito ao voto, a possibilidade de escrever e tornar pública opiniões que antes estariam enclausuradas no mundo privado²⁸³ é a demonstração de uma ousadia feminina milenar. O que a História das Mulheres, livro após livro, artigo após artigo, vem tornando evidente²⁸⁴.

²⁸² **O Lyrio**. Recife, 5 de novembro de 1902, p. 2-3.

²⁸³ EL FAR, Alessandra. **O livro e a literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

²⁸⁴ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

Dito isso, agora direcionamos a atenção para **Amélia Carolina de Freitas Beviláqua**. Ela nasceu na pequena cidade de Jurema, no interior do Piauí, em 7 de agosto de 1860. Filha de Teresa Carolina da Silva com o desembargador José Manuel de Freitas, Amélia teve quatro irmãos, que, enquanto ainda eram crianças, mudaram-se para São Luís, capital do Maranhão, onde iniciaram o estudo das primeiras letras com professores particulares²⁸⁵.

Em algum momento da juventude, Amélia e a família mudaram-se mais uma vez. Agora para o Recife, lugar onde conheceria e, em 5 de maio de 1883, iria se casar com Clóvis Beviláqua²⁸⁶. O casal teve duas filhas, Floriza e Dóris. Veleda e Vitória, igualmente chamadas e tratadas como filhas, na verdade eram netas. Filhas ilegítimas de Floriza, que, assim como a avó, mãe de Clóvis, engravidou fora do casamento. Assim, para que as netas não sofressem o estigma que ele mesmo precisou superar, primeiro por ser filho de uma mulher solteira, depois por ser filho de padre, Clóvis e a esposa decidiram assumir as duas crianças como suas²⁸⁷.

Mas, além do dado biográfico do próprio marido, é provável que o casal tenha preferido esta opção para livrar a filha dos ataques moralista de uma sociedade que consumia histórias trágicas sobre moças namoradeiras, como aquela do romance *A emparedada da Rua Nova*, que fazia sucesso pelas páginas do *Jornal Pequeno*, entre 1909 e 1912. Mas a família não era incomum somente nesse aspecto, nas biografias sobre Clóvis, são muitas as passagens que descrevem Amélia como uma dona de casa excêntrica. Amante dos bichos, ela e a família conviviam cercados por eles. Em 1906, mudam-se para o Rio de Janeiro, e numa casa modesta à rua Barão de Mesquita, no bairro do Andaraí, tiveram dois cães, Eolo e Felizardo, e um galo de estimação, chamado Sassarico²⁸⁸.

Em consequência de serem uma família fora do padrão, sobre eles recaíram muitas histórias mirabolantes. Como exemplo, diziam que Amélia teria relacionamentos extras conjugais. Ou que era uma megera que torturava psicologicamente o marido. Nada confirmado pelos amigos próximos, pela família, ou por meio da documentação. Segundo Wilton Silva, todas essas especulações sustentar-se-iam na mais pura maldade. Sim, aquela era uma família fora dos padrões. Porém, Clóvis e Amélia, segundo as narrativas de quem conviveu com eles,

²⁸⁵ SILVA, Wilton Carlos Lima da. Amélia Beviláqua que era mulher de verdade: a memória construída da esposa de Clóvis Beviláqua. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. Florianópolis, v. 11, n. 02, jul./dez. 2014, p. 140.

²⁸⁶ MENDES, Algemira Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da Literatura Brasileira: representação, imagem e memórias nos séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado: PUC-RS, 2006, p. 151.

²⁸⁷ SILVA, op. cit., p. 155.

²⁸⁸ Ibid., p. 153.

eram inseparáveis. Ao ponto de o jurista levá-la para as reuniões da Academia Brasileira de Letras²⁸⁹. O que já seria motivo suficiente para criarem boatos quanto à índole manipuladora da senhora e a leniência cega do esposo.

Mesmo hoje recai um oceano de moralismos sobre as mulheres que ousam experimentar a vida fora dos padrões heteronormativos, patriarcais e monoteístas, que teimosamente sobrevivem à passagem dos séculos. Então, ponhamos em perspectiva a realidade daqueles dias, que como demonstramos nos capítulos anteriores, eram muito mais avessos às liberdades femininas. A família de Amélia, e ela própria, era uma real afronta aos costumes. Costumes estes que comumente tomavam as mulheres como a fruta podre de uma cesta, malignas, sedutoras, mais suscetíveis à ação do mal. Vale perceber que mesmo sendo filho ilegítimo de um padre, pai de uma moça desonrada e avô de duas crianças ilegítimas, Clóvis não deixou de ser um respeitado jurista e intelectual. Que mesmo defendendo pautas polêmicas, como o divórcio, ainda assim, não deixou de ser bem visto pela sociedade de sua classe. Foi, portanto, sobre Amélia que recaiu a culpa de sua família ser como era.

Figura 3: Retrato de Amélia Carolina de Freitas Beviláqua.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. O Lyrio, ano 2, número 3, p. 1.

²⁸⁹ Ibid., p. 151.

Figura 4: Retrato de Amélia Carolina de Freitas Beviláqua.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*, Ano 2, Número 13/14, p. 1.

Para Clóvis, não permitir a entrada das mulheres em organizações, como a Academia Brasileira de Letras, era uma decisão “irracional, injusta e conservadora”, tendo em vista que elas ajudariam, por exemplo, a auferir os donativos necessários ao seu funcionamento. Com essa passagem refletimos que, talvez, o argumento surgiu da real experiência feminina em realizar eventos caritativos. No entanto, não podemos descartar a possibilidade de ele ter indicado essa função como forma de aceitar, mas limitar a participação delas na organização, já que, ele não deixava de ser um homem de seu tempo e, por isso, influenciado pelos paradigmas da época. Contudo, por ser voto vencido, Clóvis burlava a decisão do grupo ao permitir que sua esposa o acompanhasse, mesmo que calada, nas reuniões dos imortais. E, quando a candidatura dela foi recusada, com uma alegação que não lhe convenceu, ele abandonou em definitivo à instituição²⁹⁰.

Assim, é provável que diante da situação das filhas, bem como dos tolhimentos sociais que Amélia sofria, o casal foi publicamente defensor da educação feminina, da emancipação jurídica da mulher e do divórcio civil. No texto *Páginas do meu livro*, Amélia argumenta que o divórcio é o único caminho viável para um casal que se odeia²⁹¹. Mas, sobre o tema, cabe dizer que no auge de seus 42 anos, a autora já era considerada uma senhora, o que lhe devia permitir

²⁹⁰ Ibid., p. 152.

²⁹¹ *O Lyrio*. Recife, 10 de dezembro de 1902, p. 2.

certas liberdades intelectuais. Além disso, mesmo sobre assuntos espinhosos, ela sempre optou por um discurso mais ameno, sem grandes ataques às instituições e conservado uma serenidade que, como vimos anteriormente, podia destoa de algumas escritoras da Revista.

Felizmente, a contribuição literária de Amélia não se resumiu ao *Lyrío*. Desde São Luís ela escrevia. Primeiro no jornal da escola, depois, já no Recife, contribuiu com a *Revista do Brasil* e outros jornais. Seus textos renderam-lhe a 23ª cadeira da Academia Piauiense de Letras, e foi patrona da 48ª cadeira da Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno, no Ceará²⁹². Entre 1906 e 1933, a piauiense escreveu nove romances. E na casa do Andaraí, no Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1946, Amélia Carolina de Freitas Beviláqua faleceu.

Sobre a vida de **Candida Duarte de Barros**, somente sabemos que teve 12 irmãos, todos filhos do comendador Abílio de Barros com Belmira Duarte de Barros²⁹³. Da inauguração da Revista até julho de 1903, ela ocupou o cargo de redatora-secretária, o qual abandonou em razão de seu casamento com James Chalmers, pois foi embora do Recife²⁹⁴.

Figura 5: Retrato de Ursula Garcia da Costa Barros.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrío*, Ano 2, Número 13/14, p. 1.

²⁹² MENDES, Algemira Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da Literatura Brasileira: representação, imagem e memórias nos séculos XIX e XX**. Tese de Doutorado: PUC-RS, 2006, p. 151.

²⁹³ Cf. **Genealogia Pernambucana**. Disponível em: <http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=54417&dir=genxdir/>. Acesso em: 6 de julho de 2020.

²⁹⁴ **O Lyrío**. Recife, 5 de julho de 1903, p. 10.

Ursula Garcia da Costa Barros, por sua vez, teria nascido no Ceará²⁹⁵, na cidade de Aracaty, em 3 de março de 1864. Filha de Francisco Amynthas da Costa Barros e Rita Garcia da Costa Barros, era sobrinha-neta do primeiro presidente do Estado do Ceará, Pedro José da Costa Barros. Ursula foi a sexta de quinze filhos. E, bem jovem, mudou-se para o Rio Grande do Norte em razão do trabalho de magistrado do seu pai, mesmo estado onde se casou com seu primo José Alexandre de Amorim Garcia, em 1887. Em 9 de março de 1890, Ursula fica viúva. No mesmo ano, muda-se para o Recife, onde, em abril de 1903, passa a integrar *O Lyrio*, no cargo de redatora. A Revista noticia que sua irmã, Maria Garcia da Costa Barros, teria falecido entre maio e junho de 1904²⁹⁶. E, no ano seguinte, em julho de 1905, fruto da mesma doença que ceifou a vida do marido, varíola hemorrágica, a escritora também falece²⁹⁷.

Figura 6: Retrato de Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*, Ano 2, Número 13/14, p. 10.

Sobre **Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire**, redatora d'*O Lyrio*, aproveitamos a biografia que Ursula Garcia fez em sua homenagem e, a partir do texto, ficamos sabendo que Maria Augusta nasceu em Maranguape, à época, província de Pernambuco, em 9 de maio de 1872. Dedicando-se ao estudo do Direito, ingressou com apenas 13 anos na Faculdade de Direito do Recife, e aos 17 anos recebeu o título de bacharel em Ciências Jurídicas

²⁹⁵ *O Lyrio*. Recife, novembro e dezembro de 1903, p. 1.

²⁹⁶ *O Lyrio*. Recife, junho de 1904, p. 10.

²⁹⁷ Cf. **Portal da História do Ceará**. Disponível em: http://www.portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1548&catid=292&Itemid=101. Acesso em: 6 de julho de 2020.

e Sociais. O texto também fala que seu discurso de colação teria assombrado a plateia pela erudição e desenvoltura com as palavras.

Mas este prodígio foi desperdiçado pelas circunstâncias sociais da época. Sem nunca ter advogado, em 1892 ela casa-se com José Mario da Silva Freire, também bacharel em direito. Mesmo casada e mãe, Maria Augusta dedicou-se à escrita, como também à criação de charadas, razão pela qual teria certa relevância na imprensa de Portugal. Para Ursula Garcia, a companheira de redação é o maior exemplo do desperdício intelectual causado pela exclusão das mulheres do mundo dos saberes. Sobre isso, ela denuncia: “atualmente, ainda o título de bacharel, conferido a uma mulher, é um título e nada mais”²⁹⁸.

E, de fato, Ursula Garcia tinha razão. Demorou pelo menos mais 20 anos até que as próprias membras d’*O Lyrio* pudessem exercer suas profissões e tornarem-se parte dos órgãos públicos do estado de Pernambuco. Ainda assim, mulheres como Maria Augusta, mesmo quando passaram a trabalhar, não eram as responsáveis pelo sustendo de suas famílias. Pois, ao que tudo indica, todas as membras da Revista eram ricas o suficiente para trabalharem somente como exercício de liberdade intelectual, e não pela necessidade de subsistência, como era o caso de toda mulher não abastada do Brasil.

Por seu turno, **Edwiges de Sá Pereira** nasceu em Barreiros, interior de Pernambuco, no dia 24 de outubro de 1884. Desde criança recebeu o apoio dos pais, que lhes permitiam estudar. Junto com os irmãos fundou o *Eco Juvenil*, um jornalzinho escrito à mão, e que circulava entre os familiares. A partir desse empreendimento até os 17 anos, a jovem contribuiu com inúmeros jornais locais e da capital, Recife. Com essa idade, também lançou seu primeiro livro de versos, chamado *Campesinas*, e passou a integrar a Academia Pernambucana de Letras, como correspondente de sua cidade.

Em 1902, Edwiges torna-se redatora d’*O Lyrio*. Fruto de muitos anos de produção literária, em 1920 a autora foi indicada para ser a segunda mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e, em seguida, recebeu também um assento na Academia Pernambucana de Letras. Em 1924, o então governador do estado, Sérgio Loreto, convidou Edwiges para participar da Secretaria de Educação de Pernambuco.

E, em função desse cargo, ela passou a viajar todo o Brasil coletando dados das melhores práticas pedagógicas para serem aplicadas nas instituições pernambucanas. Entre 1931 e 1935,

²⁹⁸ **O Lyrio**. Recife, 5 de junho de 1903, p. 7-8.

a barreirense ocupou o cargo de presidentes da Federação Pernambucana Pelo Progresso Feminino, um braço do grupo paulista liderado por Bertha Lutz. Edwiges era católica e jamais se casou. E, em 1958, faleceu na capital pernambucana²⁹⁹.

Figura 7: Retrato de Edwiges de Sá Pereira.



Fonte: Acervo digital da Fundaj. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=257. Acesso em: 04 fev. 2020.

Acerca de **Belmira Villarim**, sabemos duas coisas: foi redatora d'*O Lyrio* e teria sido presidente do Grêmio Literário Feminil de Pernambuco³⁰⁰.

Sobre **Luiza Cintra Ramalho**, os dados são igualmente escassos. Além do já esperado cargo de redatora d'*O Lyrio*, sabemos que seu texto *Talvez*, publicado no *Botão do Lyrio*, foi plagiado por Juventino de Carvalho Andrade. Segundo nota, o rapaz publicou o poema da moça no jornal *O Malho*, e por isso, ela protestou³⁰¹.

²⁹⁹ SILVA, Maria Angélica Pedrosa de Lima. A escritora e feminista: Edwiges de Sá Pereira e Feminismo no Recife (1920 – 1935). In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. (Org.). **As mulheres na cidade do Recife: feminismo, cultura e transgressão (1870-1935)**. Recife: EDUFRPE, 2015, p. 120-128.

³⁰⁰ **O Lyrio**. Recife, 5 de novembro de 1902, p. 10.

³⁰¹ **O Lyrio**. Recife, abril e maio de 1904, p. 19.

Figura 8: Retrato de Luiza Cintra Ramalho.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*, Ano 2, Número 13/14, p. 3.

Na mesma direção, quanto a **Elisa Laura de Almeida Cunha**, apenas sabemos da nota que afirma seu ingresso n' *O Lyrio* em janeiro de 1904³⁰², sem jamais ter aparecido outra vez.

Figura 9: Retrato de Adalgiza Duarte Ribeiro.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*, Ano 2, Número 13/14, p. 2.

³⁰² *O Lyrio*. Recife, janeiro de 1904, p. 5-6.

Por fim, sobre **Adalgisa Duarte Ribeiro** sabemos que contribuiu com *O Lyrio* e, ao mesmo tempo, teria sido secretária do Grêmio Literário Feminil de Pernambuco, mesma época em Belmira Villarim teria sido presidente da organização.

4.3 Anunciantes

Desde o primeiro número, *O Lyrio* pôde contar com a presença de anunciantes. No quadro abaixo, destacamos todos eles, indicando a recorrência de suas aparições e, após o nome, citamos, com frases retiradas das próprias propagandas, o caráter do serviço ou do produto.

Quadro 1: Relação de Anunciantes

Anunciante	Número
A Helvética: Fabrica a vapor de Chocolates e Confeitos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13/14.
Dr. Cavalcanti Ramalho: Cirurgião Dentista	1, 2, 3, 15, 16, 17, 18/19 e 20.
Colégio Prytaneu: Internato e Externato para Meninas	16 e 20.
Colar de Ouro de Agostinho e Irmão: Estabelecimento de joias, brilhantes e obras preciosas	1.
Dra. Amélia Cavalcanti: Médica especialista em moléstias de senhoras e de crianças	2.
The Modern Photograph: de Manoel Ribeiro Filho	13/14.
Brande & C.: O afamado medicamento do Dr. Brande	17
Dr. Ferreira Simões: Cirurgião Dentista	20.

Fonte: Autoria Própria.

Talvez a escolha dos anunciantes tenha sido processada de maneira aleatória. Ou talvez de maneira estrategicamente negociada. Seja a partir do desejo dos próprios anunciantes de usar *O Lyrio* como plataforma de propaganda ou segundo a persuasão da diretoria em demonstrar o valor comercial da publicação. Talvez os valores pagos fossem pouco substanciais ao sustento da Revista ou decisivos para o empreendimento ter sobrevivido pelo tempo que sobreviveu.

Talvez Cintra Luiz e Alcebíades Lima tenham ficado responsáveis pelas negociações, ou talvez não. Essas são informações de bastidores a que não tivemos acesso. Por isso, resta-nos analisar as peças de propagandas e buscar entender a relação do mercado com a Revista.

Sobre isso, a Helvetica, fábrica a vapor de chocolates e confeitos, destaca-se por ter sido a parceria mais duradoura. Quanto a ela, encontramos a seguinte nota de jornal:

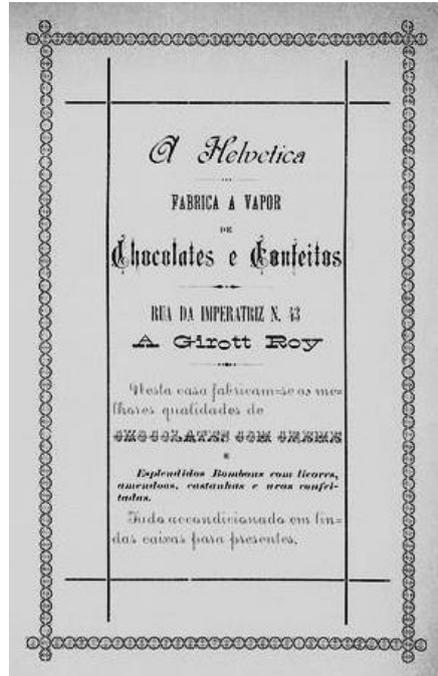
À rua da Imperatriz n. 15 acaba de abrir-se uma fábrica de confeitos, bombons finos e chocolates, denominada *Helvetica*, e cujos produtos pode-se afirmar que em nada são inferiores aos importados do estrangeiro. Ao fabrico dos mesmos presidem o maior esmero e gosto artístico, podendo-se obter ali, de ocasião ou por encomenda, coleções de doces finíssimos e bem trabalhados. O proprietário desse estabelecimento, sr. A Girott Roy, que dispõe de muitos anos de prática nas principais confeitarias da Suíça, acha-se apto a satisfazer qualquer pedido dos produtos de sua casa, para o que dispõe já de grande sortimento. Ao sr. Girott agradecemos as amostras que nos ofereceu e aos leitores recomendamos a Fábrica Helvetica³⁰³.

O senhor Agostinho Girott Roy, proprietário da fábrica, teria enviado doces e chocolates às redatoras somente uma vez³⁰⁴. Uma pequena demonstração de cordialidade, frente a uma parceria que durou do primeiro ao décimo quarto número, sempre ocupando as segundas páginas, logo após a capa. A partir do décimo quinto número, a página dois passou a ser preenchida pelo anúncio do médico dentista, Cavalcanti Ramalho, que, tendo aparecido nas páginas finais dos números 1, 2 e 3, a partir de então, ficou na página dois até o vigésimo e último número a que tivemos acesso. Um dado que demonstra a organização editorial da Revista, uma vez que os anúncios seguiam sempre a mesma lógica, ou eram expostos nas segundas páginas, ou nas páginas finais de todas as edições.

³⁰³ **A Província**. Recife, 13 de abril de 1901, p. 1.

³⁰⁴ **O Lyrio**. Recife, 5 de junho de 1903, p. 10.

Figura 10: Imagem da propaganda Padrão da Helvetiva.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*. Números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13/14.

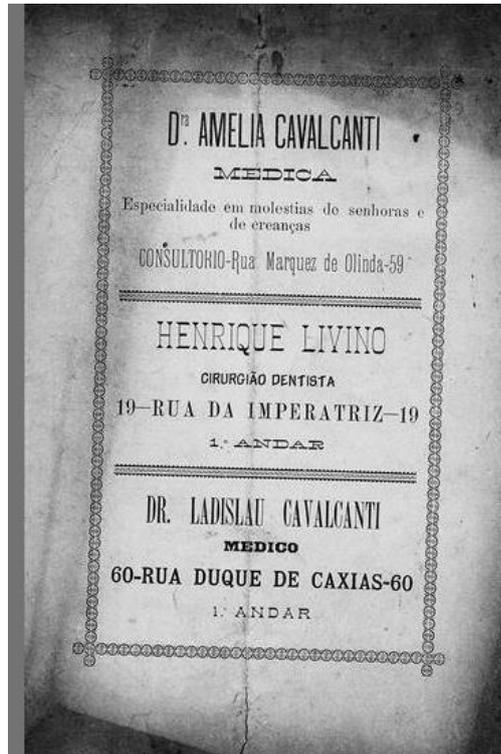
Figura 11: Imagem da propaganda Padrão da Clínica Cirurgia Dentária do Doutor Cavalcanti Ramalho.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*. Números 1, 2, 3, 15, 16, 17, 18-19, 20.

Dos oito anunciantes, metade deles relacionava-se com o tema da saúde. Se pensarmos na época, os temas médicos estampavam matérias e eram associados aos mercados de cosméticos e medicamentos. Como vimos nos capítulos anteriores, a humanidade experimentava uma nova era das ciências naturais. Resultado disso, a eugenia, que surgiu como um colateral do Darwinismo aplicado à espécie humana, deu origem às políticas públicas de puericultura, que, por sua vez, estabeleceu uma rede de suporte médico às mães e aos bebês³⁰⁵. Quanto ao anúncio do Doutor Cavalcanti, vale o aceno para a frase “Asseio, Conforto e Higiene”. Três palavras-chaves que definem muito bem o espírito da época e se articulam com as demais propagandas sobre saúde.

Figura 12: Imagem da propaganda da única anunciante mulher, a doutora Amélia Cavalcanti.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. O Lyrio. Números 2.

Sobre a doutora Amélia Cavalcanti, em particular, não sabemos se tem parentesco próximo com o médico dentista Cavalcanti Ramalho ou o médico Ladislau Cavalcanti. No entanto, é particularmente curioso o fato de, como mencionado, a medicina ter sido a primeira

³⁰⁵ Cf. BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1912-1940)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 23.

área que possibilitou às mulheres recifenses ingressarem no nível superior. De sorte que as primeiras médicas se formaram em 1881 — Maria Augusta Generosa Estrella e Josepha Agueda Felizbella —, e como vemos, vinte anos depois a doutora Amélia Cavalcanti já anunciava seus serviços como profissional liberal.

No caso da peça de propaganda dela, destacamos outra frase que chama à atenção: “especialista em moléstias de mulheres e crianças”. Para a época em questão, já haviam amenizado os entraves moralistas que impediam mulheres de se consultarem com ginecologistas homens³⁰⁶. Contudo, não podemos descartar o fato de que, subtraída à cultura de o cuidado infantil ser delegado somente às mães, os cuidados ginecológicos e obstetrícios faziam parte dos saberes científicos dos homens. Tanto que a desqualificação das parteiras como profissionais da saúde feminina e infantil fica explícita nos manuais especializados sobre higiene sexual³⁰⁷. Isso, porque

Uma nova literatura sobre higienista sexual assumiu a tarefa de ensinar às mães noções “corretas” de sexualidade. Dentre os assuntos tratados estavam menstruação, relações sexuais, concepção, cuidado pré-natal e parto. Esse tipo de literatura informava as mulheres sobre os princípios científicos da hereditariedade³⁰⁸.

Pensando na história da medicina, os saberes modernos sobre o corpo definiram a existência de somente um sexo, o masculino. Ele era, como afirmou Simone de Beauvoir, *o ser*³⁰⁹. Enquanto o corpo feminino era *o outro*, uma expressão imperfeita e incompleta do *ser*. Assim, do século XVI ao XVIII, se acreditou na existência de somente um sexo biológico, onde o macho seria a versão perfeita, feita à imagem e semelhança de Deus, e a fêmea a anomalia, a parte que sobrou do homem. Sobre o assunto, “a história da anatomia durante a Renascença sugere que a representação anatômica masculina e feminina depende da política cultura de representação e ilusão, não da evidência sobre os órgãos, canais ou vasos sanguíneos”³¹⁰.

³⁰⁶ Loc. cit.

³⁰⁷ Ibid., p. 111.

³⁰⁸ Loc. cit.

³⁰⁹ Cf. BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 199.

³¹⁰ LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2001, p. 92.

Por consequência, somente com a ginecologia e a anatomia do final do século XVIII, consolidadas no século seguinte, os corpos femininos deixaram de ser defeitos para ser mais uma possibilidade humana do sexo³¹¹, o que não excluiu as consequências de negativas da defesa dessa tese. Dessa forma, como também destaca Simone de Beauvoir, a psicanálise se sustentou no princípio de que o ser homem é ser humano, e o ser mulher é o ser fêmea, de modo que, “todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho”³¹².

Por sorte, um dos caminhos que culminaram nesse momento foi a ruptura filosófica quanto ao que seria normal e o que seria patológico no corpo humano. Aqui, vale esclarecer que a medicina não é uma ciência, mas um conjunto de técnicas que se sustentam nos saberes das ciências biológicas. Por essa razão, o discurso médico evoluiu na mesma velocidade que se descobria o funcionamento das células, do tecido, dos órgãos e sistemas em relação ao meio. Logo, foi no século XIX que a medicina foi colocada como um manual de respostas e uma diretriz para a cultura. Sobre o tema do normal e do patológico, George Canguilhem fala que Broussais foi a grande inspiração de Auguste Comte. E este, por sua vez, uma fonte reflexiva para o mundo ocidental³¹³.

Broussais, então, defenderia que “o estado patológico em absoluto não difere radicalmente do estado fisiológico”³¹⁴. Consequentemente, “Comte ao definir o patológico como ‘simples prolongamento mais ou menos extenso dos limites de variação, quer superiores, quer inferiores, próprios de cada fenômeno do organismo normal’ [...], herdou de Broussais esse vocabulário inadequado”. Por esse motivo, Canguilhem esclarece que

A anomalia é a consequência de variação individual que impede dois seres de poderem se substituir um ao outro de modo completo. Ilustra, na ordem biológica, o princípio leibnitziano dos indiscerníveis. No entanto, diversidade não é doença. O *anormal* não é o patológico [...]. Sem dúvida, há uma maneira de considerar o patológico como normal, definindo o normal e o anormal pela frequência estatística relativa [...]. Anormal quer dizer precisamente inexistente, inobservável [...]. Portanto, a pessoa é doente não apenas em relação aos outros, mas em relação a si mesma³¹⁵.

Portanto, em pleno usufruto dos conhecimentos científicos do século XIX, não seria mais plausível tratar as mulheres como resultado de anomalias no desenvolvimento do sexo

³¹¹ Ibid., p. 94.

³¹² BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 81.

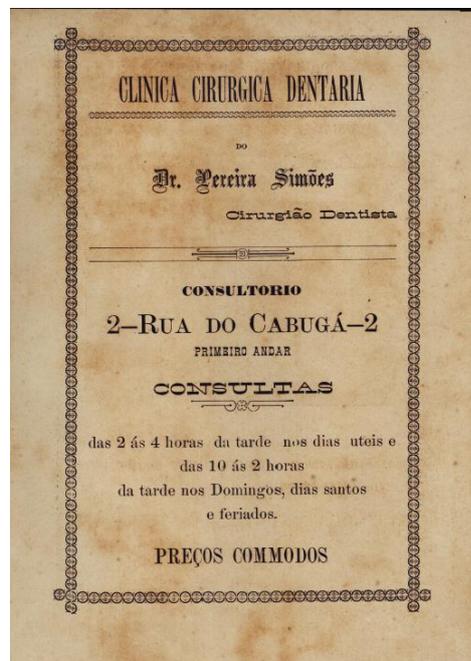
³¹³ CANGUILHEM, George. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 16.

³¹⁴ Ibid., p. 16.

³¹⁵ Ibid., p. 53.

masculino. No entanto, o discurso médico adaptou-se e passou a naturalizar o argumento de que elas seriam versões frágeis dos homens. Ou seja, elas não mais seriam anômalas, mas, ainda assim, inferiores. Por outro lado, e nessa mesma esteira de saberes, os médicos dentistas tornaram-se parte dos profissionais liberais que combateram costumes e práticas populares. Dessa vez, foram os barbeiros os substituídos em razão dos procedimentos mais técnicos e higiênicos dos novos profissionais da saúde. Reflexo disso, além do doutor Cavalcanti (figura 11), *O Lyrio* divulgou os doutores Henrique Lívio (figura 12) e Ferreira Simões (figura 13).

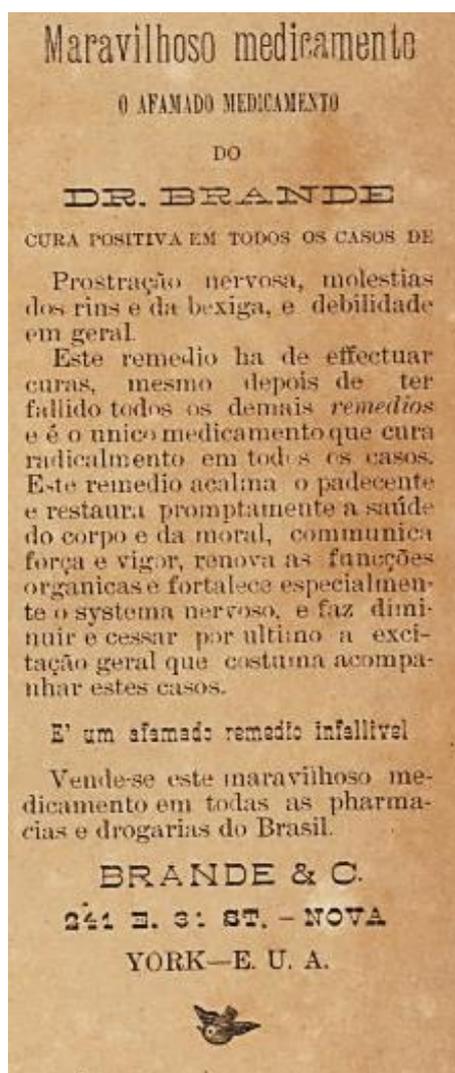
Figura 13: Imagem da propaganda do médico dentista Doutor Ferreira Simões.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*. Números 20.

Afora a higiene, e conseqüente segurança dos procedimentos, agora os médicos dentistas eram também procurados para resolver problemas estéticos. Nesse início do século XX, saúde era diretamente associada a beleza e asseio. Logo, os cosméticos passaram a dividir espaço com medicamentos e, em algumas circunstâncias, não se podia dizer com exatidão se se estava comprando um remédio ou um elixir de beleza. No caso de nosso periódico, somente houve a divulgação de um produto, “o afamado medicamento do dr. Brande” (figura 14).

Figura 14: Imagem do único medicamento anunciado.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*. Números 17.

E, para fechar a lista de anunciantes, a Revista também contou com a joalheria de Agostinho e Irmão (figura 15), o fotógrafo Manoel Ribeiro Filho (figura 16) e a Escola Prytaneu (figura 17). Esta última, dizendo-se “internato e externato para meninas”, bem como que contava com os níveis primário e secundário de ensino e oferecia um “profecto corpo docente”, provavelmente era uma das poucas instituições desse porte presentes no estado pernambucano. Como abordamos no capítulo anterior, essa era uma época em que a educação masculina permanecia como prioritária nos investimentos familiares, o que não significa dizer que as meninas não tivessem acesso ao ensino.

Nesse sentido, em nota intitulada “Albertina Kichhofer e Sá”, lemos a propaganda das habilidades intelectuais e artistas de uma moça chamada Alberta. Depois, o texto segue e

anuncia a inauguração de um colégio para meninas, na rua Gervasio Pires n. 57, em que ela e sua irmã, Cecília Maria Kichhofer, seriam as mestras³¹⁶. Com essa nota, relembramos a biografia de Maria Firmina dos Reis. Pois o caminho que as irmãs Kichhofer trilhavam em 1903 foi pavimentado cinquenta anos antes pela educadora maranhense. E o caminho desta foi pavimentado por outras que vieram ainda antes. Com outras palavras, a História das Mulheres é um exercício constante de dizer que sempre estivemos lutando por nossos sonhos e desejos; independentemente da época e das circunstâncias, as mulheres nunca foram conformadas.

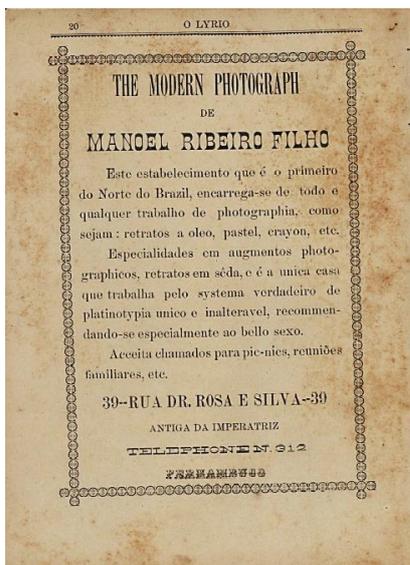
Figura 15: Imagem da joalheria de Agostinho e Irmão.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*. Números 1.

³¹⁶ *O Lyrio*. Recife, 5 de setembro de 1903, p. 9-10.

Figura 16: Imagem da propaganda de fotógrafo Manoel Ribeiro Filho.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*. Números 13-14

Figura 17: Imagem da propagando do Colégio Prytaneu.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Lyrio*. Números 16 e 20.

4.4 Uma rede colaborativa de palavras

Frente ao que foi descrito, agora somos capazes de narrar como *O Lyrio* pôs debaixo de seu guarda-chuva a produção intelectual de muitas mulheres. Recorrentemente anunciando a genialidade feminina, a Revista juntou-se em uníssona voz àqueles que, de diferentes formas, contrariavam o discurso acerca da inferioridade intelectual das mulheres. Eram escritoras, poetisas, advogadas, médicas, pianistas, artistas de dentro e fora de Pernambuco. Cada qual experienciando sua própria realidade. Mas todas colaborando com o mesmo propósito: emancipar as mulheres dos limites impostos pelo patriarcado.

E, provavelmente em razão dessa conexão, uma rede de colaboradoras formou-se. Elas eram responsáveis por recolher assinaturas e, nessa tarefa, disponibilizavam seu endereço, que era anexado em listas no fim de cada número. No Recife, por sua vez, existiam duas maneiras: primeiro, através de assinatura trimestral, que custava uma moeda de 2\$000 réis, ou em versão avulsa, que custava 1\$000 réis. Para ambas as formas, havia dois endereços, um à rua do Paissandu nº 3, no bairro da Madalena. No outro, que era sede da Revista e casa de Cintra Luiz, à rua Capitão do Lima, nº 58, no bairro de Santo Amaro.

O ponto aqui é, destacadamente, a possibilidade de adquirir a Revista em outras regiões do País, como também fora dele. Essas colaboradoras prontificaram-se em receber os pedidos de assinatura em 125 pequenos, médios e grandes municípios, de 19 estados brasileiros. Além de endereços listados em Montevideú, Buenos Aires, Paris e Lyon — respectivamente, Uruguai, Argentina e França. (Confira o quadro abaixo).

Quadro 2: Relação de colaboradoras por estado.

Estado	Nº de Cidades	Cidades
Pernambuco	19	Recife, Vitória, Palmares, Caruaru, Nazaré, Gravatá, Limoeiro, Timbaúba, Bezerros, Goiana, Pesqueira, Bom Jardim, Glória do Goitá, Brejo da Madre de Deus, São Lourenço, Garanhuns, Bom Conselho, Escada, Camaragibe
Ceará	15	Fortaleza, Baturité, Sobral, Crato, Barbalho, Iguatu, Icó, Camocim, Maranguape, Vila da Conceição, Granja, Aracati, Ipu, Quixadá, Canindé

Rio de Janeiro	13	Rio de Janeiro, Sapucaia, Natividade, Bananeiras, Friburgo, Varre-Sai, Niterói, Porto Novo, Petrópolis, Anta, Itaperuna, Paraíso, São Sebastião da Estrela
Paraíba	12	Campina Grande, Bananeiras, Pilar, Pilões, Pombal, Mamanguape, Alagoa Grande, Patos, Vila Cachoeira, Serrania, Itambé, Cabaceira
Piauí	11	Teresina, Amarante, Colônia, Oeiras, Piracuruca, Livramento, Campo Maior, União, Floriano, Piripiri, Campos Sales
Maranhão	9	São Luís, Brejo, Rosário, Icatu, Itapecuru-mirim, São Bento, Guimarães, Caxias, Carolina
Bahia	9	Juazeiro, Feira de Santana, Ituaçu, Cruz das Almas, Amargosa, Cidade do Camisão, Patamuté, Capim Grosso, Itaparica
Rio Grande do Norte	6	Natal, Macau, Mossoró, Assú, Areia Branca, Ceará-Mirim
Alagoas	6	Maceió, Penedo, Pilar, Porto Calvo, Camaragibe, São Luiz do Quitunde
Rio Grande do Sul	5	Porto Alegre, Uruguaiana, Livramento, Pelotas, João do Montenegro
Pará	4	Belém, Salinas, Macajuba, Bragança
São Paulo	3	São Paulo, Casa Branca, Campinas
Sergipe	3	Aracaju, Penedo, Laranjeiras
Espírito Santo	2	Vitória, Cachoeiro de Itapemirim
Santa Catarina	2	Florianópolis, Lages
Amazonas	2	Manaus, Manicoré
Minas Gerais	2	Belo Horizonte, Santana de Pirapetinga
Paraná	1	Curitiba
Mato Grosso	1	Cuiabá

Fonte: Autoria Própria.

Ao folhear a Revista, encontra-se, em todos os números, textos escritos de praticamente todos os estados do Brasil. Mulheres que, de algum modo, cooperavam com a manutenção do periódico, alimentando-a de poemas, crônicas e contos. Além disso, vale citarmos que havia uma seção especial na qual a diretoria agradecia o recebimento de edições de outras revistas e jornais, das mais diferentes instituições, dos mais diferentes temas e, também, dos mais diferentes destinos de modo que, dentre os países citados, a Argentina parece ter estabelecido laços mais estreitos.

O texto *O Lyrio em Buenos-Aires* é uma nota de agradecimento ao periódico *Columna del Hogar*, também escrito somente por mulheres, que dedicou algumas linhas para gentilmente falar da revista feminina pernambucana. O texto, replicado em espanhol, fala que o feminismo

já é um dado presente em todos os países da América do Sul e que não há país que não se vanglorie de ter pelo menos uma escritora de envergadura³¹⁷. Curiosamente, as próprias escritoras d'*O Lyrio* não se consideravam feministas, tanto que o tema somente foi abordado uma vez. No texto *Opiniões*, escrito por Adalgisa Duarte Ribeiro, lemos uma reflexão que flutua entre o discurso emancipatório e antifeminista. Segundo ela,

Prossigo minhas opiniões as quais, é necessário repeti-lo, como sempre, não têm a menor pretensão de serem uma inovação, bem ao contrário, o assunto em questão é um dos mais batidos na literatura. Trata-se do feminismo. Deixai vosso gesto de enfado, leitora paciente, e escutai-me um instante, pois é rápido o que vou dizer-vos, e a tese escolhida apesar de muito explorada, é bastante ampla.... É maior hoje o número dos apologistas do feminismo e são qualificados de retrógrados aqueles que, como Byron, Prudhom e outros, pensam diversamente: Mas como tudo é condicional e relativo à época, ao meio, a situação, a tudo enfim, não sou inteira e completamente partidária da independência plena e absoluta da mulher [...]. Explico-me: A mulher, se quer manter-se em condições e costumes idênticos aos dos homens, não deve, em caso algum, contrair família; assim ela poderá procurar os meios mais adiantados onde os principais de civilização possam garantir-lhe os atos de liberdade e desenvolver, expandir suas faculdades [...]. Sou, pois, apologista decidida do progresso do feminismo, como uma necessidade para a evolução social, para o aperfeiçoamento da geração futura, mas nos casos já citados. O progresso tem formulas e deve registrar-se à esses meios! A mulher esposa perfeitamente educada formando – um povo nos filhos; a mulher advogada, médica, etc., admirando, enriquecendo este mesmo povo; concorrendo de ambas as formas para o mesmo fim: - o progresso da humanidade – reputo, porém, em esferas inteiramente diversas e antagônicas... Muitas de vós, leitoras, não concordareis *in totum* comigo. São opiniões³¹⁸.

Mas, voltando ao tema da relação d'*O Lyrio* com a Argentina, no texto *Às redactoras e leitoras d'O Lyrio*, Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire informa que recebeu uma carta das senhoritas Alvina de Sala e Damiana Texa, presidente e secretária do Conselho Nacional de Mulheres da Argentina. Segundo a carta, ela deveria informar às leitoras e à redação d'*O Lyrio* que, até 15 de julho, textos de autoria feminina seriam recebidos para compor uma revista publicada em comemoração ao aniversário da instituição³¹⁹.

Consciente e taticamente imbuído da missão de promover as mulheres pernambucanas para o País e, pelo visto, também para o mundo, *O Lyrio* era um exercício consistente de autoestima e um grito abafado por liberdade. No texto *O Lyrio perante a litteratura nacional*, Clóvis Beviláqua fala da contribuição da Revista para a literatura brasileira, sobre a qual ele adjetiva como “crescente” e destaca que *O Lyrio*, “constituindo-se ponto de convergência de

³¹⁷ *O Lyrio*. Recife, 5 de agosto de 1903, p. 4.

³¹⁸ *O Lyrio*. Recife, janeiro de 1904, p. 1-2.

³¹⁹ *O Lyrio*. Recife, junho de 1904, p. 4.

esforços que se perdiam na dispersão, pôs em evidência a aptidão intelectual de um grupo de senhoras, que por intermédio dele vieram trazer o seu contingente de luz, de meiguice, de sentimento à crescente expansão da literatura brasileira”³²⁰.

Apesar das boas palavras, devemos observar que a inteligência feminina vem sempre acompanhada de adjetivos que destacam sua fragilidade, mansidão, afeto, carinho e passividade. Isso, em discursos feitos por todos, homens e mulheres. Dado que nos indica que, mesmo tendo avançado muito quanto ao interdito feminino de usufruir das mesmas coisas que os homens, ainda estamos em um tempo cheio de estereótipos e preconceitos. Com isso, queremos evidenciar que nosso objetivo não é romantizar a experiência d’*O Lyrio*, mas, sim, apontar para o fato de que, mesmo naquelas circunstâncias, as mulheres eram capazes de pensar e agir fora dos padrões impostos.

Nesse cenário, as colaboradoras dedicavam, umas às outras, verdadeiras odes que alardeavam suas qualidades físicas e intelectuais. Exemplo disso, Edwiges de Sá Pereira escreve em homenagem e em lembrança aos dois anos do prematuro falecimento da poetisa potiguar, Auta de Souza, morta por tuberculose aos 24 anos³²¹. Julia Figueiredo, nesse mesmo número, também presta suas homenagens à Auta. Ação que irá se repetir no próximo ano, no mês do falecimento da escritora. Destacadamente, no texto de Edwiges lemos emocionadas palavras de admiração e de uma relação de generosidade entre elas. A autora lembra que, quando menina, inspirou-se na obra daquela jovem mulher talentosa, de personalidade rara e umas das poucas que ousava com a pena e o papel. Sobre isso, ela diz:

Como eu chorava as suas magoas! Como me magoavam o seu pranto!... Auta soube disto e como os meus versos de principiante, que eu era então, contavam, desprevenidos e incautos, o meu viver de adolescente a quem o bafejo da Desdita ainda não havia tocado, ela, contente por mim, dedicou-me uns delicadíssimos versos nos quais incitava-me a cantar, brincar, a esquecer a sorte nefasta que tiranamente a trucidava ³²².

Se assim foi com Edwiges com relação à Auta, os artigos da Rvista poderiam fazer o mesmo com outras meninas. Reconhecer em si essa mesma potência, desnaturalizando sua

³²⁰ *O Lyrio*. Recife, novembro e dezembro de 1903, p. 3.

³²¹ Para mais detalhes acerca da biografia de Auta de Souza. Cf. Auta de Souza. **Portal Geledés**. 12 de jul. de 2009. Sessão Mulher Negra, Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/auta-de-souza/>. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

³²² *O Lyrio*. Recife, 1 de fevereiro de 1903, p. 5. (Provavelmente, Edwiges referia-se à tuberculose que flagelou a poetisa dos 14 anos até sua morte).

própria percepção quanto à inépcia feminina para os temas das ciências e da racionalidade, perceber a possibilidade de ser diferente. Talvez estas tenham sido mudanças reais na vida de algumas meninas e mulheres que consumiam a Revista. Um argumento que atíça nossa imaginação para idealizar diferentes garotas, sentadas em suas camas, à mesa de estudos, nos quintais ou em qualquer lugarzinho em que pudessem ler poemas, como os de Auta, os livros de ciência dos pais, as literaturas românticas das mães. Meninas de olhos arregalados e coração transbordante tornaram-se mulheres das letras, intelectuais, cientistas, sufragistas ou mesmo donas de casa e mães eruditas. *O Lyrio* parece, portanto, um encontro mensal entre amigas que, às vezes, discordam sobre alguns assuntos, mas que se respeitam e se admiram mutuamente.

Encetando agora o 4.º trimestre de sua existência, o *Lyrio* agradece às ilustres senhoras e gentis senhoritas que em todo o nosso país — de norte a sul — lhe têm prestado valioso concurso e auxílio, já angariando assinaturas, já colaborando nesta revista, unicamente escrita por senhoras, e que é em seu gênero de exclusivismo feminino a primeira que se pública no Brasil. Contando com o constante apoio de todos os que benevolmente o têm acolhido, o *Lyrio* saúda grata e afetuosamente aos seus assinantes, cujo número aumenta sensivelmente, e pede-lhes a mais ativa e generosa propaganda em seu benefício, afim de que possa cada vez melhor e mais vantajosamente desenvolver-se³²³.

4.5 Opiniões e interesses: a análise de alguns textos

Embora já tenhamos abarcado o tema da Educação no capítulo três, sobre ele ainda precisamos fazer algumas considerações, sobretudo em razão de ser um assunto recorrentemente debatido n’*O Lyrio*, uma vez que, desde a formação dos estados nacionais e seu projeto de construção de cidadãos, quando a educação formal se transformou em política pública, o tema tornou-se recorrente nas reivindicações femininas. Isso, porque, como é de conhecimento comum, elas foram constantemente alijadas do sistema formal de ensino³²⁴. Nesse sentido, nacionalismo e educação andam sempre de mãos dadas.

Quanto a esse dado em específico, a consciência de nossas mulheres acerca do momento histórico em que viviam é, particularmente, interessante. Em certo momento, com o texto *Das páginas de um livro*, dedicado a Ursula Garcia, Ignez Sabino escreve da cidade do Rio Janeiro

³²³ *O Lyrio*. Recife, 5 de agosto de 1903, p. 10.

³²⁴ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 26-28.

e conta o que parece ser a história de uma mãe que, emocionada pelo clima patriótico, declara aos ventos que educará e criará seu filho para também ser filho da nação. Assim, roga que, como mãe, a pátria cuide bem dele³²⁵. O contexto dessa suposta história é o fim das negociações com a Bolívia que recuperaram o território do Acre³²⁶ — assunto que anteriormente foi tema de um longo artigo produzido por Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire, em comemoração ao fim do ano de 1902. Nesse artigo, ela diz:

Sim, a nossa querida Pátria, que tão angustiosos dias tem passado, precisa hoje, mais do que nunca, que os seus filhos congregados, deixando de lado os ódios e as ambições, reunidos num amplexo fraternal, cooperem para o nosso levantamento moral e material [...]. Que o alvorecer do ano novo dê forças ao ilustre brasileiro, que gere atualmente os negócios exteriores, para com o seu tino admirável já posto em evidência por mais de uma vez, possa terminas com dignidade para a nossa Pátria, a pendência que o país atualmente tem com a nossa nação vizinha sobre o Acre [...]. Ditas assim estas palavras comemorativas de grande data do dia de hoje, dia em que a República Brasileira celebra a confraternização da humanidade, termino este fazendo votos para que a Fortuna abra a cornucópia de suas graças por cima das nossas estimadas leitoras, de cujas graças e risos o Lyrio precisa, para incentivo da pesada incumbência que gostosamente tomou e que esperava ver progredir³²⁷.

Acerca do nacionalismo, recorremos à tese de Benedict Anderson, pois, segundo ele, a ideia de nação teria se originado, em especial na América Latina, como o resultado de uma equação. Em breves palavras, primeiro, teria se somado ao sistema capitalista a inovação das tecnologias da informação e, concomitantemente a isso, teria se subtraído a diversidade linguística das, até então, colônias. A resposta desse processo foi as Américas e suas respectivas metrópoles passarem a comungar da mesma língua e, a partir da imprensa, trocavam informações que, por puro processo cognitivo de apreensão do mundo, desencadeou a construção imaginativa de uma unidade entre cá e lá, ou seja, as comunidades imaginadas³²⁸.

Assim, nas palavras do autor, “o crescimento geral da alfabetização, do comércio, da indústria, das comunicações e dos aparelhos de Estado, que marcou o século XIX, gerou um vigoroso impulso em busca de uma unificação linguística vernácula dentro de cada reino dinástico”³²⁹. Citando Hobsbawm, ele ainda afirma que “o progresso das escolas e das

³²⁵ **O Lyrio**. Recife, abril/maio de 1904, p. 14-15.

³²⁶ Entre 1899 e 1903, o Brasil e a Bolívia estiveram em conflito pela posse do território que hoje corresponde ao estado do Acre. E este período ficou conhecido como Revolução Acriana.

³²⁷ **O Lyrio**. Recife, 1 de janeiro de 1903, p. 3.

³²⁸ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 82-83.

³²⁹ *Ibid.*, p. 120.

universidades dá a medida do avanço do nacionalismo”³³⁰. Logo, a luta feminina por educação, nesse contexto da construção das identidades nacionais, demonstra que, para elas, não se tratava somente de ler e escrever, mas também de fazer parte desse grande evento que era a nação.

Rita de Souza, correspondente da Revista em Maceió, no texto *Avante!*, defende a educação das mulheres argumentando que “se as letras enobrecem o espírito, se a arte o eleva, [...] se a ciências, guiando-o pela mão, o conduz aos deslumbrantes pórticos da Luz”, então, as mulheres deveriam ser educadas³³¹. Como citado, o ingresso feminino nos cursos superiores, por exemplo, já era uma realidade, no entanto o exercício da profissão era outra barreira a ser vencida. Nem todas as graduadas tiveram a possibilidade e ousadia da médica Amélia Cavalcanti (figura 12), uma exceção à regra.

Nesses tempos, eram poucas as mulheres muito ricas que conseguiam convencer as instituições que podiam se formar no nível superior. Quase que oficialmente, o curso normal era o fim da formação permitida às mulheres. Tanto era assim que os diplomas não lhes consentiam exercer as profissões nas quais se formaram. Por essa razão, Ursula Garcia, no artigo *Perfis Femininos*, traça pequenas biografias das já citadas Amélia de Freitas Beviláqua e Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire; e, sobre a última, ela diz:

Dotada de inteligência robusta e louvável elevação de vistas, a jovem senhora dedicou-se aos estudos de direito, fazendo sempre brilhante figura entre seus colegas e recebendo aos 17 aos o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife. O discurso que por essa ocasião pronunciou, basta por si só para revelar o valor intelectual e moral dessa moça, quase criança, que intrepidamente trabalhava para conquistar uma posição firme entre os obreiros do engrandecimento da pátria. Se a ilustração, o talento e a boa vontade valessem mais do que as conveniências políticas e sociais... d. Maria Augusta teria sem dúvida ocasião de tornar célebre o seu nome. Mas, atualmente, ainda o título de bacharel, conferido a uma mulher, é um título e nada mais³³².

De maneira especial, quando uma moça cursava a Escola Normal, não era necessariamente para exercer o magistério. Tendo as mulheres chamadas de “normalistas”, a partir de certa altura, o magistério tornou-se um “curso de espera marido”³³³. Porém, foi justamente por entender que a possibilidade de exercer uma profissão deveria ser um direito

³³⁰ Ibid., p. 112.

³³¹ **O Lyrio**. Recife, novembro/dezembro de 1903, p. 16.

³³² **O Lyrio**. Recife, 5 de junho de 1903, p.7-8, grifo nosso.

³³³ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: Del Priori, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 471.

comum, e não um privilégio dado somente aos homens, que muitas mulheres, aproveitando-se do cenário, tomaram a educação como principal bandeira de luta. Esse é um tema sobre o qual vale uma ressalva. Porque as mulheres pobres e, em destaque, as negras sempre labutaram pelo pão e pela dignidade. Desde o período colonial, as escravizadas quituteiras, lavadeiras e arrumadeiras prestavam serviços para terceiros como forma de ganho para seus senhores. Essa prática readequou-se à industrialização, e as mulheres pobres, muitas vezes emigrantes de áreas rurais, inundaram os pátios das fábricas.

Mas, voltando ao tema da Educação, no texto *A instrução da Mulher*, escrito por Maria Augusta Meira de Vasconcellos Freire, lemos o seguinte:

Depois que a República foi proclamada, todas as instituições do país passaram por transformações radicais. Isso não é negado nem pelos mais fervorosos adeptos do regime decaído; entretanto não me é dado apontar os grandes erros, que de uma nova forma de governo tem tido, o que é muito natural em todos os países, que de um instante para outro por mutações sensíveis, como o nosso. Há um descuido, um erro que o governo tem praticado e que continua aferrado a ele. Quero me referir a instrução pública, principalmente a instrução da mulher [...]. Quem se der ao trabalho de estudar calmamente o método de ensino das nossas escolas, há de ver que ele não obedece a uma orientação sadia, há de ver programas enormes, cheios de mil e uma disciplinas, há de ver que se ensina muito e nada se aprende [...]. As escolas em pequeno número e desprovidas do necessário, funcionando em prédios sem as mais rudimentares exigências higiênicas, comportam 70, 80 e mais alunos!! Como pode um professor, por mais hábil que seja, por melhor vontade que tenha, preparar tantos alunos?³³⁴

Defender a qualidade de ensino era combater em duas frentes: de um lado, defendia-se os professores; e, de outro, a melhor instrução para seus filhos e suas filhas. Dessa forma, não ter acesso à educação significou anos de atraso para as mulheres escritoras. Em outro sentido, com o texto *Para O Lyrio*, escrito da Bahia, Anna Ribeiro de Goes Bittencourt fala da falta de incentivo à escrita feminina e como isso é um dos principais motivos das obras de autoria feminina serem rarefeitas. Afora isso, ela também acrescenta que, “não podendo ombrear com o sexo privilegiado, por vermo-nos peadas pelos imprescindíveis labores domésticos — labores que emanam de deveres que toda mulher sensata coloca acima das glórias literárias, resta-nos ainda um grande consolo. As nossas produções, por mais modestas que sejam sempre serão guardadas com acatamento pela nossa prole”. Pois, por sua própria vontade, a autora diz que preferiria destruir sua obra³³⁵, mas sem dizer a razão pela qual faria isso.

³³⁴ *O Lyrio*. Recife, 10 de dezembro de 1902, p. 1.

³³⁵ *O Lyrio*. Recife, junho de 1904, p. 2.

Aqui, ainda precisamos dizer que é necessário refletirmos quanto ao fato de que, ao se transformarem em ávidas consumidoras e modestas escritoras de romance, isso ao longo dos séculos XVIII e XIX, as burguesas instituíram um novo paradigma social. No caso específico do Brasil, a partir de 1808, com a Abertura dos Portos e a Imprensa Real, os romances de folhetim chegam cativando um mercado entusiasmado com as invenções europeias, que, até aquele momento, eram impedidas de circular livremente³³⁶. Logo, o romance, como gênero literário, ascendeu com a sociedade burguesa. Fato que, para Norma Telles, significou “cristalização da sociedade moderna”, pois, segundo suas palavras, “escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionando como forma de dominação ao descreverem os modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações”³³⁷.

Assim, tal função pedagógica não se limitou ao romance, posto que os jornais e as revistas, desde as primeiras décadas do século XIX, ajudaram a sustentar a chamada *opinião pública*. Esta, portanto, serviria para “legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”³³⁸. Logo, enquanto a literatura ditava os rumos, as pessoas deveriam se adaptar aos novos paradigmas. Nessa direção, para o caso específico no Recife, Raimundo Arrais descreve que

O impacto da inserção de Pernambuco na modernidade do século XX introduziu no Recife um paradoxo que os seus intelectuais experimentaram e souberam expressar: se o impulso projetava o Recife em direção a essa modernidade, produzindo um crescimento e um dinamismo urbanos resultantes da produção de bens e riquezas e da intensificação das trocas, isso se deu numa proporção incapaz de minimizar as tensões sociais presentes num vasto território sob a influência do Recife, que vinham irromper na própria capital e que se agravavam na medida em que a cidade ia fortalecendo sua posição de centro hegemônico regional³³⁹.

Ou seja, discurso e prática não estavam no mesmo ritmo. O povo do Recife ainda não tinha se habituado aos novos tempos. Tempos estes, vale sempre dizer, marcados pela velocidade das transformações, uma das quais se relacionava com a desinfecção da cidade, desde sempre assolada pelas epidemias. No texto *Aspectos*, escrito por Amélia de Freitas

³³⁶ TELLES, Norma. **Escritoras, Escritas, Escrituras**. In.: Del Priori, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 402-403.

³³⁷ *Ibid.*, 2004, p. 402.

³³⁸ MARTINS, Ana Luiza. Luca, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 33.

³³⁹ ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 27.

Beviláqua, descrevem-se os doentes, leprosos e tuberculosos, que vagam esmolando pelas ruas da cidade, sem querer se dirigir aos hospitais e asilos, lugares onde deveriam encontrar apoio³⁴⁰.

Em texto chamado *Dois dedos de prosa*, a cronista Maria Clara Cunha Santos reflete, por sua vez, sobre as mudanças urbanas do Rio de Janeiro. A partir daquele momento, permitia-se a atividade física, sobretudo para os rapazes. Acerca disso, ela argumenta que a saúde estava sendo negligenciada em favor dos estudos e que não adiantaria ter um diploma quando seu preço é a tuberculose. Depois disso, ela reflete sobre mudanças, tema a partir do qual ela conta uma pequena anedota em que, ao chegar à capital federal, teria se assombrado com as pessoas que prefeririam pagar o dobro da entrada de uma exposição nos dias de menor fluxo. Porém, ao raciocinar sobre as vantagens de ir nesses dias específicos, quando se pode observar as obras com mais calma, ela conclui que, sim, valeria a pena pagar mais caro³⁴¹.

Sobre essa passagem, primeiro pensamos que, no Rio de Janeiro, aparentemente, as pessoas tinham mais interesse em visitar as exposições, razão, portanto, que justificaria a permanência de tanta gente nesses espaços. Por outro lado, é curioso que a organização tenha pensado na estratégia de dobrar o valor da entrada, para selecionar pelo poder aquisitivo as classes sociais. Assim, como forma de sintetizar esse início de século, tomamos emprestado dois textos de Ignez Sabino. Mesmo que se refira ao Rio de Janeiro, após todos os pontos abordados, somos capazes de entender o que poderia ser aplicado à realidade do Recife.

No texto *Notas do Rio*, a escritora faz uma miscelânea de notícias que forneciam dados sobre o cotidiano da capital brasileira e, por conseguinte, faz-nos dimensionar o ambiente da época. Na primeira parte, ela refere-se à chegada do inverno no Rio de Janeiro. Na segunda, ao fato de que Alberto Nepomuceno deixou o cargo de direção do Instituto de Música, em razão de não concordar com a concessão do título de sócio honorário ao Sr. Rodrigues Barbosa, do *Jornal do Commercio*. Na terceira, trata da nova técnica médica do professor Aristides Mendo. Na quarta, abordou a visita do embaixador da Pérsia e do temor de que ele ache o Brasil um país em que palácios são choupanas frente à imensa riqueza de seu país. Na quinta, noticia as reformas que o prefeito do Rio de Janeiro estava implementando e o desejo de que a capital do Brasil fosse a cidade mais bela da América do Sul, desbancando Buenos Aires, cujo audacioso

³⁴⁰ **O Lyrio**. Recife, 5 de julho de 1903, p. 1-2.

³⁴¹ **O Lyrio**. Recife, 5 de setembro de 1903, p. 1-2.

prefeito havia doado 600 árvores para embelezar as novas avenidas da cidade. Por fim, fala da época das flores e da sujeira dos homens que as vendem pelas ruas da cidade³⁴².

Dois meses depois, a autora volta e, mais uma vez, escreve *Notas do Rio*. Dessa vez, ocupa-se em falar do novo costume das moças ricas descerem de Petrópolis, às quartas-feiras, para passear pela rua do Ouvidor, fazerem compras nas butiques e visitarem o teatro. Já no campo das artes, a trupe Antoine, cuja estrela era mlle. Suzane Deprés, havia gerado polêmica ao construir um cenário caríssimo com árvores e flores reais para composição de um jardim. Depois, ela ocupa-se em falar da exposição da Sociedade dos Aquarelistas e como ela atraía o grande público. Dado este de certa importância, já que, segundo ela, “Oxalá que o público auxilie a quem trabalha por ser não somente a pintura, como a literatura, aqui muito mal recompensada”. E, então, cita duas escultoras, uma paraense, que não citou o nome, mas, por iniciativa do estado, foi estudar em Paris; e a outra, que se chamava Nicolina Vaz, que também recebeu ajuda após sua viuvez, no seu caso, o estado de São Paulo, e sustentava os filhos com sua arte. Em seguida, ela lamenta a morte do papa Leão XIII e finaliza dizendo que depois mandará notícias sobre a batalha das flores que a prefeitura havia promovido³⁴³.

Comumente, mulheres das classes mais altas não sustentam sua família. Para elas, o trabalho era outro: a filantropia. Tema abordado por Maria de Oliveira Cavalcanti em um artigo no qual ela defende que os prazeres da juventude são necessários, porém o trabalho é indispensável, inclusive para as moças. Sobretudo,

As moças ricas deverão estudar profundamente as ciências e as artes. Poderão se ocupar de obras filantrópicas, de escolas, sobretudo do cuidado dos pobres [...]. Tudo isto é muito justo, minhas amigas. O desenvolvimento próprio e dos outros, o trabalho pessoal e o exercício da filantropia, eis aí, com efeito, os dois grandes deveres que incumbem às moças ricas. O exercício da profissão, numa circunstância precária, tem suas vantagens; numa situação abastada também goza as suas. O trabalho profissional seriamente exercido nos garante proveito³⁴⁴.

Em passagem rápida, Virginia Woolf acaba citando que visitar e dizer palavras de consolo aos pobres era mais uma das ocupações possíveis às mulheres sem profissão³⁴⁵. Mas a filantropia, ao contrário da caridade, não foi um assunto que reverberou como tema dos textos.

³⁴² **O Lyrio**. Recife, 5 de julho de 1903, p. 9.

³⁴³ **O Lyrio**. Recife, 5 de setembro de 1903, p. 3-4.

³⁴⁴ **O Lyrio**. Recife, 15 de janeiro de 1904, p. 5.

³⁴⁵ WOOLF, Virginia. **O sol e o Peixe**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 83.

A única ação filantrópica promovida pela Revista foi citada em nota e anunciava que, naquele mês, iria ocorrer uma quermesse em favor da Escola Propagadora, que, segundo o texto, ocupava-se em educar meninas pobres³⁴⁶. No entanto, essa instituição surgiu em 1872 com o nome de Curso Normal da Propagadora e não se destinaria às meninas pobres. Conseqüentemente, a coleta de donativos foi para custear os estudos das poucas meninas pobres que tinham acesso a essa instituição, já que, para a época, a educação ali era paga, e cara.

Quanto à distinção do que seria caridade e o que seria filantropia, em curtos termos aquela seria a ajuda sem compromisso a quem necessita enquanto a filantropia seria a ajuda prestada em favor da imagem de quem ajuda. Ou seja, quem faz caridade não faz por fama, quem faz filantropia o faz para se mostrar à sociedade³⁴⁷. Aqui, o objetivo não é nos aprofundarmos no tema, mas é preciso refletir que as instituições caritativas, de fato, foram os primeiros trabalhos das mulheres ricas. Afora promover a saída delas do espaço doméstico e mesmo sendo vistas como ações extensões do trabalho realizado no lar, tais atividades as expunham aos diferentes estratos sociais e realidades³⁴⁸. Assim, elas defendiam não apenas a infância, a maternidade e a educação, como também foram ativas na aquisição de direitos³⁴⁹.

Nesse sentido, a caridade seria uma virtude tão elevada que fez Edwiges de Sá Pereira escrever um artigo rebatendo os argumentos da redatora-chefe, Amélia de Freitas Beviláqua. Sobre esse caso, em certo artigo, Amélia defendeu que a criação e educação dos filhos não podem ser delegadas aos criados ou mesmo às escolas. Amélia argumentava que caberia aos pais, destacadamente às mães bem-educadas, a instrução dos filhos. Tal função muitas vezes era dada aos criados, os quais ela julga corrompidos e incapazes.

Ainda segundo Amélia, “a criança, bem dirigida desde os primeiros meses, é o anjo caído na terra, é a sensação do céu. Não precisa que lhe batam, e nem que a maltratem; simplesmente a carícia e os bons conselhos fazem os bons meninos”. E completa dizendo que “aos pais somente é que compete esse esforço de vontade para suportá-los, educá-los, levá-los

³⁴⁶ **O Lyrio**. Recife, 10 de dezembro de 1902, p. 9.

³⁴⁷ FACUNDES, Emelly Sueny Fekete. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco: Transgressões e permanências na trajetória da Federação pelo Progresso Feminino (1931-1937)**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFRPE, 2018, p. 47

³⁴⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 49, p. 98-112, mar./mai. 2001.

³⁴⁹ FREIRE, Maria Martha de Luna; COSATI, Leticia Conde Moraes. **Gênero e Filantropia: as Damas de Assistência à Infância do Ipai-RJ (1899-1930)**. **GÊNERO**. Niterói, v. 15, n. 2, p. 29-46, jan./jun. 2015.

sempre pelo admirável caminho da virtude, tão falhado, tão desprevenido, tão despovoado, e onde se misturam confusamente tristes as flores silvestres com o matagal bravio”³⁵⁰.

No texto *Carta aberta: à D. Amélia Beviláqua*, Edwiges faz-lhe efusivos elogios, mas rapidamente deixa clara sua discordância diante do que disse Amélia. Pois, ela interpreta o que a colega diz como uma leviandade, já que uma mãe sem instrução, assim não o é por falta de vontade, mas por falta de condição. E, sendo má instruída, não poderia bem educar os filhos, pelo menos não segundo a percepção de Amélia sobre educação. Por isso, Edwiges diz:

A mulher — a fada do lar — como a chamam, é a grande força organizadora da sociedade que como um espelho reflete claramente os seus bons ou maus exemplos apresentando-nos duas faces: a parte sã, a alta sociedade, e a parte má — a plebe de preferência [...]. Mas, faculta a sociedade, às mulheres em geral, o suficiente preparo cívico, moral e religioso para que elas possam cumprir enérgica e conscientemente a missão sagrada de que estão incumbidas? Pode ela, a sociedade, pretender ser escoimada de toda e qualquer pécha se não trata de melhorar a sua organização, se não lapida com esmero diamante que deve iluminar com seu brilho o cofre das suas glórias? Como exigir que a mulher ignorante aperfeiçoe o coração de uma criança, combatendo aos seus defeitos, inculcando-lhe criteriosos exemplos, inspirando-lhe obediência e respeito aos princípios básicos da sociedade se ela desconhece a sociedade e até muitas vezes os seus princípios? [...]. Quem dera que o nobilíssimo exemplo do benemérito Dr. Moncorvo que no Rio de Janeiro tanto tem feito em benefício da infância pobre, achasse abnegados imitadores nessas formosas plagas do Norte!...³⁵¹

Com essas palavras, encerramos o presente capítulo. Apesar de haver uns cem números de coisas sobre os quais poderíamos debater, em amplo sentido, acreditamos que foi possível demonstrar o espírito d’*O Lyrio*. Espírito este que, a partir da soma de múltiplos desejo, sonhos, crenças e percepções, pode ser mensurado como um colar de contas, em que cada mulher seria uma peça, e cada peça teria uma cor. Da mesma forma, podemos entender esse empreendimento literário como uma plataforma em que, ao mesmo tempo que é um campo de luta, é um ambiente de acolhimento. Em breves termos, como assertivamente definiu Clóvis Beviláqua, *O Lyrio* foi um “ponto de convergência de esforços que se perdiam na dispersão”.

³⁵⁰ *O Lyrio*. Recife, 1 de março de 1903, p. 1-2.

³⁵¹ *O Lyrio*. Recife, 1 de março de 1903, p. 8-9.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as infinitas formas com as quais poderíamos encerrar este trabalho, optamos por citar as palavras da personagem Halla, de Valter Hugo Mãe, quando ela diz:

As palavras são objetos magros incapazes de conter o mundo. Usamo-las por pura ilusão. Deixámo-nos iludir assim para não perecermos de imediato conscientes da impossibilidade de comunicar e, por isso, a impossibilidade da beleza. Todas as lagoas do mundo dependem de sermos ao menos dois. Para que um veja e o outro ouça. Sem um diálogo não há beleza e não há lagoa³⁵².

Esperamos, assim, que, apesar de magras, as nossas palavras tenham contido o suficiente do mundo para haver beleza e para haver *O Lyrio*.

Nossa tese inicial presumia que esse periódico seria a fotografia de um tempo pré-modernista em que as mulheres escavavam o lugar social que seria usufruído, por exemplo, pelas sufragistas dos anos 1920. Felizmente, encontramos um pouco mais do que isso. Pois os textos d'*O Lyrio* demonstram que os ambientes político, social e cultural que culminaram nas décadas seguintes não só estavam praticamente prontos, como eram resultado de lutas ainda anteriores às daquelas mulheres.

Logo, a inovação não estava em escrever. Isso Nísia Floresta já fazia um século antes. O inédito na atividade delas foi deixar de serem várias Nísias solitárias e se unirem em um empreendimento nacional. É com essa perspectiva que devemos interpretar o editorial de 5 de agosto de 1903. Nele lemos,

Encetando agora o 4.º trimestre de sua existência, o *Lyrio* agradece às ilustres senhoras e gentis senhoritas que em todo o nosso país – de norte a sul – lhe têm prestado valioso concurso e auxílio, já angariando assinaturas, já colaborando nesta revista, unicamente escrita por senhoras, e que é em seu gênero de exclusivismo feminino a primeira que se pública no Brasil. Contando com o constante apoio de todos os que benevolmente o têm acolhido, o *Lyrio* saúda grata e afetuosamente aos seus assinantes, cujo número aumenta sensivelmente, e pede-lhes a mais ativa e generosa propaganda em seu benefício, afim de que possa cada vez melhor e mais vantajosamente desenvolver-se³⁵³.

³⁵² MÃE, Valter Hugo. *A Desumanização*. São Paulo: Cosac Naiyf, 2014, p. 27.

³⁵³ *O Lyrio*. Recife, 5 de agosto de 1903, p. 10.

De alguma forma, daqui do Recife, Cândida Duarte de Barros, Ursula Garcia, Edwiges de Sá Pereira, Adalgisa Duarte Ribeiro, Luísa Cintra Ramalho, Elisa A. Cunha e Belmira Villarime se uniram à Anna Lima, de Natal; Rita de Souza, de Maceió; Theodora Rodrigues, de Glória do Goitá; Emília Leitão, de Santa Maria do Prolongamento – Bahia; Olga Alencar, de Fortaleza; Mathilde Uhrieh Filha, do Rio Grande do Sul; Celeste Assis Brasil, do Pará; Laura Rosa, do Maranhão; e tantas outras moças e mulheres que foram colaboradoras da Revista.

As prosas, os poemas, os contos, a crônica, as charadas e os editoriais foram textos que demonstraram o choque de tempos que marcou aqueles anos de transição entre o século XIX e o XX. Assim, ao mesmo tempo que citavam o evento da passagem de Santos Dummont pelo Rio de Janeiro³⁵⁴, retratavam o luto de uma mãe sertaneja que doou seu filho para salvá-lo da fome³⁵⁵. Ao mesmo tempo que escreviam versos de amor³⁵⁶, denunciavam o problema do saneamento e da penúria dos tuberculosos e leprosos³⁵⁷.

Diante disso, esperamos que este trabalho seja uma peça útil ao grande quebra-cabeças que é a narrativa da História das Mulheres. Apesar de terem ficado de fora muitos aspectos, acreditamos que este pode ser um bom começo para outras pesquisadoras e pesquisadores que desejam ir além. Assim, valeria de novo dizer que a experiência d'*O Lyrio* foi, de fato, pedagógica para as mulheres que diretamente contribuíram com ela, enviando-lhe texto e recolhendo assinaturas. No entanto, o ponto que realmente consideramos importante, espelha-se no sentimento que Edwiges de Sá Pereira descreveu sobre sua relação com Auta de Souza. Sendo ela agora a referência, quantas meninas foram capazes de dizer algo parecido com

Como eu chorava as suas magoas! Como me magoavam o seu pranto!... Auta soube disto e como os meus versos de principiante, que eu era então, contavam, desprevenidos e incautos, o meu viver de adolescente a quem o bafejo da Desdita ainda não havia tocado, ela, contente por mim, dedicou-me uns delicadíssimos versos nos quais incitava-me a cantar, brincar, a esquecer a sorte nefasta que tiranamente a trucidava ³⁵⁸.

³⁵⁴ *O Lyrio*. Recife, 5 de outubro de 1903, p. 8.

³⁵⁵ *O Lyrio*. Recife, abril e maio de 1904, p. 16-17.

³⁵⁶ *O Lyrio*. Recife, 5 de julho de 1903, p. 1-2.

³⁵⁷ *O Lyrio*. Recife, 1 de janeiro de 1903, p. 2.

³⁵⁸ *O Lyrio*. Recife, 1 de fevereiro de 1903, p. 5.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos)

ANDRADE, Ana Luiza. A escritura feita iniciação feminina: Clarice Lispector e Virginia Woolf. **Língua e Literatura**. São Paulo, n. 15, p. 9-21, 1986. Acesso em: <http://www.periodicos.usp.br/linguaeliteratura/article/download/113977/111832>. Disponível: 11 out. 2018.

ATAÍDE, Regina Alves; SÁ, Vera Borges de. **Os Bacharéis e a Imprensa no século XIX no Recife: a produção de Tobias Barreto**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais....* Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2982-1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira da. (Orgs.). **Os anos 1920: história de um tempo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 118-134.

_____. **As mulheres na escrita dos homens: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife nos anos vinte**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2007.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1912-1940)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BIROLI, Flávia. Teorias Feministas da Política, Empíria e Normatividade. **Lua Nova**. São Paulo, n. 102, p. 173-210, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-173210/102>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANGUILHEM, George. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 20 jul. 2019.

CARVALHO, Gisele Melo de. **Interiores residenciais recifenses: A Cultura Francesa na Casa Burguesa do Recife no Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdades: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **O que é um autor?** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CÚRCIO, Verônica Ribas. O regionalismo na historiografia literária brasileira: um panorama. **Revista Labirinto**. Rondônia, v. 25, p. 392-404, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1840>. Acesso em: 3 jan. 2020.

DANTAS, Laércio Albuquerque. **A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010. Acesso em: 27 set. 2019.

_____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FACUNDES, Emelly Sueny Fekete. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco: Transgressões e permanências na trajetória da Federação pelo Progresso Feminino (1931-1937)**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFRPE, 2018.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In.: _____. **Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-298.

_____. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREIRE, Maria Martha de Luna; COSATI, Letícia Conde Moraes. **Gênero e Filantropia: as Damas de Assistência à Infância do Ipai-RJ (1899-1930)**. **GÊNERO**. Niterói, v. 15, n. 2, p.

29-46, jan./jun. 2015. Disponível em:

<http://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31211>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GATI, Hajnalka Halász. **A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncios de progresso**. Tese de Doutorado: UFPE, 2009.

HELLER, Barbara. **Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1880-1920)**. São Paulo: Porto de Ideias, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JÚNIOR, Rômulo José Francisco de Oliveira. **“Os operários das Letras”: O campo literário no Recife (1889-1910)**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2016.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, p. 111-153, 2005.

MARCILIO, Maria Luiza. **História da Alfabetização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MÃE, Valter Hugo. **A desumanização**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MANSANERA, Adriano Rodrigues. **O poder do médico higienista na medicalização do feminino**. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. Luca, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MENDES, Algemira Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da Literatura Brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. Tese de Doutorado. Rio Grande do Sul: PUCRS, 2006.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAIS, Maria Luiza Nóbrega de. Presença feminina no jornalismo pernambucano: dos primórdios à regulamentação profissional. In.: Congresso Nacional de História da Mídia. 5., 2007, São Paulo. *Anais...*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0156-1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1876-1900)**. Recife: Imprensa Universitária, 1972, volume 6.

_____. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária, 1975, volume 7.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. (Org.). **As mulheres na cidade do Recife: feminismo, cultura e transgressão (1870-1935)**. Recife: EDUFRPE, 2015.

PERES, Pedro Correa de Araújo. **A emergência da profissão docente no espaço pública estatal: do mestre-escola ao professor público primário de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2006.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **As Mulheres ou os silêncios da História**. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 49, p. 98-112, mar./mai. 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910/35480>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In.: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinada: Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Cultura feminina e tradição literária no Brasil (1900-1932). In.: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Dica do Couto Gontijo. **Mulheres em ação: práticas discursivas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 195-215.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul. /dez. 1995.

_____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**. São Paulo, n. 45, p.327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Fantasias do Milênio: O Futuro do Gênero no Século XXI. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 12, n. 39, p. 329-339, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/10231/6335>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maciel Henrique. **Nem Mãe Preta, nem Negra Fulô**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Amélia Beviláqua que era mulher de verdade: a memória construída da esposa de Clóvis Beviláqua. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 138-162, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n2p138>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

SOUZA, Priscila Susan Miranda de. **As Parteiras e os Médicos: A inserção do gênero masculino numa realidade feminina (século XIX e início do século XX)**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2005.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

_____. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

_____. **O sol e o peixe: prosas poéticas**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Jornal

A Província. Recife. Abr/Jul. 1901. Ago. 1902. Dez. 1903. Ago/Out. 1904. Ago/Set. 1905. Jul/Ago. 1906. Hemeroteca Digital Brasileira.

Diário de Pernambuco. Recife. Jun/Ago/Nov. 1901. Abr/Ago/Nov. 1903. Out. 1904. Set. 1924. Hemeroteca Digital Brasileira.

Estado do Espírito Santo. Espírito Santo. Out/ 1903. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal Pequeno. Recife. Jun. 1900. Ago. 1901. Set. 1931. Mar. 1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal do Recife. Recife. Abr. 1900. Ago. 1901. Abr. 1907. Hemeroteca Digital Brasileira.

O Lyrio. Cataguases. Ano 1989. Hemeroteca Digital Brasileira.

O Lyrio. Florianópolis. Anos de 1902 a 1903. Hemeroteca Digital Brasileira.

Revista

O Lyrio. Recife. Anos de 1902 a 1904. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Documento

Almanach de Pernambuco 1899 a 1925. Recife, ano 1914. Hemeroteca Digital Brasileira.